

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF)
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PERITO
CRIMINAL FEDERAL

Justificativas de alteração de gabarito de itens
(com base nos modelos de provas disponíveis no sítio do CESPE/UnB)

CONHECIMENTOS BÁSICOS

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
1	E	-	Indeferido
O trecho "o que não tem tamanho nem nunca terá, o que não tem conserto nem nunca terá, o que não faz sentido" (R.24-25) faz alusão ao crime de assassinato de uma pessoa por um familiar, e não ao sentimento das famílias. É o tipo de crime a que o texto se refere que "não tem tamanho", "não tem conserto", "não faz sentido".			
2	C	-	Deferido c/ anulação
Na proposta de reescrita feita pelo item, ocorrem alterações no componente sintático e no semântico dos dois últimos períodos do primeiro parágrafo do texto. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.			
3	E	-	Indeferido
O texto limita-se a explicitar a forma como as pessoas se comportaram na ocasião do julgamento dos réus de um caso específico de homicídio, sem cotejar esse comportamento com o observado em outros julgamentos de crimes.			
4	C	-	Indeferido
"Sem prejuízo do sentido original do texto, os dois-pontos empregados logo após "sim" (R.3) poderiam ser substituídos por vírgula, seguida de dado que ou uma vez que". No trecho analisado, a relação de sentido estabelecida pelos dois-pontos é de causalidade, portanto qualquer dos dois conectivos mencionados, antecedidos de vírgula, alteraria de maneira correta a pontuação empregada no texto. A manutenção do advérbio "sim" não promove ambiguidade à nova estrutura. O emprego de vírgula após as expressões "dado que" e "uma vez que" constitui erro de pontuação.			
5	E	-	Indeferido
As expressões nominais "os culpados" (R.4), "os jurados" (R.7), "principais suspeitos" (R.10-11) e o "o pai e a madrasta" (R.12) formam uma cadeia coesiva, referindo-se a "um dos mais famosos casais acusados de assassinato no país" (R.2-3). O item está errado, uma vez que a expressão "os jurados" refere-se aos membros do tribunal do júri.			
6	C	-	Indeferido
"Para comunicação entre unidades de um mesmo órgão, emprega-se o memorando, expediente cuja tramitação apresenta como principais características a rapidez e a simplicidade." O item está certo. De acordo com o item 3.4.1 do Manual de Redação da Presidência da República, o memorando "é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente. Trata-se, portanto, de uma forma de comunicação eminentemente interna. (...) Sua característica principal é a agilidade. a tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação. Esse procedimento permite formar uma espécie de processo simplificado, assegurando maior transparência à tomada de decisões, e permitindo que se historicize o andamento da matéria tratada no memorando." O item não exclui a possibilidade de utilização de outros tipos de expediente.			
7	E	-	Indeferido
"A formalidade de tratamento empregada para se dirigir ao destinatário de uma comunicação oficial varia de acordo com a relação existente entre quem a expede e quem a recebe. Isso equivale a dizer que a hierarquia presente entre os interlocutores é determinante para a escolha adequada dos pronomes de tratamento adotados no texto." O item está errado. A escolha dos pronomes de tratamento adequados independe das relações hierárquicas que se verificam entre remetente e destinatário. O Manual de Redação da Presidência sequer menciona tal hipótese. Conforme esclarece, "As comunicações oficiais devem ser sempre formais, isto é, obedecem a certas regras de forma: além das já mencionadas exigências de			

impessoalidade e uso do padrão culto de linguagem, é imperativo, ainda, certa formalidade de tratamento. Não se trata somente da eterna dúvida quanto ao correto emprego deste ou daquele pronome de tratamento para uma autoridade de certo nível (...); mais do que isso, a formalidade diz respeito à polidez, à civilidade no próprio enfoque dado ao assunto do qual cuida a comunicação. A formalidade de tratamento vincula-se, também, à necessária uniformidade das comunicações. Ora, se a administração federal é una, é natural que as comunicações que expede sigam um mesmo padrão. O estabelecimento desse padrão, uma das metas deste Manual, exige que se atente para todas as características da redação oficial e que se cuide, ainda, da apresentação dos textos." (item 1.3) Cabe ressaltar que "pronomes de tratamento" e "fechos para comunicações" são assuntos distintos.

8	C	-	Indeferido
---	---	---	------------

"Senhor Corregedor, A ação rigorosa da Polícia Federal no sentido de extirpar os crimes de tráfico das comunidades menos favorecidas foi determinante para que a operação fosse considerada bem-sucedida até a presente fase. Faz-se necessário, agora, que se acompanhem regularmente as atividades dos cidadãos residentes nos locais envolvidos. Visa-se, com isso, a não reincidência de crime nas etapas subsequentes do projeto e em período posterior ao seu término." O item está certo. O trecho apresenta as características de um texto oficial preconizadas no Manual de Redação da Presidência da República (impessoalidade, clareza, concisão, formalidade, uniformidade e emprego do padrão culto da língua), sem incorrer em erro de natureza gramatical e ortográfica. A não especificação do tipo de tráfico presente nas comunidades menos favorecidas não compromete a clareza do texto. A preposição "em" introduz objeto indireto: extirpar [os crimes de tráfico] (objeto direto) [das comunidades menos favorecidas] (objeto indireto). O termo "no sentido (...)" favorecidas" delimita a ação da Polícia federal, portanto não pode aparecer entre vírgulas. O emprego de acento grave em "a não reincidência" não é obrigatório uma vez que o verbo "visar", no sentido de "ter por fim ou objetivo", pode ter complementação direta ou indireta (conforme o dicionário Houaiss da língua portuguesa). O emprego do verbo "extirpar", cujo sentido é "promover a eliminação de", não compromete a clareza do texto. Os adjetivos presentes no trecho não denotam pessoalidade no tratamento do assunto abordado. Ressalte-se que o item reproduz um excerto de texto de correspondência oficial, decerto descontextualizado, portanto incapaz de denotar toda a extensão da situação a que se refere ("Tráfico de quê?"; "Operação bem-sucedida sob que ponto de vista?"; "Acompanhar de que maneira?" etc.).

9	C	-	Deferido c/ anulação
---	---	---	----------------------

Na redação do item, onde se lê "aptget", deveria ser "apt-get". Dessa forma, opta-se pela anulação do item.

10	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

Os argumentos interpostos não se referem ao item em questão.

11	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

O tópico "1 Noções de sistema operacional (ambientes *Linux* e *Windows*)" abrange o item mencionado: memória virtual, consumo de memória *RAM*, execução paralela e distribuída são conceitos básicos de sistemas operacionais. O aumento da memória virtual não aumenta a capacidade de execução de programas de forma paralela, nem distribuída.

12	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

A questão aborda três conceitos cujo entendimento é necessário a um usuário de sistemas *Linux*, em sua relação com sistemas *Windows*: NTFS (sistema de arquivos), *batch* (operação em lote) e montagem de sistema de arquivos (por exemplo, usando um *pendrive* em *Linux*). Os conceitos abrangem os tópicos do edital: 1 Noções de sistema operacional (ambientes *Linux* e *Windows*); 2 Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes *Microsoft Office* e *BrOffice*); 4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas; e 5.4 Procedimentos de *backup*. O fato da montagem ser feita automaticamente em algumas distribuições de sistemas operacionais não significa que a montagem seja desnecessária. Mesmo no *Windows* a montagem do sistema de arquivos também ocorre, só que automaticamente, por *default*.

13	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

O conhecimento básico de protocolos de *email* é importante para que se faça bom uso de clientes de *email* (item 3.3 Programas de correio eletrônico: *Outlook Express*, *Mozilla Thunderbird* e similares). As alternativas não precisam ser mutuamente exclusivas. O problema é que o uso de POP3 não dará ao usuário a chance (alternativa) de optar por manter o conjunto de *emails* no servidor remoto (POP3). Ele será obrigado a fazer o *download*, para poder ler os *emails*, mesmo que opcionalmente deixando uma cópia dos *emails* no servidor POP3. Há prejuízo ao sigilo (item 4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas e item 5.1 Procedimentos de segurança.), pois o usuário do POP3 será obrigado a fazer o *download* dos *emails* para lê-los, enquanto que no IMAP ele pode optar por ler apenas aqueles cujo assunto lhe interessa no momento, evitando fazer o *download* daqueles nos quais não é recomendado copiar para o dispositivo em uso.

16	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

Aprovado sem votos contrários, o projeto é de autoria do senador Pedro Taques (PDT-MT).

18	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Além dos gastos para atender ao "padrão FIFA", condenou-se a absoluta submissão do país à entidade, resvalando na própria perda da soberania nacional, segundo muitos desses críticos.

20	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

A afirmação "A nomeação de Pedro Henrique ao cargo fica condicionada à não eliminação na investigação social" tem o mesmo sentido de "Se Pedro Henrique não é eliminado na investigação social, então é nomeado ao cargo", que por sua vez não é equivalente à afirmação do item. Seria equivalente à proposição "Pedro Henrique é eliminado na investigação social, ou é nomeado ao cargo" (sem o primeiro "ou" que caracteriza a disjunção exclusiva).

21	C	-	Deferido c/ anulação
----	---	---	----------------------

Resolvendo o argumento pelo método das premissas verdadeiras, não há como garantir o valor da proposição C e também não há como dar o valor da premissa P2, nem da conclusão. Na resolução pelo método da conclusão falsa, todas as premissas ficam verdadeiras e a conclusão fica falsa, sendo um argumento inválido e o item ficará errado. Dessa forma, não há como julgar o item e, portanto, opta-se pela sua anulação.

24	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

A assertiva sob análise aduz que a responsabilidade penal da pessoa jurídica, indiscutível na jurisprudência, não exclui a responsabilidade de pessoa física, autora, coautora ou partícipe do mesmo fato delituoso, o que caracteriza o sistema paralelo de imputação ou a teoria da dupla imputação. Assim, a responsabilidade da pessoa jurídica não interfere na responsabilidade da pessoa física que praticou o crime. É o que se chama sistema paralelo de imputação: há um sistema de imputação para a pessoa física e outra para a pessoa jurídica. A pessoa jurídica só pode ser responsabilizada quando houver intervenção de uma pessoa física, que atua em nome e em benefício do ente moral. Além dos crimes ambientais, tal teoria tem aplicação nos crimes relativos à Ordem Financeira, Econômica e Economia Popular. Excluindo velhas e anacrônicas teses, atualmente, é indiscutível a possibilidade de responsabilização da pessoa jurídica. Ademais, registre-se que a teoria da dupla imputação, apesar de reduzidos julgados em sentido contrário, é a mais aceita, tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência (corrente pacificada do STJ). À vista disso, prevalece o gabarito oficial assinalado para o item.

25	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Crime funcional impróprio ou misto é aquele que, caso não seja praticado pelo funcionário público, opera uma atipicidade relativa (o fato enquadra-se em outro tipo penal), a exemplo do peculato que só pode ser cometido por funcionário público, todavia, se praticado em outro âmbito, por particular, a conduta pode ser tipificada como furto ou apropriação indébita. Assim, não há falar em crime próprio, pois este só pode ser cometido por funcionários públicos, e a ausência de tal qualidade torna a conduta atípica (por exemplo, prevaricação - art. 319). Já nos crimes funcionais impróprios ou mistos, repita-se, a ausência dessa qualidade faz com que o fato seja enquadrado em outro tipo penal. À vista disso, prevalece o gabarito oficial assinalado para o item.

26	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

Embora inequívocos e reveladores da intenção de matar, percebe-se que os atos desenvolvidos pelo agente João foram meramente preparatórios, não tendo sido produzido nenhum ato idôneo para a consumação do delito. Para a caracterização da tentativa, de acordo com o critério lógico-formal adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro, a atividade executiva é típica e, portanto, o princípio da execução tem de ser compreendido como início de uma atividade típica. Para que haja a tentativa é necessário que haja correspondência formal dos atos executados com a realização parcial do correspondente tipo penal, o que, no caso vertente, não ocorreu. Ressalvadas as hipóteses de punição de atos preparatórios como infrações autônomas, estes, assim como a cogitação, não são puníveis. À vista disso, prevalece o gabarito oficial assinalado para a questão.

27	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

A embriaguez completa somente exclui a imputabilidade e, por consequência, a culpabilidade quando proveniente de caso fortuito ou força maior. A embriaguez não acidental jamais exclui a imputabilidade do agente, isso porque ele, no momento em que ingeria a substância era livre para decidir se devia ou não devia o fazer. A conduta, mesmo quando praticada em estado de embriaguez completa, originou-se de um ato de livre-arbítrio do sujeito, que optou por ingerir a substância quando tinha a possibilidade de não o fazer. A ação foi livre na causa (*actio libera in causa*), devendo o agente ser responsabilizado penalmente, como se não estivesse. À vista disso, prevalece o gabarito oficial assinalado para a questão.

28	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

Nos termos do Art. 10, do Código Penal, o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum. Para efeito da decadência os prazos são contados de acordo com a regra do artigo 10, diferente da contagem do prazo processual em que se exclui o dia do começo e se este for domingo ou feriado, o início do prazo será o dia útil imediatamente subsequente. O conteúdo, objeto da presente avaliação, encontra previsão nos itens 1.8 e 3.5 do Edital do Certame, no que concerne aos temas relativos a contagem de prazo e à punibilidade. À vista disso, prevalece o gabarito oficial assinalado para o item.

29	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

O fenômeno jurídico pelo qual a lei regula todas as situações ocorridas durante seu período de vida, isto é, de vigência, denomina-se atividade. A atividade da lei é a regra e, sob a fundamentação na denominada "teoria da ação", tem inteira aplicação para a fixação do tempo do crime e da lei aplicável. Conforme doutrina, "é no momento da ação que o imperativo da norma pode atuar como motivo no processo psicológico da própria ação." Nos termos do art. 5º, XL, da CF, a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, o que vale dizer que a lei mais benigna prevalecerá sempre em favor do agente, quer seja a anterior (ultra-atividade) quer seja posterior (retroatividade). Nessas circunstâncias, ou seja, quando a lei regula situações fora de seu período de vigência, ocorre a chamada extra-atividade, que é a exceção. Ao regular situações passadas, isto é, ocorridas antes do início de sua vigência, a extra-atividade denomina-se retroatividade; quando se aplica mesmo após a cessação de sua vigência, a extra-atividade será chamada de ultra-atividade. O artigo 3º, do Código Penal, dispõe que "a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência." O caráter excepcional da lei, editada em períodos anormais, de convulsão social ou de calamidade pública, justifica a solução adotada, entretanto, como tal lei é promulgada para vigorar por tempo predeterminado, seria totalmente ineficaz se não fosse ultra-ativa. Trata-se, portanto, de situação de extra-atividade e, ainda, quando mais severa, a lei temporária, por

sua natureza, será sempre aplicável aos fatos cometidos durante a sua vigência, sem que isso se traduza em ofensa ao princípio da retroatividade da lei posterior mais benigna. Não há razão, pois, para pensar que a lei temporária ou excepcional, não esteja incluída na exceção denominada de extra-atividade, porquanto, frise-se, tem natureza ultra-ativa. Feitas tais considerações, prevalece o gabarito oficial assinalado para o item.

30	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

O item está certo e a compreensão do mesmo decorre da interpretação dos dispositivos legais que regem a valoração da prova produzida em sede de inquérito policial e a interpretação efetivada pela doutrina. A lei processual penal veda expressamente a condenação com lastro exclusivamente em provas produzidas no inquérito policial, nos termos do art. 155, do CPP, que preconiza o seguinte: “Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas”. Eis a razão pela qual a doutrina afirma ser relativo o valor probante do inquérito policial, senão vejamos: “[...] a regra é dizer que o inquérito policial tem valor probante relativo e que, por isso mesmo, os elementos de prova nele reunidos não poderiam, por sós, sustentar uma eventual condenação do réu.[...] Nada impede, por outro lado, que o juiz absolva o réu com base tão-somente na prova produzida no inquérito, o que nesse caso emprestaria a este último um valor probante absoluto.[...] A decisão absolutória poderá perfeitamente se apoiar em elementos indiciários, sobretudo quando esses elementos gerarem alguma dúvida quanto a responsabilidade criminal do acusado[...]”. O que a lei veda, de forma expressa e enfática, é a condenação com lastro apenas nos elementos informativos produzidos em sede de inquérito policial.

31	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

O item está errado e a compreensão disso decorre de texto expresso do CPP, em particular o contido no seguinte artigo: “Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. [...] § 3o Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.” A consequência processual, nos termos do CPP, é a declaração de nulidade da prova, com o consequente desentranhamento. Na doutrina de referência nacional, tem-se a seguinte lição: “[...] Nos termos do art.157, caput, CPP, as provas obtidas ilicitamente deverão ser desentranhadas dos autos”, esclarecendo o parágrafo 3º, do aludido dispositivo legal, que a decisão de desentranhamento estará sujeita à preclusão.

32	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

O item está certo e a compreensão disso decorre de dispositivos processuais penais e dos ensinamentos doutrinários: Art. 174. No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, observar-se-á o seguinte: I - a pessoa a quem se atribua ou se possa atribuir o escrito será intimada para o ato, se for encontrada; II - para a comparação, poderão servir quaisquer documentos que a dita pessoa reconhecer ou já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de seu punho, ou sobre cuja autenticidade não houver dúvida; III - a autoridade, quando necessário, requisitará, para o exame, os documentos que existirem em arquivos ou estabelecimentos públicos, ou nestes realizará a diligência, se daí não puderem ser retirados; IV - quando não houver escritos para a comparação ou forem insuficientes os exibidos, a autoridade mandará que a pessoa escreva o que lhe for ditado. Se a pessoa estiver ausente, mas em lugar certo, a última diligência poderá ser feita por precatória, na qual se consignarão as palavras que a pessoa será intimada a escrever. Na doutrina tem o seguinte: “O procedimento acima pode ser utilizado, atualmente, como parâmetro para as perícias de escritos envolvendo datilografia ou impressão por computador”.

34	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Decorre a compreensão da aplicação de dispositivo expresso da norma de regência, Lei 7.960/89, em particular o art.2º, parágrafo 7º. Que preconiza o seguinte: “Decorrido o prazo de 5 (cinco) dias de detenção, o preso deverá ser posto imediatamente em liberdade, salvo se já tiver sido decretada sua prisão preventiva.” Esse entendimento encontra amparo na doutrina nacional de referência: “[...] Tal decorre, a nosso aviso, da manutenção da eficácia do art. 2º, parágrafo 7º, da citada Lei 7.960/89, que autoriza a preventiva para os crimes para os quais é prevista a prisão temporária”.

35	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

Com base na legislação de regência, doutrina de referência nacional e/ou na jurisprudência consolidada, a assertiva apresentada como errada deve ser mantida, pelos seguintes fundamentos: A compreensão do item decorre de texto expresso do CPP que preconiza o expressamente o seguinte: “Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011). § 1o Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011). § 2o No mesmo prazo, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011). (destacou-se) Dessa forma, vê-se que o CPP ordena que a comunicação da prisão em flagrante seja comunicada imediatamente e a remessa dos autos do flagrante seja feito em 24 horas ao juízo e à Defensoria Pública, caso o preso não tenha condições para constituir advogado”. Na doutrina de referência sobre o tema tem-se a seguinte lição: Seja como for, que se trate de flagrante próprio, que flagrante impróprio ou de flagrante presumido, a consequência jurídica será sempre a mesma: o recolhimento à prisão, [...] comunicando-se imediatamente ao juiz competente, o Ministério Público e a família do preso ou pessoa por ele indicada (art. 306, CPP). Prevê, ainda, o art. 289-A, parágrafo 4º, a comunicação imediata da Defensoria pública, se o aprisionado não indicar advogado no ato da autuação. A medida justifica-se, plenamente, para que a defesa pode ser exercida desde logo. Em até 24 horas após a realização do flagrante, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante.

36	C	-	Deferido c/ anulação
----	---	---	----------------------

O dispositivo legal referente ao assunto abordado no item, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, portanto, opta-se pela anulação do item.

37	E	-	Indeferido
<p>O servidor punido por ato de improbidade poderá sofrer sanções nas áreas administrativa, penal e civil. As sanções não são necessariamente cumulativas, mas podem ser aplicadas de forma cumulada. Ou seja, o item está errado, pois afirma que não podem ser cumuladas. Cumpre esclarecer que o magistrado é quem deterá o poder de dosar as penas, de acordo com a gravidade do ato cometido, podendo cumular ou não a penalidade, segundo o princípio da proporcionalidade.</p>			
39	E	-	Indeferido
<p>O artigo 13, § 3º, da Lei 8.112/90, diz, claramente, que a posse pode ocorrer mediante procuração específica. Diz o citado dispositivo legal: " § 3o A posse poderá dar-se mediante procuração específica." Logo, o item está errado, pois afirma que a posse somente poderá ocorrer pessoalmente, quando, na realidade, a própria lei traz a possibilidade da posse mediante procuração específica.</p>			
40	E	-	Indeferido
<p>O caso exposto no item é um caso típico de inexigibilidade de licitação, conforme previsão expressa no artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93, e não de dispensa, como afirma o item.</p>			
43	E	-	Deferido c/ anulação
<p>O conteúdo abordado pelo item está inteiramente correto: nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.</p>			
44	C	-	Indeferido
<p>O gabarito está correto. A assertiva retrata a literalidade do disposto no art. 144, da CF ("§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei"). A polícia federal destina-se, dessa forma, a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas e não apenas crimes.</p>			
45	E	-	Indeferido
<p>A CF não reconheceu aos índios a propriedade sobre as terras que tradicionalmente ocupam, mas apenas a posse. De acordo com o que estabelece o art. 231, § 1º, da CF, "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes." Portanto, a CF atribuiu aos índios apenas a posse, o usufruto de tais, não a propriedade, a qual permanece com a União a teor do disposto, inclusive, no art. 20, da CF. Daí o erro da questão, ao afirmar que a CF atribuiu aos índios a propriedade das terras que tradicionalmente ocupam. A questão foi clara ao afirmar que a CF reconheceu "propriedade e posse", quando a CF somente reconheceu a posse permanente. Considerar posse e propriedade institutos idênticos é um equívoco.</p>			
46	E	-	Deferido c/ anulação
<p>O item está correto, pois o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.446, de 2002, atendidos os pressupostos do seu caput, o Departamento de Polícia Federal procederá à apuração de outros casos, desde que tal providência seja autorizada ou determinada pelo Ministro de Estado da Justiça. Portanto, nada impede que o caso a ser apurado seja uma contravenção penal. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.</p>			
47	E	-	Indeferido
<p>O item está errado, pois o artigo 241-E, da Lei nº 8.069, de 1990, expressamente dispõe que, para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão "cena de sexo explícito ou pornográfica" compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais." Portanto, ainda que simulada, haverá crime.</p>			
48	C	-	Indeferido
<p>O item está correto, pois o parágrafo único, do artigo 58, da Lei nº 6.815, de 1980, expressamente dispõe que a deportação far-se-á para o país da nacionalidade ou de procedência do estrangeiro, ou para outro que consinta em recebê-lo. Portanto, o estrangeiro pode ser deportado para outro país que não o de sua nacionalidade ou procedência.</p>			

49	C	-	Indeferido
<p>O item está correto, pois o artigo 4º, da Lei nº 10.357, de 2001, dispõe que, para exercer qualquer uma das atividades sujeitas a controle e fiscalização relacionadas no art. 1º, a pessoa física ou jurídica deverá se cadastrar e requerer licença de funcionamento ao Departamento de Polícia Federal, de acordo com os critérios e as formas a serem estabelecidas na portaria a que se refere o art. 2º, independentemente das demais exigências legais e regulamentares. Em complemento, assim dispõe o artigo 1º: “Estão sujeitos a controle e fiscalização, na forma prevista nesta Lei, em sua fabricação, produção, armazenamento, transformação, embalagem, compra, venda, comercialização, aquisição, posse, doação, empréstimo, permuta, remessa, transporte, distribuição, importação, exportação, reexportação, cessão, reaproveitamento, reciclagem, transferência e utilização, todos os produtos químicos que possam ser utilizados como insumo na elaboração de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica”.</p>			
50	C	-	Indeferido
<p>O item está correto, pois o § 4º, do artigo 33 da Lei nº 13.343, de 2006, expressamente dispõe que nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa. Portanto, se o agente for primário e tiver bons antecedentes ele poderá, sim, ter suas penas reduzidas, desde que não se dedique às atividades criminosas e não integre organização criminosa. O item em momento algum afirma que bastam estas duas situações para ter sua pena reduzida, e, sim, que as tendo poderá ter.</p>			

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO 1: PERITO CRIMINAL FEDERAL / ÁREA 1

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
52	C	-	Indeferido
<p>De acordo com o CPC 36, “a entidade que seja controladora deve apresentar demonstrações consolidadas”. Na situação apresentada, a Cia. Ydra detém 44,5% dos votos na Cia. Xios, que se somam a 9% dos votos que a Cia. Kithero mantém, em vista do acordo mencionado na questão. Então, a Cia. Ydra mantém o controle sobre a Cia. Xios, com 53,4% das ações da Cia. Xios.</p>			
53	C	-	Indeferido
<p>De acordo com literatura especializada, tratando da questão da avaliação de investimentos societários no exterior pelo método de equivalência patrimonial: “[...] Por esse método [taxa corrente], a conversão será realizada da seguinte forma, a partir de suas demonstrações na moeda estrangeira, já ajustadas aos critérios brasileiros: a) os ativos e passivos serão convertidos utilizando-se a taxa de fechamento (denominada também de taxa corrente) na data do respectivo balanço; b) o patrimônio líquido inicial será o patrimônio líquido final do período anterior conforme convertido à época; c) as mutações do patrimônio líquido ocorridas durante o período, como por exemplo, pagamentos de dividendos e aumentos de capital, deverão ser convertidas pelas respectivas taxas históricas, ou seja, as taxas cambiais das datas em que ocorreram as transações; d) todas as receitas e despesas da demonstração do resultado serão convertidas utilizando-se as taxas cambiais em vigor nas datas das transações ou, quando possível, pela taxa média do período; e e) as variações cambiais resultantes dos itens “a” até “d” acima serão reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido.”</p>			
54	E	-	Deferido c/ anulação
<p>A redação do item no trecho “juntamente com os valores...” é passível de mais de uma interpretação. Por esse motivo, opta-se por sua anulação.</p>			
55	E	-	Indeferido
<p>De acordo com a Resolução CFC 1.374, de 8/12/2011, que deu nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, são apenas duas as características qualitativas fundamentais: relevância e representação fidedigna (QC5). As demais são características qualitativas de melhoria: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade (QC19).</p>			
56	C	-	Indeferido
<p>A resposta fundamenta-se na Resolução CFC 1.374, de 8/12/2011, que deu nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, itens OB6 e OB7: “Entretanto, relatórios contábil-financeiros de propósito geral não atendem e não podem atender a todas as informações de que investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e em potencial, necessitam. Esses usuários precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como por exemplo, condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade.” E “Relatórios contábil-financeiros de propósito geral não são elaborados para se chegar ao valor da entidade que reporta a informação; a rigor, fornecem informação para auxiliar investidores credores por empréstimos e outros credores, existentes e em potencial, a estimarem o valor da entidade que reporta a informação”.</p>			

57	E	-	Indeferido
<p>A questão deve ser analisada de acordo com os princípios de contabilidade e as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), conforme o comando do item: "Julgue os itens seguintes, de acordo com os princípios de contabilidade e as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)". A Resolução CFC 1.367/11 alterou a Resolução CFC 1.111/07, considerando a conveniência de um maior esclarecimento sobre o conteúdo e abrangência dos Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público. A Resolução CFC 1.111/07, atualizada, aprova o Apêndice II da Resolução CFC 750/93 sobre os Princípios de Contabilidade, e esclarece: 1.5 O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA 1.5.1O enunciado do Princípio da Competência "Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas." (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.367/11) Perspectivas do Setor Público. O Princípio da Competência aplica-se integralmente ao Setor Público. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.367/11).</p>			
61	E	-	Indeferido
<p>O item 61 faz várias afirmações e todas elas devem ser analisadas. Se uma delas for incorreta, todo o item é incorreto. Inicialmente, quanto ao saldo final do exercício, a afirmação está correta: inferior a R\$ 160.000,00. Contudo, os valores dos fluxos de caixa - operacional, das atividades de investimento e das atividades de financiamento também devem ser avaliados. E não só os montantes, mas também os efeitos quanto à geração ou consumo de caixa. Os fluxos que consomem caixa são investimento e financiamento, diferentemente da afirmação do item, que diz que as atividades de investimento geram caixa. Então, o item está errado. O outro erro é relativo ao fato de que o valor do fluxo de caixa das atividades de financiamento seja maior que a soma dos outros dois. Portanto, o item está duplamente errado.</p>			
63	C	-	Indeferido
<p>Conforme literatura especializada, "se a folha de pagamento não constituir, mês a mês, provisões para férias e 13º salário, teremos as seguintes distorções na apuração dos custos de produção e, conseqüentemente, na valorização dos estoques de produtos acabados, na apuração dos custos das mercadorias vendidas e nos resultados mensais (...)".</p>			
64	C	-	Deferido c/ anulação
<p>Na redação do item o que se entende é que o valor de R\$ 600.000,00 é apenas o valor do produto. Nesse caso, o valor da conta mercadoria para revenda é de R\$ 522.000,00. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.</p>			
66	C	-	Indeferido
<p>O item analisado, tal como a Lei 6.404/76, art. 254-A, distingue dois acionistas: o adquirente e os demais acionistas com direito a voto (que são os minoritários). Quanto à incompletude do item, foi escolhida da banca a análise de apenas um tipo de alienação. A exclusão da alienação indireta não torna o item incorreto, apenas não trata dessa questão. Então, de acordo com o mesmo artigo, a questão está certa.</p>			
68	E	-	Indeferido
<p>Cf. Cosif 1.1.7.1: "Aplicam-se às agências de bancos comerciais estrangeiros instalados no País as normas deste Plano, cabendo à dependência principal no Brasil as atribuições de sede." Não há exceção visto ser a dependência principal instalada no Brasil tratada como sede, desconsiderando-se, portanto, a sede o exterior.</p>			
69	C	-	Indeferido
<p>O fato de constar, no item, a expressão "desdobramentos", e no Cosif constar "desdobramentos dos subgrupos" não torna o item errado, uma vez que realmente existe a categoria desdobramentos na referida norma. Haveria erro se o item tivesse qualificado o desdobramento como, por exemplo, desdobramentos dos grupos, o que não ocorreu.</p>			
70	E	-	Indeferido
<p>O art. 273 do RIR/1999 permite a inobservância do Regime de Competência desde que não configure prejuízo ao fisco. Art. 273. A inexatidão quanto ao período de apuração de escrituração de receita, rendimento, custo ou dedução, ou do reconhecimento de lucro, somente constitui fundamento para lançamento de imposto, diferença de imposto, atualização monetária, quando for o caso, ou multa, se dela resultar (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 5º): I - a postergação do pagamento do imposto para período de apuração posterior ao em que seria devido; ou II - a redução indevida do lucro real em qualquer período de apuração. Observe-se, ainda, que Cf. IN 104/98 (26.08.1998), "a receita bruta pode ser considerada pelo regime de caixa".</p>			
72	C	-	Indeferido
<p>O Imposto de renda pessoa jurídica é exigência prevista no edital. O caput dos itens especifica que estes versarão sobre o IRPJ, então todos os itens devem ser entendidos nessa contextualização e não em abstrato. Nesse sentido, dizer que se "presume" ou que "corresponde" à distribuição disfarçada e lucro a realização de qualquer negócio em condições de favorecimento com pessoa ligada, no contexto dado, é igualmente válido. Observe-se que Cf. Art. 464. Do RIR. "Presume-se distribuição disfarçada de lucros no negócio pelo qual a pessoa jurídica (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 60, e Decreto-Lei nº 2.065, de 1983, art. 20, inciso II): I - aliena, por valor notoriamente inferior ao de mercado, bem do seu ativo a pessoa ligada; II - adquire, por valor notoriamente superior ao de mercado, bem de pessoa ligada; III - perde, em decorrência do não exercício de direito à aquisição de bem, e em benefício de</p>			

pessoa ligada, sinal, depósito em garantia ou importância paga para obter opção de aquisição; IV - transfere a pessoa ligada, sem pagamento ou por valor inferior ao de mercado, direito de preferência à subscrição de valores mobiliários de emissão de companhia; V - paga a pessoa ligada aluguéis, royalties ou assistência técnica em montante que excede notoriamente ao valor de mercado; VI - realiza com pessoa ligada qualquer outro negócio em condições de favorecimento, assim entendidas condições mais vantajosas para a pessoa ligada do que as que prevaleçam no mercado ou em que a pessoa jurídica contrataria com terceiros.”

74	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Segundo literatura especializada, “A análise horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais. É basicamente um processo de análise temporal, desenvolvido por meio de números-índices, sendo seus cálculos processados de acordo com a seguinte expressão (...)” A análise vertical, é também um processo comparativo, expresso em porcentagem, que se aplica ao se relacionar uma conta ou grupo de contas com um valor afim ou relacionável, identificado no mesmo demonstrativo (...). É importante que se acrescente que uma não deve necessariamente excluir a outra. Ou seja, ao ser processado um estudo comparativo das demonstrações contábeis de uma empresa, é importante que sejam utilizadas tanto a análise horizontal como a vertical, a fim de melhor identificar as várias mudanças sofridas por seus elementos contábeis.” No caso dado, o ativo circulante do ano 3 é superior ao do anos 1 em mais de 14%, pela análise horizontal e representa 35% do total de ativos no ano 1 contra 40% no ano 3. Por ambas as análises houve crescimento do ativo circulante.

75	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

O CCL dobrou do primeiro para o segundo ano, mas permaneceu estagnado no terceiro ano.

76	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

Segundo literatura especializada, o custo atribuído, “é o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Nas depreciações e amortizações subsequentes é admitida a presunção de que a entidade tenha inicialmente reconhecido o ativo ou o passivo na determinada data por um custo igual ao custo atribuído.” Ainda, “a opção de custo atribuído não pode ser confundida com o modelo de reavaliação, utilizado no Brasil até 2007 e permitido pelas normas internacionais (IAS 16). No modelo de reavaliação, a avaliação é feita para o conjunto todo de ativos de mesma natureza, e novas avaliações periódicas são sempre exigidas; no modelo de custo atribuído o objetivo é que o valor da avaliação seja um substituto para o custo, daí vem o nome ‘custo atribuído’, conforme destacado na própria definição do termo (...). Portanto, já que o Brasil não mais permite o modelo de reavaliação, o único momento permitido para ajustar os valores dos ativos é a data de transição”.

77	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Segundo literatura especializada, “A Demonstração do Resultado Abrangente pode ser apresentada dentro da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), ou através de relatório próprio. (...) A DRA, pelas normas internacionais, pode, ainda, ser apresentada como continuidade da DRE, mas no Brasil o CPC determinou que seja como um relatório à parte”. Observe-se, ainda, que a impossibilidade de apresentação exclusiva da DMPL não invalida o item, visto que segue sendo possível a apresentação dentro da DMPL.

78	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

Cf. NBC TA 530 - Risco não resultante da amostragem: “A1. Os exemplos de risco não resultante da amostragem incluem o uso de procedimentos de auditoria não apropriados ou a interpretação errônea da evidência de auditoria e o não reconhecimento de uma distorção ou de um desvio (...)”.

79	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

O item está correto. Conforme Resolução CFC nº 1201, de 27 de novembro de 2009: “O Conselho Federal de Contabilidade, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, considerando o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais; considerando que o Conselho Federal de Contabilidade é membro associado da IFAC – Federação Internacional de Contadores; considerando a Política de Tradução e Reprodução de Normas, emitida pela IFAC em dezembro de 2008; considerando que a IFAC, como parte do serviço ao interesse público, recomenda que seus membros e associados realizem a tradução das suas normas internacionais e demais publicações; considerando que mediante acordo firmado entre as partes, a IFAC autorizou, no Brasil, como tradutores das suas normas e publicações, o Conselho Federal de Contabilidade e o IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil; considerando que a IFAC, conforme cessão de direitos firmado, outorgou aos órgãos tradutores os direitos de realizar a tradução, publicação e distribuição das normas internacionais impressas e em formato eletrônico (...)”.

80	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

O item está correto Cf. NBC TA 0115. “O auditor independente que relate sobre um trabalho que não seja de asseguarção, no âmbito desta Estrutura Conceitual, distingue claramente esse relatório de relatório de asseguarção. Assim, para não confundir os usuários previstos, o relatório que não seja de asseguarção evita, por exemplo: (a) sugerir conformidade com esta Estrutura Conceitual ou com as NBC TAs, NBC TRs ou NBC TOs”.

81	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

Independentemente de teoria jurídica ou contábil, é importante esclarecer que todos os ingressos são considerados receitas. É elementar que os ingressos são receitas, assim como a dívida ativa, como toda a codificação orçamentária definida no manual técnico do orçamento, em reforço disso pesa a teoria contábil e a definição do conselho federal de contabilidade, no item 70 da NBCTG - Estrutura Conceitual (res. cfc 1.121/2008 tratar de receitas como aumentos de benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos...ora, o aumento do ativo definiria a base para e considerar a receita. O que se questionou, no item, foi o aspecto de que “o recebimento da dívida ativa provoca

uma mutação passiva (conta devedora), em contrapartida do crédito em conta do ativo créditos inscritos em dívida ativa. e não mutação ativa, como descrito no item 81.			
82	C	-	Deferido c/ anulação
O termo "Suas funções" gerou ambiguidade no texto, requerendo a anulação do item.			
83	E	-	Indeferido
Demonstrando-se o lançamento: débito 1.2.1.1.1.xx.xx créditos a longo prazo - dívida ativa (p) crédito 1.1.2.2.1.xx.xx créditos tributários a receber (p); de fato, pelo MCASP, em que se registrou, antes, no momento do direito a receber o tributo (nesse caso citado, da dívida ativa tributária), registrou-se "ativo/direito: créditos tributários a receber, posteriormente, com a inscrição na dívida ativa, apenas muda-se a qualidade do direito, que passa a ser de longo prazo, dívida ativa". Então, ocorre variação qualitativa, se houver a inscrição anterior. Ocorre que essa aplicação de registros de todas as receitas pela competência ainda não ocorre em todos os municípios e estados brasileiros, assim como qualquer inscrição na dívida ativa, seja tributária ou não tributária, relativamente a qual ainda não tenha havido a inscrição do direito na contabilidade (para que possa ocorrer a conversão da dívida simples em dívida ativa), ocorre a variação do patrimônio no momento da inscrição, e vigorando literatura especializada da área, para a qual " a inscrição da dívida ativa é um fato modificativo aumentativo, refletindo um aumento do patrimônio líquido do órgão competente. Essa contabilização provoca variação ativa extraorçamentária", o que continua válido para todos os entes federativos que ainda estão desobrigados de empregar o novo plano de contas e de utilização de todas as regras do MCASP, 5ª edição, válido para 2013 (estados e municípios poderão passar a utilizar tais regras a partir de 2014).			
85	E	-	Indeferido
Segundo literatura especializada, quando houver inscrição em restos a pagar, os valores serão evidenciados nos ingressos extraorçamentários. Ainda, Lei 4.320/64, art. 103, p.u.: "Parágrafo único. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária." Nesse caso, havendo inscrição em restos a pagar, esse valor deverá figurar nos ingressos extraorçamentários, o que torna o item errado.			
86	E	-	Indeferido
Na Demonstração das Variações Patrimoniais o valor das mutações ativas será representado pelas despesas de capital listadas (320.000), somado com o valor da despesa corrente de material de consumo (20.000), que também provoca mutação ativa (totalizando 340.000). Resultantes de fatos permutativos, segundo literatura especializada. Ainda segundo literatura especializada, não há fundamento para afirmar que se "o material de consumo será/foi utilizado imediatamente, então esse não será uma mutação ativa, e, sim, uma despesa corrente comum. Por outro lado, se esse material for estocado, então haverá a mutação e o valor total dessas mutações somará R\$ 340.000,00". A contabilização da aquisição ocorre independentemente do momento a ser consumido, cuja baixa ocorrerá posteriormente, a qualquer tempo, como variação diminutiva do patrimônio, sendo fatos independentes.			
87	C	-	Indeferido
A demonstração terá a seguinte disposição: variações ativas resultantes da execução orçamentária: 4 - receitas 610.000; 4.1 - receitas correntes 400.000; tributária 255.000; patrimonial 65.000; dívida ativa 80.000; 4.2 - receitas de capital 210.000; operações de crédito 150.000; alienação de veículos 60.000; mutações ativas 340.00, independentes da execução orçamentária (qualquer valor, se igual a zero, p. ex.); total v.a. 950.000. Variações passivas resultantes da execução orçamentária 3 - despesas 590.000; 3.3 - despesas correntes 270.000; pessoal 160.000; juros da dívida 30.000; serviços 60.000; material de consumo 20.000; 3.4 - despesas de Capital 320.000; investimentos/máquinas 200.000; inversões financeiras 70.000; amortização da dívida 50.000; mutações passivas 290.000; independentes da execução orçamentária qualquer valor (qualquer valor, se igual a zero, p. ex.), total v.p. 880.000; superávit 70.000; total 950.000. A dívida ativa não se enquadra como mutações passivas, tudo certo, pois as mutações passivas perfazem a soma de receitas de capital (210.000), com a dívida ativa (80.000), totalizando 290.000, conforme a demonstração acima. Material de consumo (20.000) soma-se às despesas de capital (320.000), para totalizar as mutações ativas (340.000), e assim deve ser feito, conforme demonstrado.			
92	C	-	Indeferido
Bens imóveis da administração pública, adquiridos por meio de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, mediante procedimento licitatório, na modalidade de concorrência ou leilão. Segundo a Lei. 8666/1993. "Art. 19: Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observadas as seguintes regras: [...] III - adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão." A questão trata de bens "advindos de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento", valendo a regra do art. 19, acima citado, devendo ser feito na modalidade concorrência ou leilão. De qualquer forma, o art. 24, da lei 9636/1998, estabelece que "A venda de bens imóveis da União será feita mediante concorrência ou leilão público, observadas as certas condições: [...]", também perfazendo as modalidades concorrência ou leilão.			
94	E	-	Indeferido
"No procedimento para a realização da licitação na modalidade pregão, todos os membros da equipe de apoio deverão ser servidores ocupantes de cargo efetivo ou de emprego da administração e pertencer, obrigatoriamente, ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento." A Lei 10.520/2002 estabelece que a maioria dos servidores da equipe de apoio do pregoeiro deve ser de servidores efetivos e do quadro de servidores do órgão: "Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte: § 1º A equipe de apoio deverá ser integrada, em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento".			

95	C	-	Indeferido
<p>Os órgãos e as entidades federais poderão executar programas estaduais. Já os órgãos da administração direta poderão executar programas a cargo de autarquias ou fundações, sob o regime de mútua cooperação mediante convênio. As autarquias e fundações são parte do conjunto de entidades da Adm. Indireta, pelo que existe a possibilidade, legalmente prevista no decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, “§ 3º excepcionalmente, os órgãos e entidades federais poderão executar programas estaduais ou municipais, e os órgãos da Administração Direta, programas a cargo de entidade da Administração Indireta, sob regime de mútua cooperação mediante convênio”.</p>			
96	E	-	Indeferido
<p>Argumenta-se que essa questão extrapola o edital na área referente a Direito Administrativo, bem como o edital por inteiro que não vincula a necessidade de estudo dessa definição em nenhuma parte. Conforme o Decreto Nº 6.170, de 25 de julho de 2007, termo de cooperação - instrumento ajustado entre órgãos e entidades da união. Art. 1º, § 1º, [...]III - termo de cooperação - instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão da administração pública federal direta, autarquia, fundação pública, ou empresa estatal dependente, para outro órgão ou entidade federal da mesma natureza. Também não é ajustada a transferência de recursos financeiros por este instrumento, mas de créditos. Esse conhecimento é necessário para saber que o termo de cooperação é feito entre entes da mesma esfera federal, diferentemente de outros ajustes entre entes federativos distintos, o que é requerido pelo item 14.1 do programa do edital do concurso (14.1 Decreto nº 6.170/2007). Ora, é absolutamente claro e específico o edital ao descrever o assunto objeto da avaliação. Realmente é assunto também estudado na área do Dir. Administrativo, conforme diz o recurso, matéria que tem estreita relação com a contabilidade pública, por isso objeto do exame.</p>			
97	C	-	Indeferido
<p>A Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, Art. 73, determina: “Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo estabelecido para a apresentação da prestação de contas”. Ocorre que o Dec. nº 6.170, de 25 de julho de 2007, em seu art. 12, parágrafo único, estabelece: “Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.” Então, a prestação de contas deve ser feita no prazo de 30 dias, como bem determina a in 01/1997, da STN, prazo que é determinante para devolução dos recursos não utilizados.</p>			
99	E	-	Indeferido
<p>Conforme A CF/88, a Resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de 1/3 dos senadores fixará as alíquotas descritas no item. “Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: [...] II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; [...]§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:[...]IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.</p>			
100	C	-	Indeferido
<p>Descreve o item que “Na declaração de ajuste anual do imposto sobre a renda, a pessoa física pode optar pelo desconto simplificado, observado o disposto pela Receita Federal do Brasil, o que implica a substituição de todas as deduções admitidas na legislação tributária pelo desconto de 20% do valor dos rendimentos tributáveis, não se afirmou que o total a ser deduzido se refere, exatamente, a 20% dos rendimentos tributáveis, haja vista que, logicamente, como a regra é opcional, será escolhida a mais favorável ao contribuinte, por isso descrito no item que “observado o disposto pela Receita Federal do Brasil”. Por isso, quanto maior o rendimento, menos a dedução e, conseqüentemente, menor a possibilidade de ser utilizada a regra de empregar o desconto e declaração simplificada. A questão afirma que a regra é o limite de 20%, e não exatos 20% de dedução, mas, sim, “observado o disposto pela Receita Federal do Brasil”. A Instrução Normativa RFB nº 1.246, de 3 de fevereiro de 2012, dispõe sobre a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda referente ao exercício de 2012, ano-calendário de 2011, pela pessoa física residente no Brasil. Art. 3º A pessoa física pode optar pelo desconto simplificado, observado o disposto nesta Instrução Normativa.[...] § 2º É vedada a opção pelo desconto simplificado na hipótese de o contribuinte pretender compensar prejuízo da atividade rural ou imposto pago no exterior. Mesmas regras mantidas pelas normas do atual exercício de 2013 (Fonte: Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, art.10, inciso VI, com redação dada pela Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, alterada pela Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011; Instrução Normativa RFB nº 1.333, de 18 de fevereiro de 2013, art. 3º, § 2º; Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011, art. 54). O item é claro ao descrever que o desconto pode ser adotado no momento da declaração de ajuste anual.</p>			
101	C	-	Indeferido
<p>Afirma-se, no item 101, que não serão aplicadas penalidades nem juros de mora a pagamento que estiver em atraso, caso o sujeito passivo esteja aguardando pendência de consulta formulada dentro do prazo legal para O Art. 161. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária. § 1º Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de um por cento ao mês. § 2º O disposto neste artigo não se aplica na pendência de consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito. Conforme doutrina, “No caso de o sujeito passivo da obrigação tributária formular consulta administrativa antes de ser notificado do lançamento, não serão aplicadas penalidades e juros de mora aos pagamentos que estiverem em atraso”. No sítio da Receita Federal, tem-se o que vem a ser a consulta ineficaz, bem como os seus efeitos, mas a “consulta administrativa” que a questão aduz, não trata das exceções, assim como das diversas possibilidades em que a consulta é tida por não estar apta a gerar seus efeitos: não produz efeitos a consulta formulada: 4.2.1 - por pessoa física ou jurídica não competente para formular consulta, tal como estabelecimento filial; ou sobre tributos não administrados pela Receita Federal do Brasil (por ex.: ISS); 4.2.2 - em tese, com</p>			

referência a fato genérico, ou, ainda, que não identifique o dispositivo da legislação tributária sobre cuja aplicação haja dúvida; 4.2.3 - por quem estiver intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta; 4.2.4 - sobre fato objeto de litígio de que o consulente faça parte, pendente de decisão definitiva nas esferas administrativa ou judicial; 4.2.5 - por quem estiver sob procedimento fiscal, iniciado antes de sua apresentação, para apurar os fatos que se relacionem com a matéria consultada; 4.2.6 - quando o fato houver sido objeto de solução anterior proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente, e cujo entendimento por parte da administração não tenha sido alterado por ato superveniente; 4.2.7 - quando o fato estiver disciplinado em ato normativo, publicado na imprensa oficial antes de sua apresentação; 4.2.8 - quando versar sobre constitucionalidade ou legalidade da legislação tributária; 4.2.9 - quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei; 4.2.10 - quando o fato estiver definido como crime ou contravenção penal; 4.2.11 - quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexistência ou omissão for escusável, a critério da autoridade julgadora. "Há de se sopesar a existência das regras operacionais definidas pela Receita Federal e as normas legais definidoras da legislação tributária nacional." As regras da Receita Federal, por meio de instruções normativas, não servem para superar as normas legais, assim como os princípios gerais do direito, que são normas de integração, em certa medida, os princípios são a base de toda ciência, por isso nem precisariam estar descritas em algum dispositivo legal. A ampla defesa, o contraditório, decorrentes do *process of law*. A norma garante, textualmente, que "caso o sujeito passivo esteja aguardando pendência de consulta formulada dentro do prazo legal para pagamento" não lhe serão cobrados juros de mora nem aplicadas penalidades nesse caso, e não é o que a Receita Federal entende por eficaz ou ineficaz que revoga a lei. Por óbvio, a consulta deve ser pertinente, do contrário não se deve prestar à defesa do impetrante, mas o item não faz subjeções, devendo se aplicar a regra geral cabível ao caso. A visão de que a regra serve para "evitar que contribuintes com más intenções utilizem deste recurso para postergar o pagamento de obrigações, sem incorrer em juros de mora ou penalidades" não serve para contrariar a lei, que não faz acepções fiscalizatórias, mas garante o direito ao contribuinte amplamente, indistintamente. Até o contribuinte de más intenções poderá fazer sua consulta, mas cabe à lei definir penalidades para os subterfúgios, acima disso, garantir a ampla defesa e o contraditório. O pagamento pode estar em atraso em decorrência do pedido formulado, mas se este tiver sido feito dentro do prazo para pagamento, não ocorrerão as incidências de juros e penalidades. O recurso apresentado e inválido não pode nem ser considerado recurso. O recurso não reconhecido, por qualquer nulidade que lhe dê essa qualidade, nem pode ser considerado recurso, consulta, etc. Por isso a existência de consultas ineficazes. Exemplo maior é a consulta feita à união sobre tributos de competência de estados e municípios. Isso equivale a nunca ter feito recurso, mas não é dessa consulta que trata o item sob avaliação. Conforme doutrina, ainda com referência à formulação de consulta tributária, o próprio CTN (161) prevê que em casos de pagamento de tributo, em atraso, não há incidência de juros e multa se pendentes de resposta de consulta. Então, a consulta suspende a exigibilidade do crédito tributário e dá ao tributo conotação de em "subjudice". A consulta fiscal, formulada por escrito, tem como finalidade esclarecer como a administração fazendária interpretará determinado fato, ou seja, é a busca da segurança jurídica. A consulta deve limitar-se a fato determinado, descrevendo suficientemente o seu objeto e indicando as informações necessárias à elucidação da matéria. Está regulamentada no decreto nº 70.235/72, que foi parcialmente revogado pela lei nº 9430/96 e decorre do direito de petição, previsto na constituição federal, em seu art. 5º, xxxiv. Uma vez feita a consulta, a consulente não poderá fazer novo questionamento com o mesmo conteúdo. Se a consulta for sobre determinada situação ainda não ocorrida, a consulente deverá demonstrar a vinculação com o fato, e a efetiva possibilidade de ocorrência do fato gerador. Efeitos da consulta: impede a aplicação da penalidade, caso a consulta seja desfavorável ao contribuinte, apenas quando iniciado o processo de consulta antes do vencimento do tributo; a consulta da matriz vincula as filiais, assim como a consulta dos órgãos representativos vincula os associados; impede a instauração de procedimento fiscal para cobrar o determinado tributo sob consulta perante a administração fazendária. Em suma, se formulada dentro do prazo de vencimento do tributo, a consulta, pela lei, impede a cobrança de juros e penalidades.

104	C	-	Indeferido
-----	---	---	------------

O item é verdadeiro, tendo em vista a jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*: "Ação penal. Prova. Gravação ambiental. Realização por um dos interlocutores sem conhecimento do outro. Validade. Jurisprudência reafirmada. Repercussão geral reconhecida. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC. É lícita a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro." (RE 583.937-QO-RG, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 19-11-2009, Plenário, DJE de 18-12-2009, com repercussão geral). No mesmo sentido: Inq 2.116-QO, Rel. p/ o ac. Min. Ayres Britto, julgamento em 15-9-2011, Plenário, DJE de 29-2-2012; AI 769.867-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 8-2-2011, Primeira Turma, DJE de 24-3-2011. Vide: RE 212.081, Rel. Min. Octavio Gallotti, julgamento em 5-12-1997, Primeira Turma, DJ de 27-3-1998. "É lícita a gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, ou com sua autorização, sem ciência do outro, quando há investida criminosa deste último." (HC 75.338, Rel. Min. Nelson Jobim, julgamento em 11-3-1998, Plenário, DJ de 25-9-1998.) No mesmo sentido: HC 74.678, Rel. Min. Moreira Alves, julgamento em 10-6-1997, Primeira Turma, DJ de 15-8-1997. Vide: AI 769.798-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 1º-2-2011, Primeira Turma, DJE de 23-2-2011; RE 212.081, Rel. Min. Octavio Gallotti, julgamento em 5-12-1997, Primeira Turma, DJ de 27-3-1998.

105	E	-	Indeferido
-----	---	---	------------

O conteúdo abordado está previsto no item 18.1 do edital do certame. A OMC herdou princípios do GATT, entre os quais se mencionam a redução das barreiras comerciais e a não discriminação comercial entre os países. Note-se que o item faz menção a "princípios", que não correspondem necessariamente às práticas, nem eliminam os conflitos e arbitragens entre os vários países-membros.

106	C	-	Indeferido
-----	---	---	------------

O conteúdo abordado está previsto no item 18.9.5 do edital do certame. A adoção de regimes cambiais flexíveis facilita a que cada país possa ajustar-se da maneira que lhe pareça mais adequada às mudanças no contexto internacional. A contestação à afirmação de que a exposição da produção interna à competição estrangeira pode estimular a produtividade doméstica não tem respaldo, pois, inversamente, níveis elevados de proteção tendem a tornar e manter a produção interna menos eficiente. Isso equivaleria a blindar a indústria nacional e a isolar a economia doméstica, conforme literatura especializada.

108	C	-	Indeferido
-----	---	---	------------

Todas as afirmações contidas no item estão corretas, como se pode encontrar no site do Banco Central. Verificar em "Contas". As chamadas CC5 não existem mais (a Carta-circular nº 5, de 1969, foi revogada há mais de 15 anos; a expressão não mais se aplica às atuais contas em moeda nacional de pessoas residentes ou domiciliadas no exterior).

110 - K404036	E	-	Indeferido
O item em questão trata dos bancos múltiplos. A afirmação está errada, pois podem compor um banco múltiplo banco comercial, banco de investimento e de desenvolvimento, sociedade de crédito, financiamento e investimento, e sociedade de crédito imobiliário.			
111	C	-	Indeferido
No mercado de capitais, as operações são normalmente efetuadas diretamente entre poupadores e tomadores, de modo que a instituição financeira não atua, em regra, como parte da operação, mas como interveniente, e cobra uma comissão por facilitar a realização dos negócios.			
116	E	-	Indeferido
As sociedades corretoras fazem a intermediação, a aproximação entre compradores e vendedores, mas não efetuam essas operações diretamente. Para atuar nas bolsas, precisam de autorização do BC e da CVM.			
117	E	-	Indeferido
O comprador estará apostando em preço superior aos R\$ 12,00 reais, por exemplo, em uma cotação de R\$ 13,00 reais, pois pagaria os R\$ 12,00 reais por ação e poderia vender por R\$ 13,00 reais.			
118	C	-	Indeferido
Com efeito, a competência da CVM visa proteger os interessados quando sofrerem prejuízos por fatos ocorridos no Brasil e, no caso dos residentes, mesmo que tais fatos tenham ocorrido no exterior. Há que se levar em conta, inclusive, a dimensão transnacional das empresas e sua atuação em diferentes países.			
120	E	-	Indeferido
O item não trata de "pesos" da inflação, e, sim, das taxas de inflação no período considerado. A média não é 2%, se assim o fosse, a inflação, ao final do período, seria maior que a efetivamente ocorrida, na apuração sucessiva. O cálculo se baseia na média geométrica (e não na aritmética). A média correspondeu a 1,9967319%.			

CARGO 2: PERITO CRIMINAL FEDERAL / ÁREA 2

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
52	C	-	Indeferido
Uma onda quadrada de 400 kHz tem, como terceira harmônica, a componente de 1,2 MHz (3x400kHz). Nota-se, na figura, que a componente de 1,2 MHz tem amplitude duas "divisões" menor que a componente principal. Portanto, a resposta é 10 dB e o item está certo. Cabe lembrar que as componentes pares das ondas quadradas são nulas. Assim, o pico 15 dB abaixo da componente principal é, na verdade, a quinta harmônica, e não a terceira.			
53	C	-	Indeferido
A afirmação está certa ("C"), pois o comando da questão diz que o osciloscópio mostra a amplitude do sinal no domínio do tempo com duas casas decimais.			
54	E	-	Indeferido
Para que o transistor NPN estivesse em corte (não conduzindo corrente), seria preciso que ambas as junções PN estivessem reversamente polarizadas. Portanto, seria necessário termos $V_b < V_e$ e também $V_b < V_c$.			
55	E	-	Deferido c/ anulação
O item deve ser anulado, porque houve inversão entre os sinais mais e menos no circuito do amplificador operacional, inviabilizando o cálculo de um único valor para a tensão V_3 .			
56	C	-	Indeferido
Embora tenha havido um erro na transcrição da figura, por parte da equipe de diagramação (os sinais de positivo e negativo do amp-op foram trocados), este não atrapalha a resolução do item em questão, pois a resolução deste independe do lado esquerdo do circuito. A corrente i pode ser calculada por meio de análise das malhas nos dois laços do lado direito. Chamando a corrente que entra no terminal positivo da fonte V_2 de " k ", obtêm-se as seguintes equações de malhas: (A) $-V_3 + i + (i - k) = 0$; (B) $+V_2 + (k - i) + k = 0$. Resolvendo, encontra-se $i = (2 \cdot V_3 - V_2) / 3$. Portanto, o item está correto.			

58	C	-	Indeferido
<p>A banca reconhece que a transcrição do símbolo de capacitor por parte da equipe de diagramação não foi perfeita, contudo julga que os elementos C1 e C2, nas figuras, são facilmente reconhecidos como capacitores. No mais, note que a terminologia C1 e C2 é tradicionalmente usada para indicar o valor de capacitores, enquanto que fontes de tensão são tipicamente representadas pela terminologia V1, V2, Vx, Vy, Vin, Vout. Além disso, na simbologia usada para fontes CC, a barra menor é, geralmente, bem mais curta que a barra maior, e o terminal positivo é tipicamente indicado por um sinal de +. No entanto, nos elementos das figuras, a diferença de comprimento da barra é mínima, e não há indicação de polaridade. De todo modo, este item cobra apenas o cálculo da resistência equivalente de <i>Thevenin</i> nos nós à esquerda do elemento C1. Para tal, o resultado seria de fato $R_y = 2 \text{ kohm}$, tanto se os elementos C1 e C2 fossem tratados como capacitores, quanto se estes fossem tratados como fontes CC.</p>			
59	E	-	Indeferido
<p>A banca reconhece que a transcrição do símbolo de capacitor por parte da equipe de diagramação não foi perfeita, contudo julga que os elementos C1 e C2, nas figuras, são facilmente reconhecidos como capacitores. No mais, note que a terminologia C1 e C2 é tradicionalmente usada para indicar o valor de capacitores, enquanto que fontes de tensão são tipicamente representadas pela terminologia V1, V2, Vx, Vy, Vin, Vout. Além disso, na simbologia usada para fontes CC, a barra menor é, geralmente, bem mais curta que a barra maior, e o terminal positivo é tipicamente indicado por um sinal de +. No entanto, nos elementos das figuras, a diferença de comprimento da barra é mínima, e não há indicação de polaridade. De todo modo, este item cobra apenas o cálculo da tensão equivalente de <i>Thevenin</i> nos nós à esquerda do elemento C1. Para tal, o resultado seria $V_y = 0,667 V_2 + 0,333 V_1$, tanto se os elementos C1 e C2 fossem tratados como capacitores, quanto se estes fossem tratados como fontes CC.</p>			
60	C	-	Deferido c/ anulação
<p>Usando-se divisor de tensão, tem-se que a resposta em frequência é $R_o/[R_o+R_y+(j\omega C_2)^{-1}]$. Isto equivale a $R_o/[R_o+R_y-j(\omega C_2)^{-1}]$. Portanto, o item está errado. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.</p>			
61	C	-	Indeferido
<p>Analisando o circuito, temos que $J = A.Q + /Q$ e que $K = /(A.Q)$. Portanto, para $A=0$ e $Q=0$, temos $JK=11$ e o estado de Q será invertido. Para $A=0$ e $Q=1$, temos $JK=01$ e o estado de Q será "resetado", isto é, teremos $Q=0$. Portanto, em ambos os casos, Q será invertido. Note ainda que se trata de um <i>flip-flop</i> JK mestre-escravo, e não de um <i>flip-flop</i> JK gatilhado pela borda. Portanto, a leitura das entradas J e K acontece com o <i>clock</i> alto, enquanto que a mudança de estado acontece na descida do <i>clock</i>. Assim, o estado inicial do sinal de <i>clock</i> é irrelevante. O resultado será o mesmo tanto se o <i>clock</i> transitar de 0 para 1 e depois de volta para 0, quanto se transitar de 1 para 0 e depois de volta para 1.</p>			
63	C	-	Indeferido
<p>Temos que $K = /(A.Q)$ e que $J = /(K.Q)$. Aplicando o teorema de De Morgan em J, temos $J = /K + /Q$. Substituindo K por $/(A.Q)$, temos então $J = /(/(A.Q)) + /Q$. Simplificando, encontramos $J = A.Q + /Q$. Portanto, o item está correto.</p>			
64	C	-	Indeferido
<p>Em primeiro lugar, dizer que "X é normalmente Y", não é o mesmo que dizer que "X é sempre Y", mas também não é o mesmo que dizer que "X nem sempre é Y". Portanto, o texto não diz que há casos em que a memória cache é maior ou mais lenta que a memória RAM, como o requerente subentendeu. Em segundo lugar, seria necessário conhecer todos os sistemas microprocessados do mundo para afirmar que "X é sempre Y". Neste caso, não é possível afirmar que "X é sempre Y", nem que "X não é sempre Y". De todo o modo, mesmo que fosse correto afirmar que "X é sempre Y", ainda assim seria correto afirmar que "X é normalmente Y", uma vez dizer que "X é normalmente Y" não exclui o caso em que "X é sempre Y", nem inclui necessariamente casos em que "X não é Y". Ademais, considerando que não se conhecem todos os sistemas microprocessados do mundo, e que exceções são sempre possíveis, mas não garantidas, esta banca considera que a palavra "normalmente" não só não torna o item errado, mas também o torna ainda mais certo.</p>			
65	C	-	Indeferido
<p>No entendimento desta banca, após a execução de uma ISR, a sequência de instruções original é retomada do ponto em que foi interrompida.</p>			
68	E	-	Indeferido
<p>A resolução do conversor é de $10/(2^6)$, isto é, a resolução é de $5/32 \text{ V}$. Portanto, o item está errado.</p>			
69	E	-	Indeferido
<p>Seja X a resolução do conversor. Com quantização por arredondamento, o erro de quantização é um sinal cujas amostras podem assumir valores entre $-X/2$ e $X/2$. Contudo, a componente DC desse sinal é nulo, isto é, o valor médio é zero. Portanto, o item está de fato errado. O erro seria $X/2$ somente se o item tratasse da média do erro retificado (ou absoluto), ou se a questão tratasse de um quantizador por truncamento, o que não é o caso.</p>			
72	E	-	Indeferido
<p>O algoritmo mais tradicional para o cálculo da FFT (algoritmo <i>Cooley-Tukey</i>) consiste simplesmente em dividir a DFT em DFTs cada vez menores, fornecendo, assim, resultado equivalente ao de uma DFT. Portanto, não é correto afirmar que a DFT é mais precisa que a FFT. De modo geral, a FFT não</p>			

envolve compressão. Cumpre esclarecer, ainda, que a existência de algoritmos em concordância com o item, não torna este correto, tendo em vista que existem diversos algoritmos importantes em discordância com o mesmo, incluindo aquele mais comumente utilizado. O algoritmo *Cooley-Tukey* é um contra-exemplo importante, que torna a afirmação do item incorreta. A banca entende que é incorreto afirmar que a DFT fornece resultados ligeiramente mais precisos, uma vez que o algoritmo mais tradicional para o cálculo da FFT consiste em um contra-exemplo em que a FFT é exatamente tão precisa quanto a DFT. Assim, o item está de fato errado.

74	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

O pronome demonstrativo "este" se refere ao substantivo mais próximo, no caso, ao sinal de voz, o qual é de fato redundante. Para se referir ao DPCM, teria sido usado o pronome demonstrativo "aquele". De todo modo, um sinal DPCM não é livre de redundância, uma vez que pode ser comprimido por técnicas de compressão sem perdas (ou mesmo por técnicas com perdas). Portanto, o item está absolutamente correto.

76	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

Os codificadores paramétricos em questão utilizam modelo AR (autoregressivo), que é um modelo só de pólos, e não o modelo MA (do inglês *moving average*, ou média móvel). Não há erros de digitação ou gramaticais no texto. Contudo, o item está, de fato, errado.

77	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

O item afirma que as frequências audíveis do ouvido humano chegam a 20 kHz, mas sinais de voz não têm conteúdo espectral relevante até a faixa de 20 kHz. Sinais de voz restringidos a uma banda de 300 a 3400 Hz, como os usados na telefonia, por exemplo, tem inteligibilidade e capacidade de reconhecimento de locutor excepcionais. Por isso, é comum amostrar sinais de voz a uma taxa de 8 kHz e, ainda assim, consegue-se boa qualidade de voz. A amostragem de sinais de voz a uma taxa acima de 8 kHz não melhora a capacidade de reconhecimento nem a inteligibilidade. Assim, é incorreto afirmar que é necessário amostrar sinais de voz à taxa de 40 kHz ou mais para garantir uma boa qualidade de voz, uma vez que se consegue boa qualidade de voz com taxa de amostragem até mesmo 5 vezes menor. Portanto, o item está errado.

78	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Técnicas de compressão sem perdas conseguem atingir altas taxas de compressão quando aplicadas a figuras contendo somente gráficos, diagramas e (ou) texto, tendo em vista que estas são tipicamente constantes por partes e têm palheta reduzida de cores, apresentando, assim, baixa entropia. Por outro lado, devido às bordas bem definidas tipicamente observadas nesse tipo de figura, o uso de compressão com perdas requer o uso de taxas de bits relativamente altas para que não sejam observados artefatos na imagem. Portanto, é correto afirmar que técnicas de compressão sem perdas são preferíveis nesses casos. O item, portanto, está correto.

81	E	-	Deferido c/ anulação
----	---	---	----------------------

O item extrapolou os objetos de avaliação do edital, portanto opta-se pela sua anulação

82	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

O item em questão cobra o tópico 4.5: Codificação de vídeo.

83	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

O item em questão cobra o tópico 4.5: Codificação de vídeo.

87	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

O filtro em questão tem um pólo não nulo ($z=1$), portanto trata-se de um filtro IIR. O item está correto.

90	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

A potência foi dada em W, logo $P_t = 13\text{dBW}$, e a EIRP é de 28dBW .

91	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Frequências mais altas sofrem uma maior atenuação (por exemplo, cerca de 8dB, segundo o modelo de *Okumura-Hata*) e, conseqüentemente, reduzem a área de cobertura, particularmente para receptores *indoor*.

94	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

O diagrama é uma toroide, que mostra uma antena omnidirecional, que irradia igualmente em todas as direções em um plano. Uma antena isotrópica é uma idealização não encontrada na prática, e teria uma esfera como diagrama de radiação.

98	E	-	Deferido c/ anulação
----	---	---	----------------------

Como são dois filtros no receptor, não está claro, após qual dos dois, deveria ser calculada a RSR. Portanto, opta-se pela anulação do gabarito.			
99	C	-	Indeferido
O controle de potência é necessário devido à diferença entre os níveis de sinal, mas esta diferença é devida principalmente às diferentes distâncias (a perda de percurso é tipicamente proporcional a uma potência da distância), tanto que o problema é conhecido como <i>near-far</i> .			
102	E	-	Indeferido
A taxa de símbolos é $R_s = B_t/(1+r) = 400\text{kbauds}$, com 4 bits/símbolo teremos 1600kbps. A taxa de transmissão será de $3/4 * 1600\text{kbps} = 1,2\text{Mbps}$.			
108	C	-	Indeferido
O GSM possui 8 <i>time-slots</i> , mas no modo <i>half-rate</i> (HS), que é o mais utilizado na prática, podem ser acomodados dois usuários em cada <i>time slot</i> , ou seja, podemos multiplexar até 16 usuários.			
109	E	-	Indeferido
O enunciado afirma que sempre é utilizado FDD, entretanto também está previsto o uso do TDD.			
110	C	-	Indeferido
Salto em frequências ou <i>frequency hopping</i> (FH) é uma técnica amplamente utilizada no GSM. Por prover diversidade de frequência e diminuir a taxa de erro de <i>bits</i> , temos uma diminuição do nível de sinal requerido, e um conseqüente aumento da área de cobertura. Embora para um único usuário a banda requerida aumente, como esta é compartilhada entre vários usuários, não há aumento na banda requerida para o sistema. Devido à diversidade de interferência, podemos trabalhar com uma razão sinal-interferência menor, o que aumenta substancialmente a capacidade do sistema.			
111	C	-	Indeferido
As diferentes camadas físicas são definidas, também, como parte do protocolo <i>Ethernet</i> , por exemplo: 802.3i: "10BASE-T 10 Mbit/s (1.25 MB/s) over twisted pair"; 802.3ae: "10 Gbit/s (1,250 MB/s) Ethernet over fiber, 10GBASE-SR, 10GBASE-LR, 10GBASE-ER, 10GBASE-SW, 10GBASE-LW, 10GBASE-EW. Segundo literatura especializada, "Ethernet local area network operation is specified for selected speeds of operation from 1 Mb/s to 100 Gb/s using a common media access control (MAC) specification and management information base (MIB). The Carrier Sense Multiple Access with Collision Detection (CSMA/CD) MAC protocol specifies shared medium (half duplex) operation, as well as full duplex operation. Speed specific Media Independent Interfaces (MIIs) allow use of selected Physical Layer devices (PHY) for operation over coaxial, twisted-pair or fiber optic cables. System considerations for multisegment shared access networks describe the use of Repeaters that are defined for operational speeds up to 1000 Mb/s. Local Area Network (LAN) operation is supported at all speeds. Other specified capabilities include various PHY types for access networks, PHYs suitable for metropolitan area network applications, and the provision of power over selected twisted-pair PHY types."			
113	C	-	Indeferido
O recurso reivindica a alteração do gabarito para certo, porém, o gabarito já é certo. Houve equívoco por parte do candidato.			
114	E	-	Indeferido
Uma rede TCP/IP realmente permite o uso de <i>multicast</i> , mas neste caso é utilizado normalmente o IP com o protocolo UDP, em vez do UDP, na camada de transmissão. Como o TCP é o protocolo predominante, as redes são chamadas de TCP/IP, mas outros protocolos de camada de transporte, como o UDP também são utilizados. O TCP é baseado em <i>acknowledgements</i> , o que implica a necessidade de conexões ponto-a-ponto.			
116	C	-	Indeferido
Não há referência apenas à decodificação de cifras. A eliminação de redundância dificulta a criptoanálise, por tornar os sinais mais "aleatórios", impedindo a identificação de padrões na mensagem. É verdade que a inclusão de redundância permite a identificação de mensagens válidas, impedindo o envio de mensagens aleatórias, com ataques estilo DoS, mas no que se refere à segurança da informação, a compressão e eliminação de redundância é desejada.			
119	E	-	Indeferido
A habilitação tem por finalidade apurar a capacidade do licitante para contratar com a Administração Pública, incluindo (i) a habilitação jurídica, (ii) regularidade fiscal, (iii) qualificação técnica; (iv) qualificação econômico-financeira e (v) comprovação de cumprimento do disposto no art. 7o, XXXIII, da Constituição Federal, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito, bem como qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, enquanto a Homologação ocorre após a realização dos atos da comissão de licitação que escolhem o vencedor e posteriormente se dará a adjudicação.			
120	C	-	Indeferido
Realmente, conforme os termos do artigo 40, da lei 8.666/93, no edital deverá constar o local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico, caso			

ele seja previsto. O edital é formado por quatro componentes: preâmbulo; corpo; fechamento e anexos. O preâmbulo contempla: o número de ordem em série anual; o nome da repartição interessada e de seu setor; a modalidade, o tipo de licitação e o regime de execução (no caso de obras e serviços); o ordenamento jurídico que regerá a licitação (a lei nº 8.666/93, obrigatoriamente, e outras pertinentes); o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta e o horário para abertura dos serviços. O Local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico faz parte do corpo do edital.

CARGO 3: PERITO CRIMINAL FEDERAL / ÁREA 3

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
51	C	-	Indeferido

O item versa sobre organização e arquitetura de computadores e dos componentes de um computador. Conforme literatura especializada, "Tradicionalmente, o fator dominante nos ganhos de desempenho de hardware tem sido em aumentos na velocidade do *clock* e densidade lógica. Porém, à medida que a velocidade do *clock* e a densidade lógica aumentam, diversos obstáculos se tornam mais significativos. Com relação ao atraso de RC: a velocidade em que os elétrons podem fluir em um *chip* entre os transistores é limitada pela resistência (R) e capacitância (C) dos fios de metal que os conectam; especificamente, o atraso aumenta à medida que o produto RC aumenta. À medida que os componentes no chip diminuem de tamanho, as interconexões de fio se tornam mais finas, aumentando a resistência. Além disso, os fios estão mais próximos, aumentando a capacitância". Assim, como se vê, o item trata de assunto relativo ao edital: arquitetura, organização e componentes de computadores, tópico este tratado em livros de autores conhecidos para cursos de graduação em computação e informática.

52	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

No item da prova temos: "Arquitetura de computador refere-se aos atributos de um sistema visíveis a um programador, ou seja, atributos que possuem impacto direto sobre a execução lógica de um programa. Nesse contexto, é considerada uma questão arquitetural, por exemplo, se uma instrução de multiplicação será realizada por uma unidade de multiplicação especial ou por um mecanismo que faça uso repetido da unidade de adição do sistema". Conforme literatura especializada, "Historicamente, e ainda hoje, a distinção entre arquitetura e organização tem sido importante. Muitos fabricantes de computador oferecem uma família de modelos de computador, todos com a mesma arquitetura, mas com diferenças na organização. Arquitetura de computador refere-se aos atributos de um sistema visíveis a um programador ou, em outras palavras, aqueles atributos que possuem um impacto direto sobre a execução lógica de um programa. Organização de computador refere-se às unidades operacionais e suas interconexões que realizam as especificações arquiteturais. Alguns exemplos de atributos arquiteturais incluem o conjunto de instruções, o número de bits usados para representar diversos tipos de dados (por exemplo, números, caracteres), mecanismos de E/S e técnicas para endereçamento de memória. Atributos organizacionais incluem os detalhes do hardware transparentes ao programador, como sinais de controle, interfaces entre o computador e periféricos e a tecnologia de memória utilizada. Por exemplo, é uma questão de projeto arquitetural se um computador terá uma instrução de multiplicação. E uma questão organizacional se essa instrução será implementada por uma unidade de multiplicação especial ou por um mecanismo que faça uso repetido da unidade de adição do sistema. A decisão organizacional pode ser baseada na antecipação da frequência de uso da instrução de multiplicação, na velocidade relativa das duas técnicas e no custo e tamanho físico de uma unidade de multiplicação especial." Assim, o item está incorreto no fato de que o exemplo citado não é uma questão arquitetural, conforme demonstra o texto acima.

53	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

Segundo literatura especializada, "Somente arquiteturas MIMD e MISD podem executar múltiplos *threads* ao mesmo tempo. Contudo, os *threads* executados por um computador MISD manipulam os mesmos dados e não são independentes. Portanto, somente sistemas MIMD podem explorar verdadeiramente o TLP. Processadores SISD (*single instruction, single data*) usam técnicas como *pipelines*, *VLIW (Very-Long Instruction Word)* e projeto superescalar para explorar paralelismo: processadores MISD (*Multiple Instruction, Single Data*) executam vários *threads* ao mesmo tempo: e processadores MIMD (*Multiple instructions, multiple data*) exploram TLP (*Thread-level parallelism*)." Assim a técnica citada não é verdadeiramente execução de múltiplos *threads* independentes.

54	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Conforme literatura especializada, "Em sistema microprocessado ou microcontrolado não podem existir dois dispositivos (memória ou unidade de entrada e saída) com o mesmo endereço. Isso acarretaria a queima de um dos dispositivos por curto-circuito, por meio do barramento de dados, durante uma operação de leitura de informações nesse endereço, caso esses dispositivos não apresentem as mesmas informações. Consideramos primeiramente a identificação do dispositivo. Quatro tipos de técnicas são mais usadas para identificar o dispositivo que enviou uma interrupção: • Múltiplas linhas de interrupção • Identificação por *software* • *Daisy chain* (identificação por *hardware*, vetorada) • Arbitração do barramento (vetorada) A abordagem mais direta para o problema da identificação do dispositivo originador da interrupção consiste em usar múltiplas linhas de interrupção entre o processador e os módulos de E/S. Uma técnica alternativa é a identificação por *software*. Quando o processador detecta uma interrupção pendente, ele desvia a execução para uma rotina de tratamento de interrupção que interroga cada módulo de E/S para determinar qual deles causou a interrupção. A desvantagem da identificação por *software* é que consome muito tempo. Uma técnica mais eficiente é usar um *daisy chain*, que realiza a identificação por *hardware*, usando uma conexão entre os módulos e o processador, na forma de uma cadeia circular." Ainda, sobre a Interrupção Vetorada, virtualmente cada processador reserva uma área de memória específica para tratar cada uma das interrupções. Estas localizações são chamadas vetores de interrupção. Este tipo exige a identificação do dispositivo periférico que solicita interrupção. Essa identificação é utilizada para a localização do endereço da sub-rotina de tratamento da interrupção, em uma tabela localizada em uma região determinada da memória do microprocessador (vetor de interrupções). Nesse esquema, os dispositivos periféricos que podem solicitar interrupção são interligados, através de sinais de controle, em uma cadeia conhecida como *daisy chain*, sendo o primeiro elemento ligado ao microprocessador. Em caso de pedido de interrupção, o microprocessador envia um sinal ao primeiro elemento; caso seja ele o autor do pedido, ele responde com o endereço da sub-rotina de tratamento; caso contrário, ele repassa o pedido ao próximo dispositivo periférico, que repetirá o procedimento descrito. Dessa maneira, o primeiro elemento da cadeia deverá corresponder ao de maior prioridade, e assim sucessivamente.

O que além de serial indica o modelo circular, de retorno ao início, assim o termo está correto.			
55	C	-	Indeferido
Conforme literatura especializada, a para-virtualização é uma abordagem alternativa que surge como forma de contornar as desvantagens da virtualização total. Nessa abordagem, o sistema hóspede é modificado para chamar 2 a VMM (<i>hypervisor</i> , ou Monitor de Máquina Virtual) sempre que for executada uma instrução ou ação considerada sensível. Dessa forma, o teste por instrução não é mais necessário. Além disso, na para-virtualização os dispositivos de <i>hardware</i> são acessados por <i>drivers</i> da própria VMM. O termo normalmente empregado para tal é <i>hypercall</i> , ou seja, a substituição da chamada de uma instrução sensível pela chamada a um tratador de interrupção de <i>software</i> (<i>trap</i>) com uma parametrização adequada de registradores.			
57	E	-	Indeferido
Conforme literatura especializada, "Porque cópias de segurança lógicas armazenam dados em um formato comum usando uma estrutura de diretório, permitem que sistemas operacionais com diferentes formatos de arquivos nativos leiam e recuperem os dados da cópia de segurança, portanto, os dados de arquivo podem ser recuperados em vários sistemas heterogêneos. Cópias de segurança lógicas também habilitam o usuário a recuperar um único arquivo da cópia de segurança (por exemplo, um arquivo apagado acidentalmente), o que normalmente é mais rápido do que restaurar todo o sistema de arquivo. Todavia, pelo fato de cópias de segurança lógicas somente poderem ler dados expostos pelo sistema de arquivo, podem omitir informações como arquivos ocultos e metadados que são copiados por uma cópia de segurança física quando esta copia cada <i>bit</i> do dispositivo de armazenamento do sistema de arquivo. Salvar arquivos em um formato comum pode ser ineficiente devido à sobrecarga incorrida na tradução entre o formato do arquivo nativo e o formato de arquivamento".			
58	E	-	Indeferido
Conforme literatura especializada, as restrições nos bancos de dados geralmente podem ser divididas em três categorias principais: 1. Restrições que são inerentes no modelo de dados. Chamamos estas de restrições inerentes baseadas no modelo ou restrições implícitas. 2. Restrições que podem ser expressas diretamente nos esquemas do modelo de dados, em geral especificando-as na DDL. Chamamos estas de restrições baseadas em esquema ou restrições explícitas. 3. Restrições que não podem ser expressas diretamente nos esquemas do modelo de dados, e, portanto, devem ser expressas e impostas pelos programas de aplicação. Chamamos estas de restrições baseadas na aplicação ou restrições semânticas ou regras de negócios. As restrições inerentes do modelo relacional pertencem à primeira categoria. Por exemplo, a restrição de que uma relação não pode ter tuplas duplicadas é uma restrição inerente. As restrições da terceira categoria são mais gerais, relacionam-se ao significado e também ao comportamento dos atributos, e são difíceis de expressar e impor dentro do modelo de dados, de modo que normalmente são verificadas nos programas de aplicação que realizam as atualizações no banco de dados. Outra categoria importante de restrições é a de dependências de dados, que incluem dependências funcionais e dependências multivaloradas. Elas são usadas principalmente para testar a 'virtude' do projeto de um banco de dados relacional e em um processo chamado normalização. As restrições baseadas em esquema incluem restrições de domínio, restrições de chave, restrições sobre NULLs, restrições de integridade de entidade e restrições de integridade referencial.			
59	C	-	Indeferido
O item traz: "arquitetura ANSI de três níveis separa o nível externo dos usuários, o nível conceitual do banco de dados e o nível de armazenamento interno no projeto de um banco de dados. O nível interno tem um esquema interno, que descreve a estrutura do armazenamento físico do banco de dados e descreve os detalhes completos do armazenamento de dados e os caminhos de acesso para o banco de dados." Sem ambiguidades, especificam-se os três níveis e a quem ou a que eles se relacionam, definindo-os corretamente.			
61	C	-	Indeferido
O item "Divergência de impedância é o termo usado para se referir aos problemas que ocorrem devido às diferenças entre o modelo de banco de dados e o modelo da linguagem de programação." não fala sobre normas e legislação. O termo é tratado sob o foco de linguagens de programação que consta no edital.			
62	E	-	Indeferido
No item tem-se: "Para realizar a auditoria em um banco de dados, a utilização de um sistema gerenciador de <i>streams</i> de dados (SGSD) impede que o administrador do banco de dados defina os parâmetros de auditoria e os dados a serem auditados mediante consultas, de tal forma que os resultados sejam obtidos em tempo real, minimizando o volume de registros de log que precisam ser armazenados." Não há erros de declaração ou ambiguidade de termos. Ainda, conforme literatura especializada, "Gerenciadores de banco de dados são essenciais em diversas aplicações. É fundamental garantir que os dados armazenados permaneçam seguros. Assim, é preciso monitorar quando e como o dado foi acessado a fim de prevenir e detectar acessos indevidos. Isso pode ser feito através da auditoria. Em geral é baseada em registros de log gerados para este fim, que cresce em volume à medida que aumenta a utilização do banco de dados. Dependendo deste volume, é necessário definir políticas mais específicas sobre quais tabelas e colunas auditar bem como os tipos de consultas. A utilização de um Sistema Gerenciador de <i>Streams</i> de Dados (SGSD), para realizar a auditoria em um banco de dados, tem como vantagem permitir que o administrador do banco de dados defina os parâmetros de auditoria e os dados a serem auditados através de consultas, bem como a obtenção de resultados em tempo real, minimizando o volume de registros de log que precisam ser armazenados."			
63	E	-	Indeferido
A questão exige do candidato o conhecimento relativo à eficiência dos testes. Assim, o teste de caixa branca é o mais eficiente para conhecer o código e seu comportamento, enquanto o teste caixa-preta é muito mais fácil de fazer e requer muito menos habilidade. Portanto, exigiu-se do candidato o conhecimento de qual teste é o mais eficiente e qual é o mais fácil de implementar, mas ambos são utilizados para depurar o código e o comportamento de			

um programa.			
64	C	-	Indeferido
Uma fase na engenharia de programa de computadores é a busca, no código, por pontos fracos que permitam intervenções externas. Estes pontos fracos são locais em potencial para uma possível invasão no programa, um método para realizar esta engenharia reversa é o <i>red pointing</i> . O método consiste em identificar comandos, como <i>strcpy</i> e semelhante, que possibilite obter acesso aos dados do usuário que estão sendo manipulados pelo programa. De acordo com a literatura, este método é o mais rápido e fácil de ser utilizado para a busca de pontos fracos no programa.			
65	C	-	Indeferido
A engenharia reversa possibilita conhecer a estrutura do programa e sua lógica, que permite identificar os arquivos e as funções que estão sendo utilizadas. Quando a engenharia reversa é utilizada para alterar a estrutura do programa, denominamos esta atividade de <i>patching</i> , ou seja, é a possibilidade de fazer correção no programa de modo transparente.			
66	E	-	Indeferido
O conceito apresentado na questão refere-se ao conceito de programas maliciosos do tipo <i>Keyloggers</i> e não <i>RootKits</i> .			
67	E	-	Indeferido
O item apresenta dois erros. O primeiro, falta o pipe (<code> </code>), e o segundo, que o nome do arquivo original será mantido. O comando faz parte do escopo do sistema operacional <i>Linux</i> , que é matéria do escopo do concurso.			
68	C	-	Indeferido
A função <i>x</i> , sem qualquer alteração, pode ser testada em uma linguagem como Java que faz parte do programa e o resultado é igual a 21. Trata-se de uma função recursiva.			
69	C	-	Indeferido
O termo acoplamento pode ser utilizado em vários contextos. Uma classe deve representar um único conceito. As constantes e os métodos públicos que a interface pública expõe devem ser coesos. Isto é, todos os recursos da interface devem estar intimamente relacionados ao único conceito que a classe representa. Se achar que a interface pública de uma classe referencia vários conceitos, isso é um bom sinal de que pode ser a hora de utilizar classes separadas. Muitas classes precisam de outras classes para que possa fazer o seu trabalho. Se muitas classes, de um programa, dependerem umas das outras, então há um forte acoplamento entre elas.			
70	E	-	Indeferido
O conteúdo avaliado nesta questão está em conformidade com o edital: 4. Linguagens de programação. 4.1 Noções de linguagens procedurais: tipos de dados elementares e estruturados, funções e procedimentos. 4.2 Noções de linguagens de programação orientadas a objetos: objetos, classes, herança, polimorfismo, sobrecarga de métodos. 4.3 Estruturas de controle de fluxo de execução. O diagrama refere-se à instrução repita até , ou seja realizar o conjunto de instruções enquanto a condição for falsa, já a instrução faça até irá realizar o conjunto de instruções enquanto a condição for verdadeira. Assim, é o diagrama de bloco que determina qual instrução se refere. O diagrama de bloco não está associado à linguagem de programação.			
71	C	-	Indeferido
Argumentação: Em alguns casos as páginas HTML enviam caracteres especiais para serem tratados como caracteres comuns. Caso estes caracteres não sejam tratados de forma especiais erros poderão ocorrer. Nas páginas JSP este caracteres podem ser tratados via método estático <code>encode</code> da classe <code>java.net.URLEncoder</code> . Mais informações podem ser obtidas em Edson Gonçalves. Desenvolvendo aplicações Web com JSP, Servlets, Java Server Faces, Hibernate, EJB3 Persistence e Ajax. Rio de Janeiro. Ciência Moderna LTDA, 2007. pág 82 e 83. A Linguagem HTML encontra-se no item 4.5 Desenvolvimento web: Servlets, JSP, Ajax, PHP, ASP do edital.			
72	E	-	Indeferido
Argumentação: Quando do surgimento do AJAX as versões de IE existentes já o suportavam. Assim, o objetivo da questão é avaliar o conhecimento do candidato quanto a arquitetura do AJAX. Mais informações podem ser obtidas em Herbert Moroni. Criação de sites em Ajax. São Paulo. Digerati Books, 2007. Pág. 16.			
73	C	-	Indeferido
Argumentação: O interpretador é um programa que faz a tradução do código fonte de um programa alvo e o executa sem a necessidade de gerar código objeto. E os compiladores traduzem de uma linguagem fonte para equivalente em uma linguagem alvo. Esta linguagem alvo pode ser o assembly, código objeto ou bytecode. No caso da Linguagem Java o processamento da linguagem é híbrida. Mais informações podem ser obtidas em Kenneth C. Louden. Compiladores: princípios e práticas. São Paulo. Pioneira Thomson Learning, 2004. Pág 5. E, em Alfred V. Aho. Compiladores: princípios, técnicas e ferramentas. São Paulo. Pearson Addison-Wesley, 2008. Pág 2.			

74	C	-	Indeferido
Argumentação: Uma gramática pode ter mais de uma árvore de derivação gerando determinada cadeia de terminais. Quando uma gramática permite esta característica ela é dita ambígua. A gramática apresentada neste item é ambígua porque permite gerar duas árvores de derivação distintas. Mais informações podem ser obtidas em Alfred V. Aho. Compiladores: princípios, técnicas e ferramentas. São Paulo. Pearson Addison-Wesley, 2008. Pág 30. Uma árvore: $(10 - 4) + 3$ e a outra: $10 - (4 + 3)$			
75	C	-	Indeferido
Argumentação: No grafo apresentado no item, representando um autômato finito, os estados são representados por círculos e as transições por arestas rotuladas com os símbolos que disparam a transição entre os dois estados conectada. A string "prova" possui o símbolo 'a', assim a transição ocorrerá quanto a letra 'a' da string estiver na entrada. Mais informações podem ser obtidas em Ivan Ricarte. Introdução à compilação. Rio de Janeiro. Elsevier, 2008. Pág 59.			
76	E	-	Indeferido
Argumentação: Ao contrário do afirmado, a função monta_lista criará listas encadeadas em ordem "crescente" alfabeticamente. A linguagem C faz parte do escopo do edital (tópico 4: Linguagens de programação).			
77	E	-	Deferido c/ anulação
A ausência da palavra "binária" após "árvores" deixou o item genérico e sujeito a várias interpretações. Dessa forma, opta-se pela sua anulação.			
78	C	-	Indeferido
O conceito apresentado se refere ao método de classificação por distribuição de chave. Os valores entre 0 e 999, cada elemento é dividido em 3 partes (unidade, dezena e centena), tomando em primeiro lugar o dígito das unidades, segundo a dezena e por último a centena.			
80	E	-	Indeferido
O referido item indica que uma topologia livre de loops é fundamental para que redes IEEE 802.5 (padrão conhecido como <i>Token-ring</i>) funcionem adequadamente, o que não é verdade.			
82	C	-	Indeferido
O IEEE 802.1x é um padrão para o controle de acesso a redes baseado em portas. Ele provê um mecanismo de autenticação para dispositivos que queiram conectar-se a uma porta em uma LAN. A autenticação envolve três partes: o cliente (também chamado de suplicante), o autenticador e o servidor de autenticação. Portanto, não há, no enunciado do item, texto que o invalide.			
83	E	-	Deferido c/ anulação
O protocolo BitTorrent permite a transferência de um arquivo, a partir do <i>peer</i> , utilizando-se a maior taxa de transferência. Com isso, o conteúdo do item estaria completamente certo, devendo ser o gabarito alterado. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.			
84	E	-	Indeferido
Como é uma rede classe B e são utilizados 27 bits para identificar sub-rede, cada sub-rede terá 30 hosts e mais dois endereços que não podem ser atribuídos a hosts: o endereço da sub-rede e o endereço de <i>broadcast</i> . Nesse caso, observa-se que o endereço 182.44.82.158 representa um host, mas o endereço 182.44.82.159 não.			
85 -	C	-	Indeferido
Uma ponte atua na camada de enlace, interligando duas ou mais redes, fazendo a conversão de quadros (<i>frames</i>) de acordo com o padrão adotado em cada rede. Um ponto de acesso sem fio (<i>wireless access point</i>) interliga uma rede cabeada (por exemplo, IEEE 802.3) a uma rede IEEE 802.11, o que leva necessariamente a uma conversão de quadros e, portanto, o faz agir como uma ponte.			
86	E	-	Indeferido
O <i>Google App Engine</i> é uma plataforma de computação em nuvem que pode ser utilizada para desenvolver e hospedar aplicações <i>web</i> na infraestrutura de servidores do <i>Google</i> . Portanto, é uma tecnologia baseada no modelo <i>Platform as a Service (PaaS)</i> .			
88	C	-	Indeferido
Conforme consta na referida norma, a seção Implementar e operar o SGSI (4.2.2) estabelece que a organização deve "Formular um plano de tratamento de riscos que identifique a ação de gestão apropriada, recursos, responsabilidades e prioridades para a gestão dos riscos de segurança". Além disso, ainda			

de acordo com essa norma, implementar e operar o SGSI equivale à etapa <i>Do</i> (Fazer) do ciclo PDCA.			
89	E	-	Indeferido
Segundo a norma ISO/IEC 27001:2006, a Declaração de Aplicabilidade deve conter uma descrição dos objetivos de controle e dos controles selecionados, as razões para essa seleção, quais estão implementados no momento e os motivos para a exclusão de qualquer um dos objetivos ou controles. Sendo assim, não há correspondência com o citado no item.			
90	C	-	Indeferido
Segundo a norma ISO/IEC 27001:2006, em sua seção 4.2.1 - Estabelecer o SGSI, a organização deve, entre outras coisas, "identificar e avaliar as opções para o tratamento de riscos". Possíveis ações incluem: "aceitar os riscos consciente e objetivamente, desde que satisfaçam claramente às políticas da organização e aos critérios de aceitação de riscos" e "transferir os riscos associados ao negócio a outras partes, por exemplo, seguradoras e fornecedores".			
91	E	-	Indeferido
Ataques de Engenharia Social aproveitam-se de traços psicológicos e comportamentais do ser humano que o tornam vulneráveis. Contudo, a esteganografia não caracteriza-se como um desses traços, já que ela é uma técnica que consiste em ocultar uma mensagem dentro de outra.			
92	C	-	Indeferido
Considerando que um algoritmo simétrico necessita da mesma chave tanto para encriptar quanto para decriptar, nesse caso, a chave está sendo representada pela impressão digital do indivíduo.			
93	E	-	Indeferido
O SDL tem sido adotado pela <i>Microsoft</i> com redução significativa no número de vulnerabilidades encontradas quando se compara com o desenvolvimento pré-SDL. No entanto, não é característica do SDL a definição de roteiros distintos para o desenvolvimento de novos produtos e para a manutenção daqueles já existentes, conforme descrito no item.			
95	C	-	Deferido c/ anulação
O item apresenta a definição correta de APT, inclusive citando um exemplo de um ataque desse tipo. No entanto, o enunciado cita o Stuxnet como um vírus quando, na realidade, ele é um <i>worm</i> , o que torna o item errado. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.			
96	C	-	Indeferido
Para analisar pacotes e detectar possíveis ataques, é necessário que eles não estejam criptografados. No entanto, a confidencialidade das transmissões é um item fundamental para a segurança das informações que trafegam na Internet. Uma solução então é o uso de proxies reversos, os quais podem se comunicar com o mundo externo de maneira segura e se comunicam com os servidores internos da empresa sem o uso de criptografia. Dessa forma, o IDS pode atuar adequadamente.			
97	C	-	Indeferido
No sistema operacional <i>Windows</i> , as ferramentas de análise de tráfego não conseguem mostrar os quadros de redes <i>wireless</i> IEEE 802.11. São mostrados quadros "falsos" no padrão IEEE 802.3. Além disso, em sistemas que permitem a visualização de quadros 802.11, é preciso configurar a interface de rede para o modo de monitoramento (<i>monitor mode</i>), não sendo possível realizar tal captura usando o modo promíscuo.			
98	C	-	Indeferido
Um WIPS tem por objetivo monitorar o espectro de ondas de rádio para identificar a presença de sinais que correspondem a pontos de acesso não autorizados. Pode ser um dispositivo de <i>hardware</i> como também pode ser feito via <i>software</i> , utilizando ferramentas de análise de tráfego disponíveis. Ao detectar a presença de sinais de rádio não autorizados, este dispositivo pode enviar alertas para que as medidas necessárias sejam tomadas.			
100	E	-	Indeferido
<i>Phishing</i> consiste em um fraudador se fazer passar por uma pessoa ou empresa confiável enviando uma comunicação eletrônica oficial. Geralmente isso ocorre via <i>email</i> , mensagem instantânea ou <i>SMS</i> contendo informações falsas e que buscam direcionar a vítima para sites falsos. Nesse sentido, a banca decide pelo indeferimento do recurso.			
101	C	-	Indeferido
A descrição dada para a técnica de <i>Traffic shaping</i> está correta. Essa prática é adotada por algumas empresas de telefonia e provedoras de acesso à			

Internet.			
102	E	-	Indeferido
Embora todos os modos de operação garantam a confidencialidade, alguns modos de operação de cifra não garantem a integridade da mensagem cifrada. Com relação à autenticação, essa é uma característica presente em alguns modos de operação, mas não em todos eles.			
103	E	-	Indeferido
A autenticidade pode ser garantida com o uso apenas da criptografia assimétrica ou simétrica. Em literatura especializada, encontra-se um exemplo de autenticação de mensagem chamado <i>Message Authentication Code (MAC)</i> , que permite um receptor autenticar o emissor com base em criptografia simétrica.			
104	C	-	Indeferido
Ao acessar um site seguro, o navegador do cliente precisa verificar se o certificado fornecido pelo servidor é realmente válido. Para isso, o navegador consulta a autoridade certificadora usando o protocolo OCSP. Com isso, os navegadores não precisam mais manter as chamadas CRL (<i>Certificate Revocation List</i>).			
105	E	-	Deferido c/ anulação
O enunciado do item não deixa claro se são apenas os tamanhos de chave de 128, 192 e 256 <i>bits</i> que podem ser utilizados. Por esse motivo, o item deve ser anulado.			
106	C	-	Indeferido
A utilização da assinatura digital objetiva apresentar uma prova inegável de que uma mensagem veio do emissor. Em outras palavras, é preciso garantir autenticidade, integridade e irretroatividade, fatores que o algoritmo RSA tem condições de atender. Porém, criptografar mensagens grandes tem um impacto considerável com o uso apenas de criptografia assimétrica. Dessa forma, para melhorar o desempenho do processo de criptografia e decriptografia, utiliza-se a combinação do RSA com funções de <i>hashes</i> criptográficos, como por exemplo, o SHA-1.			
108	C	-	Indeferido
Argumentação: O <i>hash</i> criptográfico SHA-1 é utilizado nos protocolos TLS, SSH e IPSec, bem como alguns sistemas de controle de versão disponíveis na Internet também o utilizam para garantir a integridade das revisões dos arquivos ao longo do processo de versionamento.			
109	E	-	Indeferido
Há diminuição do número de aplicativos que exigem conta de super usuário no <i>Windows 7</i> . No <i>Windows 2007</i> há menor número de aplicativos que exigem privilégio de administrador.			
110	C	-	Deferido c/ anulação
No que se refere ao <i>Windows Vista</i> , conforme referência: < http://technet.microsoft.com/en-us/library/cc722404 >, o item está correto. No entanto, para o "log de aplicativos", de acordo com mesma referência, ocorre de forma diferenciada, pois são os desenvolvedores de programa que decidem quais eventos registrar em log. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.			
111	C	-	Deferido c/ anulação
De acordo com o site oficial da Microsoft (http://windows.microsoft.com/pt-br/windows7/products/features/bitlocker), somente com o recurso de "bitlocker to go" é possível o bloqueio de unidades móveis. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.			
112	C	-	Indeferido
A questão não é restritiva ao <i>notebook</i> ou ao <i>desktop</i> . De acordo com a documentação oficial em Certa. O recurso de <i>Applocker</i> permite Especificar que aplicativos podem ser executados.			
115	C	-	Indeferido
A questão explicita a versão do <i>kernel</i> (2.6) e está correta, pois a partir da versão 2.5 o escalonador fornece afinidade de processador, balanceamento de carga e suporte para SMP por meio de algoritmo preemptivo baseado em prioridades. Tarefas de maior prioridade quotas de tempo mais longas. A questão também não versa sobre números, como, por exemplo, 1 é maior do que 100 para prioridades, ela simplesmente descreve maior.			

116	E	-	Indeferido
A questão está errada, pois os usuários são cadastrados no sistema através do arquivo "/etc/passwd". ...dentro do arquivo você verá uma entrada para cada usuário, incluindo o diretório home e o <i>shell</i> usado. Não há não ambiguidade no enunciado.			
117	C	-	Deferido c/ anulação
Apesar de haver referência inicial que confirme o descrito no item, há referências divergentes sobre o assunto. Diante disso, opta-se pela anulação.			
118	C	-	Indeferido
O nome da camada está correto, conforme literatura especializada.			
120	E	-	Indeferido
Prescindir significa "não precisar de; dispensar, renunciar, recusar." Logo a questão está errada, pois a "Seleção de fornecedor" não é opcional.			

CARGO 4: PERITO CRIMINAL FEDERAL / ÁREA 4

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
51	C	-	Deferido c/ anulação
Conforme norma da ABNT, no caso da impossibilidade de vistoria do imóvel avaliando, o profissional pode admitir uma situação paradigma. Diferentemente do afirmado no item, nos graus II e III de fundamentação, é necessário no mínimo cinco (5) dados de mercado efetivamente utilizados. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.			
52	C	-	Deferido c/ anulação
A classificação das avaliações de imóveis rurais quanto à precisão não é exclusividade do método comparativo direto de dados de mercado com o uso de regressão linear, mas do método comparativo direto de mercado, independente do uso de regressão linear ou de fatores de homogeneização. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.			
53	E	-	Indeferido
De acordo com a Normativa ABNT NBR 14653-3: 2004 - Avaliação de bens Parte 3: Imóveis rurais, item 10.1.2, é admissível, na avaliação, a determinação do valor da terra nua a partir de dados de mercado de imóveis com benfeitorias, deduzindo-se o valor destas.			
54	C	-	Indeferido
O grau de fundamentação é estabelecido inicialmente pelo contratante, de forma que, uma vez estabelecido, este fica previamente determinado.			
56	E	-	Indeferido
De acordo com a Normativa da ABNT NBR 14653-3: 2004 - Avaliação de bens Parte 3: Imóveis rurais, os custos diretos e indiretos devem ser considerados. Quando existir exploração econômica autorizada pelo órgão competente, pode ser utilizado o método da capitalização da renda, em que devem ser considerados os custos diretos e indiretos. Neste caso, se for necessário o inventário florestal, este deve ser executado para a área avaliada.			
58	C	-	Indeferido
Observações sobre o item em questão: no sítio do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento consta: "Toneladas de produtos agrícolas excedentes podem ser comercializadas, por meio de leilões eletrônicos monitorados pelo governo, de forma a abastecer regiões deficitárias e, ao mesmo tempo, garantir aos produtores um preço que lhes permita manter-se na atividade rural; a palavra Estado, no item, foi utilizada como sinônimo de Governo; a comercialização de excedentes resulta em abastecimento de regiões deficitárias e, ao mesmo tempo, garante melhores preços aos produtores rurais.			
59	C	-	Indeferido
O termo "cooperativa rural" remete à organização dos produtores rurais na forma de cooperativismo. Empresas rurais e demais segmentos da área rural não se organizam na forma de cooperativas. O Crédito Rural abrange recursos destinados a custeio, investimento ou comercialização. O produtor pode pleitear as três modalidades de crédito rural como pessoa física ou jurídica. As cooperativas rurais são também beneficiárias naturais do sistema.			

60	E	-	Indeferido
A argumentação apresentada no recurso não corresponde ao item questionado.			
62	C	-	Indeferido
Em meados de 1930, Münch propôs um Modelo de Fluxo por Pressão. No modelo a água se move para o interior de dois osmômetros, por osmose, se as concentrações internas forem diferentes das externas. A pressão aumenta mais rapidamente no interior do osmômetro com menor potencial osmótico, ou seja, maior concentração interna de solutos. O resultado é um fluxo de massa, sob pressão, entre os osmômetros interligados. Na verdade existe um gradiente de potencial osmótico ao longo de todo o floema de uma planta, o que significará um gradiente de pressão, possuindo sempre a região superior de um tubo seiva uma pressão maior que a região imediatamente inferior, e assim por diante. A hipótese de Münch estabelece que o fluxo da seiva nos elementos do floema é devido a um gradiente de pressão, gerado por osmose entre a fonte e o dreno. O gradiente de pressão estabelecido resulta do carregamento do floema na fonte e descarregamento do floema no dreno. Isto é, o carregamento ativo do floema (com gasto de energia metabólica) gera um baixo potencial osmótico (ψ_s) nos tubos do floema nos tecidos da fonte, resultando em redução no potencial hídrico (ψ). A consequente absorção de água pelo floema resulta num aumento do potencial de turgescência (potencial de parede). No dreno, final de via de translocação, o descarregamento leva a uma redução do potencial de parede (ψ_p) nos tubos crivados. A presença das placas crivadas aumenta a resistência ao longo da via, resultando na manutenção de um gradiente de pressão considerável entre a fonte e o dreno, conforme literatura especializada.			
64	E	-	Indeferido
De acordo com o Código Internacional de Nomenclatura Botânica: o nome de uma planta é uma combinação de gênero e espécie, sem terminações fixas, devendo ser acompanhada do nome do autor e aparecendo em destaque no texto (itálico, sublinhado...).			
66	E	-	Indeferido
O plantio direto tem auxiliado no controle das plantas daninhas, especialmente no milho safrinha, semeado após a lavoura de verão. Nesse sistema, sem revolvimento do solo, o banco de sementes na parte superficial do solo tende a reduzir, reduzindo a germinação dos propágulos.			
67	E	-	Indeferido
O fato é que o tratamento sistêmico é o mais recomendado em condições satisfatórias de suprimento de água e recomenda-se controle por pulverização dirigida em situações de estresse hídrico, contrário ao que está afirmado no item. Sob condições satisfatórias de suprimento de água, o tratamento de sementes com inseticidas sistêmicos é o método mais recomendado para controle de pragas iniciais do milho, como a Lagarta-elasma e a Lagarta-do-cartucho, sendo que, em caso de estresse hídrico, recomenda-se o controle por pulverizações dirigidas para o sítio de ataque do inseto.			
68	C	-	Indeferido
Observações sobre o item em questão: o item não contém a palavra "alguns insetos", mas também não afirma que são "todos os insetos", de forma que a assertiva "confere ao milho resistência ao ataque de insetos" continua sendo correta; em relação à ausência do termo "lepidóptera", o item segue correto, pois se trata de insetos e o item não afirma que confere resistência a todos os insetos. Em relação a inserção de genes, conforme literatura especializada, um dos principais problemas encontrado na cultura da soja é o combate às plantas daninhas, que é realizado quimicamente ou com tratos culturais. Com o uso da transgenia, o gene que codifica a enzima EPSPS (5-enolpiruvil chiquimato-3fosfato sintase) foi transferido para o genoma da soja cultivada e conferiu a esta tolerância aos herbicidas do tipo glifosfato. Outra característica que foi inserida no genoma de espécies cultivadas foi o gene BT, que confere resistência ao ataque de insetos em milho.			
70	C	-	Deferido c/ anulação
Em virtude das controvérsias em torno do assunto, opta-se pela anulação do item.			
72	C	-	Indeferido
A literatura especializada, de maneira contundente, refere-se à queima do bagaço como fonte geradora do vapor. O vapor não é gerado diretamente no momento da queima do bagaço, mais é gerado a partir da queima do bagaço, a qual desencadeia o processo de geração do vapor que resultará na geração da energia. Ainda, conforme literatura da área, tem-se que "o processo de cogeração de energia no setor sucro-alcooleiro consiste em aproveitar o vapor produzido (energia térmica) pela queima do bagaço em caldeiras, para movimentar equipamentos".			
74	C	-	Indeferido
Apesar da utilização do simbiose sem especificação, sabe-se que a associação simbiótica formada entre fungos micorrízicos e plantas é mutualística, uma vez que os fungos micorrízicos arbusculares são organismos mutualistas obrigatórios. Além disso, o fato de o item conter a afirmativa que a presença dos fungos micorrízicos arbusculares tornam as plantas tolerantes ao estresse é um indicativo, mais do que claro, de que a relação estabelecida é do tipo harmônica. Sabe-se que cerca de 95% das espécies vegetais atuais pertencem a famílias que são caracteristicamente micorrízicas, conforme literatura especializada, o que faz dos fungos micorrízicos arbusculares a regra e não a exceção na natureza. Dentro deste contexto, não se faz necessário o uso do termo "vegetais superiores" para julgamento do item.			
75	C	-	Indeferido

A questão apenas afirma que o peso dos grãos, ao longo do período de armazenamento, é diminuído por causa das reações químicas de oxidação que consomem energias acumuladas sob a forma de compostos orgânicos, e isso, de fato, ocorre. No entanto, isso não significa que não existam outros fatores que interfiram na diminuição do peso dos grãos, e, ao mesmo tempo, na redação do item, não há afirmação de que as reações químicas de oxidação é o único fator de diminuição do peso de grãos.

76	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

Nos armazéns bem projetados, admite-se (termo este corretamente empregado) um aproveitamento com produto de 75 a 85% da área total e altura das pilhas entre 1,0 a 1,5 m, por questão de iluminação, ventilação e movimentação dos operadores, dados diferentes dos citados no item da questão, pois estes não se pode admitir.

77	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

A realização de projetos de unidades de pré-processamento e armazenagem de grãos, deve conter documentos de análise que permite avaliar os elementos para a tomada de decisão sobre sua execução ou apoio e a infraestrutura necessária para implementação da obra. Para o projeto destas unidades, são estabelecidos critérios técnicos (informações necessárias para obtenção de dados sobre tamanho, localização, processo de produção, máquinas e equipamentos, etc), básicos (características físicas e tecnológicas do bem ou serviço prestado, em função das exigências técnicas) e complementares. Os três pilares em que a armazenagem deve ser alicerçada são: Aeração forçada (fazer passar ar ambiente através de ventiladores pela massa de grãos), termometria (medir temperatura na massa de grãos e identificar focos de aquecimento e seu comportamento) e sistema de exaustão (que se refere à retirada de ar – bolsas de calor - que se concentra entre a massa de grãos e a cobertura do armazém ou silo metálico). Desta forma, fatores elencados nos recursos, e que podem ser modificados no interior das unidades armazenadoras - desde que garantida as condições mínimas para o armazenamento -, podem, como afirma no item, para garantia de qualidade dos grãos armazenados, estar ancorados nos princípios de aeração forçada, termometria e sistema de exaustão. Quando garantidos estes princípios, pode-se inferir que a qualidade dos grãos armazenados é garantida (isso independe de instrução normativa). No item não se afirma que outras medidas secundárias não possam ser utilizadas na manutenção da qualidade dos grãos, apenas que estes são os "princípios" da armazenagem, e isso é correto.

78	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

A retirada da umidade intersticial, que atravessa o tecido dos grãos, pela diferença de pressão osmótica e pela capilaridade não rápida e fácil.

79	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

O item está se referindo ao hemisfério sul, e no verão, em que, nessa situação, os galpões se possuem a cumeeira orientada no sentido leste-oeste, se conseguirá, de fato, que a superfície exposta a oeste seja a menor possível, evitando sobreaquecimento pela insolação no verão. Não há necessidade de especificar o tipo de uso do galpão, uma vez que, na afirmação do item, apenas se refere a condição de orientação da cumeeira da edificação no hemisfério sul e no verão para evitar o sobreaquecimento pela insolação, ficando ao critério do profissional habilitado julgar se esta é adequada para o tipo de uso a ser dado a edificação.

80	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

Em construções do tipo parede-sobre-parede, com até três pavimentos, que não necessitam de vigas e pilares, o primeiro e segundo andar deverão apresentar uma configuração dos cômodos e paredes exatamente iguais e não diferentes, como no item, ao do pavimento-tipo (andar térreo), para que não haja problema na estabilidade da construção, portanto, o item esta errado.

81	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

O item está errado, pois embora seja correto que as práticas mecânicas possuam como função principal diminuir a energia cinética do escoamento ou da enxurrada e favorecer a infiltração da água no solo, porém, não se deve usar a quantidade média do escoamento para o cálculo da capacidade de um terraço e canais, pois a água transbordaria durante as chuvas maiores que a média.

82	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

A capacidade de uso do solo é uma ferramenta técnica interpretativa. O item se refere à avaliação do sistema de capacidade de uso representar um grupo quantitativo de classes de solos, sem considerar a localização e as esferas econômicas, políticas e sociais, mas baseia-se unicamente nas limitações permanentes das terras e é todo voltado para a possibilidade e limitações quanto à utilização. Os procedimentos ou metodologia de determinação das classes de uso é feito a partir do levantamento de campo, resultados analíticos das amostras coletadas, imagens de satélites e ferramentas do SIG. O item não descreve que outras fontes de informação não possam ser utilizadas.

84	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

A rocha depois de alterada é denominada de regolito ou manto de intemperização, porque forma uma camada que recobre as que estão em vias de decomposição. Portanto, não é o regolito que está em decomposição, mas, sim, é uma camada que recobre as que estão em vias de decomposição.

85	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

A densidade do solo é a relação entre massa do solo seco e o volume total do solo, portanto, por definição, densidade real é diferente e densidade do solo.

Somente a densidade do solo pode ser utilizada para converter a umidade em base peso para base volume.			
86	C	-	Indeferido
O item trata da pós-colheita e comercialização, os quais, de fato, neste tipo de mercado, é correto afirmar que os produtos são negociados com pagamento à vista ou a prazo, mediante entrega imediata da mercadoria.			
87	E	-	Indeferido
A argumentação do recurso interposto não condiz com o item da prova.			
89	E	-	Indeferido
A argumentação do recurso interposto não condiz com o item da prova.			
92	C	-	Indeferido
A delimitação da aptidão edáfica e a delimitação climática compõem o zoneamento agrícola. Esta afirmativa não ignora a possibilidade de haver outros componentes neste tipo de zoneamento.			
93	C	-	Indeferido
É notório que as florestas diminuem as variações térmicas durante o dia. Já a vegetação baixa, como a cobertura morta, intensifica o efeito microclimático, em comparação com as florestas. É comprovado que durante o dia há aquecimento do microclima e resfriamento noturno, com maior amplitude das condições de clima local em relação a vegetação de grande porte. Embora a cobertura morta reduza as amplitudes térmicas do microclima, ela não impede que durante o dia haja aquecimento e a noite ocorra o resfriamento, ou seja, a cobertura morta ameniza as amplitudes térmicas, tanto do solo como do microclima, mas não impede que durante o dia o ar seja aquecido de maneira mais acentuada que em florestas. O item se refere ao balanço de energia local (microclima - termo amplamente utilizado na literatura técnica, portanto tecnicamente aceitável), onde, de maneira geral, a vegetação baixa e a cobertura morta intensificam o efeito microclimático, mesmo que as amplitudes sejam diferentes entre as diferentes características da vegetação baixa e da cobertura morta. Conforme redação do item, as florestas apenas diminuem as variações térmicas acentuadas (embora existam variações) durante o dia, enquanto a vegetação baixa e a cobertura morta intensificam o efeito microclimático, o que, de fato, ocorre na elaboração do balanço de energia local.			
95	C	-	Indeferido
A mastigação é um ato mecânico, portanto físico. Além disso, no caso, por exemplo, de um fungo penetrar no vegetal, inicialmente ele promove uma injúria física, depois se desencadeiam diversas injúrias químicas. A falta do acento na palavra injúria, não impede o julgamento objetivo do item.			
96	E	-	Indeferido
Toda doença interfere, de alguma forma, nos processos fisiológicos dos vegetais, podendo ou não resultar em sintomas aparentes, mas internamente.			
97	C	-	Indeferido
Todos os fatores citados no item (água, temperatura, oxigenação e luminosidade) interferem diretamente na germinação das sementes.			
98	C	-	Indeferido
É de amplo conhecimento que, nas florestas, a infiltração de água no solo é muito maior, pois não ocorre escoamento superficial devido a alta permeabilidade do solo. Assim o solo consegue manter maior volume de água por mais tempo. Essa característica é independente da evaporação das e, também, do tipo de solo.			
99	E	-	Indeferido
Em se tratando de reflorestamento com fim econômico, e não ambiental, como menciona o comando, não se recomenda o uso de solos degradados. O que usualmente se faz é reflorestamento com fins ambientais nessas áreas, ou seja, não se deseja em momento algum realizar colheitas futuras de madeira, como nos reflorestamentos comerciais, onde, aliás, se faz grande investimento em melhoria das condições do solo.			
100	E	-	Indeferido
Era preciso atenção à característica mais importante, que é a assepsia. Ou seja, necessidade de controle total de possíveis infecções. Na redação do item aparece a palavra sepsia, que não reflete ambiente livre de patógenos.			
102	E	-	Indeferido
O texto não indica comparação com o mesmo produto, mas a comparação com produtos que têm concentração diferente, que justifica diferença no rendimento. O produto que rende mais é mais concentrado. A contaminação é relativa à taxa do contaminante, que se estiver mais concentrada, ainda que			

se aplique o mesmo, a quantidade da substância tóxica será próxima daquela do produto menos rentável aplicado em maior quantidade. A concentração no ambiente será equivalente. Um dos recursos alegou que, ao invés da concentração do ingrediente ativo, poderia haver a possibilidade não informada pelo item de que o produto contrabandeado teria dose letal menor que o similar. Se o produto tiver dose letal menor, o produto seria menos contaminante. Tal raciocínio não é muito adequado, pois neste caso tratar-se-ia de princípio ativo diferente ou que estivesse combinado com outra substância cuja interação aumentasse a mortalidade em doses menores. Em todo caso, a contaminação do ambiente, na perspectiva do risco, seria equivalente, pois ainda que em quantidades menores, a toxicidade seria a mesma.

104	E	-	Indeferido
-----	---	---	------------

Em literatura especializada, há estudo que indica erro médio de cerca de 50 metros em carta topográfica de 1:10.000 simulada com diferentes data planimétricos. O erro pode ser amplificado e gerar imprecisão que impeça a localização do estabelecimento comercial. Pode, também, impedir a localização do divisor de águas ou do leito do rio, com sérias implicações para a análise na escala de paisagem. A argumentação de que bastaria o órgão solicitar à Polícia Federal informação sobre o *datum* utilizado, quando da aquisição dos pontos, poderia ser válida no caso em que a coleta de dados, em campo, tenha sido feita com equipe que conhece o significado, importância e definiu, conscientemente, o *datum* no aparelho. No entanto, já não seria tão válida, em casos de recursos humanos que não foram adequadamente preparados e treinados, no uso da tecnologia, e, muitas vezes, sequer conhecem a existência do conceito de *datum* e se preocupam em verificar o sistema adotado. Ainda, o fato de dados do GPS serem obtidos por meio do *DATUM* WGS84 não garante que, na aquisição dos dados em campo, depois do GPS ser manuseado por diferentes pessoas, não tenha havido mudança de *DATUM*.

105	C	-	Indeferido
-----	---	---	------------

Não se trata de venda de qualquer produto simplesmente por ausência de registro da operação de venda (não emissão de nota fiscal, como sugere o candidato). Produtos agrícolas produzidos com uso de substâncias não autorizadas ou em concentração acima do permitido são objeto de embargos comerciais e devem, também, ser objeto de identificação, também, do ponto de vista do setor comercial. Caso o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tome a iniciativa de implementar uma política de prevenção de comercialização de produtos agrícolas para exportação fora da conformidade legal, a base de dados georreferenciada da Polícia Federal pode servir para mapeamento de regiões de risco de ocorrência desse problema. O sentido da cobrança tem relação com a análise espacial e a possibilidade que esta oferece de apoio a decisão, identificando rotas e pontos focais de convergência e vizinhança com fatos registrados (localização de aglomerados de registro de produtos contrabandeados). Portanto, a base de dados de produtos contrabandeados permite avaliar regiões de risco de comercialização de produtos agrícolas fora da conformidade, tratando-se de comércio ilegal por serem os produtores sabedores da não conformidade.

106	E	-	Indeferido
-----	---	---	------------

Há que se dizer que a discussão não se resume à viabilidade de confecção do mapa, mas a um aspecto conceitual: a relação topológica de sobreposição parcial ou de circunvizinhança não é garantia de detecção de risco para este caso, visto que a contaminação de água para captação com fins de abastecimento urbano requer o mapeamento de bacias hidrográficas e da localização de captação. Uma região com aglomerado de propriedades rurais que façam uso intenso de agrotóxicos pode não comprometer o abastecimento de uma cidade distante 2 ou 3 quilômetros se esta cidade fizer a captação em outra bacia hidrográfica, separada da região-problema por um divisor de água.

107	E	-	Indeferido
-----	---	---	------------

O candidato alega que o *datum* não é tão importante (na verdade o item da prova é o 104). O erro pode ser amplificado e gerar imprecisão que, impeçam a localização do estabelecimento comercial, pode também impedir a localização do divisor de águas ou do leito do rio, com sérias implicações para a análise na escala de paisagem.

110	C	-	Indeferido
-----	---	---	------------

Existem processos de tentativa de implantação de cultivo sombreado como a cabruca (e o item é claro em referir-se a sistemas sombreados como cabruca e não cabruca em si) com uso de espécies nativas, no contexto de uma valorização de práticas consideradas ambientalmente mais amigáveis. Nesse caso, o item está correto em descrever que as espécies pioneiras devem ser plantadas, para que tenham crescimento vigoroso e para o qual se sucede o crescimento de espécies intermediárias de sucessão que vão, então, conformar o nível de sombreamento desejado para o plantio do cacau. O fato de haver uma estratificação com dossel abrigando sub-bosque, em que o sub-bosque seja o próprio cacau não significa que não se observe processos sucessionais ou que o dossel seja formado exclusivamente por espécies do primeiro ciclo. O item fala de uso de espécies nativas. A questão de ser definitiva significa que você escolherá espécies que vão constituir o dossel de cobertura, e essas espécies justamente serão aquelas caracterizadas como pioneiras pela possibilidade de crescimento rápido sob condições de exposição ao sol, vento. Processos sucessionais podem permitir a emergência de espécies que crescem inicialmente à sombra das pioneiras, sendo que a seleção das espécies visa justamente a compor o dossel de caráter definitivo, mas cujo crescimento e constituição levam em consideração as características das espécies e seus requisitos ambientais, dentre estes, os aspectos relacionados aos estágios sucessionais.

111	C	-	Indeferido
-----	---	---	------------

O item trata do conceito de endemismo e a existência de espécies endêmicas na região. O texto introdutório ao conjunto de itens diz que "A mata atlântica da região sul da Bahia é uma floresta tropical úmida (...) com alto grau de endemismo". Ou seja, diz que a mata atlântica naquela região apresenta alta diversidade e endemismo. E o item diz que a região retratada no texto apresenta diversas espécies existentes somente naquela localidade, mas não diz que o cacau é uma dessas espécies.

113	C	-	Indeferido
-----	---	---	------------

Considerando o item apresentado, observa-se que tratou do tema mineral fósforo e da enzima fitase, mas os conceitos abordados são diferentes. Esse item não especificou uma espécie animal, sendo generalista. Ao especificar uma espécie é necessário que a análise do item leve em conta todas as características do aparelho digestório do animal em questão. Também não abordou o conhecimento do local de absorção do mineral fósforo ao longo do aparelho digestório. Por último, no item apresentado o conceito da "necessidade de suplementação" diante da situação apresentada foi contemplado, conceito esse que não aparece no item atual.

115	E	-	Indeferido
-----	---	---	------------

De acordo com o Art. 6.º da Resolução Conama n. 430/2011, excepcionalmente e em caráter temporário, o órgão ambiental competente poderá, mediante análise técnica fundamentada, autorizar o lançamento de efluentes em desacordo com as condições e padrões estabelecidos nesta Resolução, desde que observados os requisitos apresentados nos incisos de I a VI desta mesma resolução. De acordo com o enunciado do item, o lançamento de efluentes em desacordo com as condições e padrões estabelecidos não é autorizado, independente das razões apresentadas, o que não é verdade, pois segundo a resolução citada acima, existe excepcionalmente, e em caráter temporário, a possibilidade de lançamento em desacordo com a resolução.

116	C	-	Indeferido
-----	---	---	------------

De acordo com o Art. 18, § 3º, inciso II, letra a, da Resolução Conama n. 430/2011, para efluentes lançados em corpos receptores de água doce Classe 3, e águas salinas e salobras Classe 2, a Concentração do Efluente no Corpo Receptor-CECR deve ser menor ou igual à concentração que não causa efeito agudo aos organismos aquáticos de pelo menos dois níveis tróficos, ou seja: a) CECR deve ser menor ou igual ao valor da Concentração Letal Mediana-CL50 dividida por 3; b) menor ou igual a 100 dividido pelo Fator de Toxicidade-FT, quando for realizado teste de ecotoxicidade aguda.

119	C	-	Indeferido
-----	---	---	------------

Segundo os subitens 8.2.2.1 da ABNT NBR 14653-3: 2004, os rendimentos líquidos esperados devem ser considerados a partir da data de referência da avaliação até o final da vida útil da produção vegetal e pelo item 8.2.2.2, na determinação da renda líquida, deve-se considerar a receita bruta, deduzidos os custos diretos e indiretos, inclusive o custo da terra nua, os impostos e o custo de erradicação, se houver. Na redação do item, o uso do termo auferir não altera seu entendimento; no texto "custo da terra nua" é indispensável especificar o tipo de custo, pois se subentende que devem ser considerados todos os custos inerentes à análise dos rendimentos líquidos. O uso do termo receita bruta não causa prejuízo no entendimento do item, pois apenas esclarece que no cálculo dos rendimentos líquidos, deve-se considerar a receita bruta.

120	C	-	Indeferido
-----	---	---	------------

O uso da expressão "assim como", indica que a exploração é, também, exemplo de classificação dos imóveis rurais. De maneira idêntica, os semoventes são exemplos de classificação dos componentes dos imóveis rurais ("Classificação dos componentes dos imóveis rurais: terras, benfeitorias, máquinas e equipamentos fixos ou removíveis, veículos, semoventes e recursos naturais"). Também de maneira idêntica, a classificação quanto ao estágio de exploração atual pode ser " terra bruta; terra nua e terra cultivada", como descrito no subitem 10.10 da ABNT NBR 14653-3:2004.

CARGO 5: PERITO CRIMINAL FEDERAL / ÁREA 5

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
51	C	-	Deferido c/ anulação

O aparelho que mede o índice de refração é o refratômetro. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.

52	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Segundo literatura especializada, a birrefringência é peculiar a cada mineral e permite identificá-lo por meio da diferença entre os índices de refração dos dois raios de luz, perpendiculares entre si, que se decompõem quando a luz atravessa o cristal. O enunciado não menciona nem deixa subentender que os dois raios de luz são perpendiculares entre si antes de atravessar o cristal. Quando um raio incidente no cristal se divide em dois que se propagam perpendicularmente entre si, tem-se o fenômeno de dupla refração ou birrefringência, ou seja, os dois termos são utilizados como sinônimos.

59	C	-	Deferido c/ anulação
----	---	---	----------------------

O nome correto da província pegmática oriental que abrange os estados do RJ, MG, ES e o sul da BA é província pegmática oriental do sudeste, e não do sudoeste, conforme afirma o item. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.

60	C	-	Deferido c/ anulação
----	---	---	----------------------

Ao contrário do que afirma o item, as gemas marfim, âmbar e pérola não são exemplos de gemas orgânicas e fossilizadas. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.

64	E	-	Indeferido
Argumentação: O erro do item está no termo "granulometria". Os sedimentos são altamente seletivos em função das diferenças na densidade e não na granulometria. O recurso deve ser indeferido.			
65	C	-	Indeferido
O item "ocorrências brasileiras de fósseis" pressupõe o conhecimento da localização geográfica e das principais características geológicas das maiores ocorrências de fósseis no Brasil. A bacia sedimentar do Araripe hospeda um dos principais registros fossilíferos do país.			
68	E	-	Indeferido
Trata-se de um processo de hidratação, ao invés de hidrólise.			
69	E	-	Indeferido
A precipitação do novo composto rico em Fe+3 é denominado de goethita, ao invés de magnetita ou alterita.			
71	C	-	Indeferido
Tipos de vertentes correspondem aos setores de cada uma das formas de relevo.			
72	C	-	Indeferido
Em alguns casos, os fatores naturais que geram erosões lineares profundas podem ser mais importantes que os antrópicos, mas em outros casos, os fatores antrópicos podem ser mais importantes que os naturais. O item em questão não afirma que os fatores antrópicos são mais importantes que os naturais.			
75	C	-	Indeferido
O termo perfil está relacionado tanto a sondagem quanto a perfilagem, o que indica que através da perfilagem podem ser determinados os demais parâmetros.			
77	C	-	Indeferido
Os argumentos interpostos não se referem ao item em questão.			
78	E	-	Indeferido
O campo regional também pode ser usado para estudar a parte profunda da região.			
81	C	-	Indeferido
O termo destrutivo é quando afeta consideravelmente o ambiente e, nesse caso, SEV não afeta. Em contaminação do solo, usa-se SEV, conforme literatura especializada.			
82	E	-	Indeferido
Ainda é preciso retirar o campo externo (variação diurna, tempestades magnéticas), conforme literatura especializada.			
86	C	-	Deferido c/ anulação
A redação do item prejudicou seu julgamento objetivo, motivo pelo qual se opta por sua anulação.			
87	C	-	Indeferido
Entendimento de frequências em seus respectivos domínios, conforme literatura especializada.			
89	E	-	Indeferido
Durante a diagênese, as rochas passam por modificações físicas e químicas, sendo as principais a compactação e a cimentação, respectivamente. Entretanto, este mesmo processo pode ser responsável pelo desenvolvimento de porosidade secundária em virtude de dissolução de cimento primário ou mesmo pelo fraturamento hidráulico durante a perda de água de níveis sedimentares adjacentes. Assim, a porosidade secundária gerada durante a diagênese pode atuar aumentando a qualidade do reservatório.			

92	E	-	Indeferido
As características de alteração e coerência são apenas dois dos fatores utilizados na descrição de saprolitos e rochas para a geotecnia, sendo importantes também o grau de fraturamento e a condutividade hidráulica. Além disso, o saprolito pode herdar as características da rocha, como foliações e bandamentos. No caso, migmatito é uma rocha heterogênea por definição e, assim, responderá de forma diferente ao granito quando ambos são submetidos a um esforço de cisalhamento num talude. Assim, o saprolito de migmatito apresentará menor estabilidade.			
101	C	-	Indeferido
A tonalidade de cinza está relacionada à intensidade de energia eletromagnética que é refletida por um alvo. Na faixa espectral de 0,4 – 0,7 µm (visível), o leite reflete uma quantidade de energia maior que o mel. Portanto, a tonalidade de cinza do leite é maior ou mais clara que a do mel. O elaborador da prova concorda que o termo correto para tonalidade de cinza é “mais clara” ou “mais escura”. Entretanto, o fato de ter utilizado o termo “maior” não causou nenhum tipo de indução aos candidatos a optarem pela alternativa incorreta..			
110	E	-	Indeferido
Rochas carbonáticas reagem a diferentes ácidos, como o sulfúrico, o clorídrico e o acético, liberando gás carbônico. Em geologia, a identificação expedita de rochas carbonáticas é feita com ácido clorídrico diluído.			
111	C	-	Indeferido
O item afirma que "as informações fornecidas pelas amostras de sedimentos de corrente, solos e plantas são essencialmente pontuais, com exceção das amostras de sedimentos de corrente, que fornecem informações à montante da amostragem". Dessa afirmação, deduz-se que sedimentos de corrente fornecem informações a montante da amostragem, enquanto amostras de solos e plantas fornecem informações pontuais, isto é, específicas do local da amostragem.			
113	E	-	Indeferido
Os valores de C13 de dolomita são maiores que os de calcita para a maior parte das amostras (três de um total de quatro amostras). Isto ocorre porque os valores do eixo Y da figura são decrescentes em relação à origem do gráfico.			
117	E	-	Indeferido
Os prazos das licenças não podem ser superiores aos tempos de 5 e 6 anos Já contados o tempo de prorrogação.			

CARGO 6: PERITO CRIMINAL FEDERAL / ÁREA 6

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
51	C	-	Deferido c/ anulação
A simples substituição dos ligantes do nitroprussiato de sódio por átomos de Br ⁻ geraria o ânion hexabromoferrato IV, e não o ânion hexabromoferrato (III), conforme afirma o item. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.			
52	C	-	Indeferido
O enunciado deixa explícito que os itens estão associados ao texto. Logo, a distribuição sugerida, no item, só pode ser considerada em relação ao complexo apresentado. Nesse complexo, o átomo de Ferro têm 4 elétrons de valência, o que permite que os orbitais t _{2g} sejam preenchidos com pelo menos 3 elétrons, tal como afirmado no item.			
57	C	-	Indeferido
A reação que é compatível com as informações fornecidas no item ([...] redução do nitrato, que consome três moles de elétrons por mol de NO ₃ em meio ácido[...]), depois de balanceada, é: NO ₃ ⁻ + 3e ⁻ + 2H ⁺ ----> NO + 2H ₂ O. Essa reação fornece como produto o óxido nítrico. Logo, o item está correto.			
58	C	-	Indeferido
A estrutura de 2-AI apresenta um plano de simetria coincidente com a ligação C-N. Esta condição estrutural torna esta estrutura química aquiral. A presença do grupo iodeto na estrutura de 5-IAI faz com que esta molécula não tenha um plano de simetria coincidente com a ligação C-N. Isso torna o átomo de carbono ligado a o grupo NH ₂ um carbono assimétrico, uma vez que este agora apresenta quatro grupos substituintes diferentes ligados a si, característica de uma substância quiral, conforme literatura especializada.			

59	C	-	Indeferido
<p>A Figura I, apresentada no texto introdutório das questões 58 a 61, relaciona o nome 2,5-DMA a uma estrutura química. Esta estrutura química, ao ser submetida às condições de reação propostas, formaldeído e ácido fórmico, leva à introdução de dois grupos metila, na estrutura química em questão, levando ao produto com fórmula molecular C₁₂H₁₉NO₂. Esta reação química é a aminação reductiva de <i>Eschweiler-Clarke</i>, condição usualmente empregada quando se deseja introduzir grupos metila em um grupo amina sem que haja o risco de que este último seja transformado em um sal de amônio quaternário, conforme literatura especializada.</p>			
66	E	-	Deferido c/ anulação
<p>A reação descrita no item conduz à formação de um par de diastereoisômeros, e não a dois pares, como afirma o item. Por esse motivo se opta por sua anulação.</p>			
68	C	-	Indeferido
<p>O item questiona tanto a velocidade como a eficiência da determinação por espectroscopia de absorção atômica por chama (FAAS), de forma que envolve vários aspectos além da detecção multielementar. Consultando literatura especializada, pode-se observar uma diferença significativa nos níveis de detecção das técnicas de ICP-AES e FAAS, sendo no geral o ICP-AES com melhor sensibilidade. Portanto, o ICP-AES não pode ser substituído pela técnica de FAAS mantendo a mesma eficiência, estando o item correto.</p>			
69	E	-	Indeferido
<p>O item não pedia a comparação da técnica de ICP-AES com as demais técnicas atômicas, apenas listava as supostas vantagens do ICP-AES. Contudo, a técnica de ICP-AES não pode ser considerada de baixo custo devido ao alto consumo de gás argônio de alta pureza e manutenção periódica de componentes do equipamento.</p>			
70	E	-	Indeferido
<p>A redação do item diz “A introdução da amostra para análise por ICP-AES requer que a amostra seja solubilizada e introduzida na tocha de plasma por meio de um nebulizador”. O termo “requer” indica que esse seria o único meio de introdução de amostras para análise por ICP-AES, o que não é correto, pois a introdução das amostras sólidas no plasma pode ser realizada por meio de ablação por laser ou uso de atomização eletrotérmica, conforme descrito em literatura especializada.</p>			
71	E	-	Deferido c/ anulação
<p>A redação do item generaliza quando afirma que os erros sistemáticos podem ser corrigidos pelo PCA, pois existem situações nas quais o PCA não pode corrigir tais erros. Por esse motivo se opta pela anulação do item.</p>			
72	C	-	Indeferido
<p>A dispersão das amostras de tabaco claro, no gráfico de escores, está localizada em sua grande maioria no quadrante de valores positivos de PC1 e negativos de PC2. Para que isso ocorra, as concentrações dos metais nas amostras de tabaco B devem ter maior concentração dos elementos que se encontram nesse quadrante no gráfico de pesos, que são os elementos indicados no item.</p>			
75	C	-	Indeferido
<p>Pode-se observar que os desvios (apresentados entre parênteses) desses fatores são maiores que o próprio valor do efeito. Logo, os mesmos não tem importância para a reação entre os níveis estudados.</p>			
76	E	-	Indeferido
<p>Quando existem interações entre os fatores, os planejamentos univariados não permitem a otimização correta do experimento ou a determinação das condições experimentais que fornecem a melhor resposta. Nesses casos o resultado obtido com planejamentos univariados e planejamentos fatoriais é diferente.</p>			
77	C	-	Indeferido
<p>O planejamento descrito apresenta 5 fatores e dois níveis. Logo, o número mínimo de experimentos para a realização do planejamento fatorial completo é 25=32 experimentos. Qualquer número que seja inferior a 32 reações/experimentos não permite a realização do planejamento fatorial completo. Contudo, podem ser realizados experimentos a mais para a avaliação do erro experimental.</p>			
80	C	-	Indeferido
<p>Realizando o balanceamento das reações obtém-se que 5 mols de ferro reagem com 1 mol de permanganato. Logo, a concentração de ferro na solução diluída será: $0,01 \cdot 15 \cdot 5 / 30 = 0,025$ mol/L. Considerando a diluição realizada, a concentração de ferro no medicamento será $0,025 \cdot 100 / 5 = 0,5$ mol/L.</p>			

83	C	-	Indeferido
Na técnica de precipitação em solução homogênea o agente precipitante é gerado, lentamente, no seio da solução contendo o analito, por meio de uma reação química lenta, conforme literatura especializada.			
84	C	-	Indeferido
Segundo literatura especializada, a digestão de precipitados cristalinos (sem agitação), por algum tempo após a sua formação, gera um produto mais puro e de filtração mais fácil. A melhoria na filtrabilidade indubitavelmente resulta da dissolução e da cristalização que ocorrem continuamente e em maior velocidade a temperaturas elevadas.			
87	C	-	Indeferido
O fenômeno de autoabsorção requer altas concentrações e sobreposição dos espectros de excitação e emissão da molécula. Logo, uma vez que os espectros de excitação e emissão não se sobrepõem, a riboflavina não pode apresentar esse fenômeno.			
88	E	-	Indeferido
Para que espectros apresentem alta correlação é necessário que, no mesmo intervalo de comprimentos de onda, estes apresentem perfil espectral semelhante. Para espectros de excitação e emissão isso não é observado, pois os mesmos ocorrem em intervalos diferentes de comprimentos de onda. Contudo, comparando os espectros de absorção molecular UV-VIS com os espectros de excitação, observa-se que estes são, em geral, praticamente idênticos, pois os níveis de energia em que a molécula é excitada são os mesmos em que ela absorve a radiação.			
89	E	-	Indeferido
Para se evitar desvio da lei de Beer pela presença de espécies em equilíbrio, deve-se realizar as medidas em, pelo menos, duas unidades de pH afastadas do valor de pKa da molécula. Desse modo, ao menos 99% da molecular estará em uma mesma forma, molecular ou iônica. Quando se realiza medidas em pH próximo ao pKa observa-se concentrações significativas das duas espécies, o que provoca desvios na Lei de Beer. Logo, como o pKa da molécula é 8,7, deve-se realizar medidas em pH abaixo de 6,7 ou superiores a 10,7.			
90	E	-	Deferido c/ anulação
Os valores indicados para as curvas analíticas presentes na tabela impossibilitaram o julgamento objetivo do item. Por esse motivo, opta-se por sua anulação.			
91	E	-	Deferido c/ anulação
Os valores indicados para as curvas analíticas presentes na tabela impossibilitam o julgamento objetivo do item. Por esse motivo se opta por sua anulação.			
92	E	-	Indeferido
A corrida cromatográfica não termina quando o último analito elui da coluna. Inclusive as informações do texto motivador não são suficientes para se concluir que a ζ-truxilina seja o último analito a eluir da coluna cromatográfica. O cromatograma mostra apenas parte da corrida e não ela toda. Pode-se observar facilmente, por exemplo, que o eixo das abscissas não se inicia em 0,00 min. O tempo total de corrida pode ser calculado com base nos dados apresentados, no texto, relativos à programação de temperatura, da seguinte forma: 100 °C por 5 min = 5 min; de 100 °C a 160 °C a 25 °C/min = 2,4 min; de 160 °C a 245 °C a 4 °C/min = 21,25 min; de 245 °C a 280 °C a 25 °C/min = 1,4 min; total = 5 + 2,4 + 21,25 + 1,4 = 30,05 min.			
93	E	-	Indeferido
Contrariamente à cromatografia líquida, na cromatografia gasosa a fase móvel não interage com as moléculas dos analitos. Sua única função é transportar ("arrastar") os analitos através da coluna. A literatura específica afirma, a respeito da cromatografia gasosa: "Em contraste com muitos outros tipos de cromatografia, a fase móvel não interage com as moléculas do analito; sua única função é transportar o analito através da coluna". O fato de, na cromatografia gasosa, haver um equilíbrio de partição entre a fase móvel e a fase estacionária não significa que haja interação química entre os analitos e a fase móvel.			
96	E	-	Indeferido
O texto não fornece informação suficiente que suporte a conclusão contida no item. Portanto, item está errado.			
97	C	-	Indeferido
O primeiro pico elui a 24,91 min. A 7,4 min, a temperatura da coluna está em 160 °C. 24,91 min – 7,4 min = 17,51 min. 17,51 min × 4 °C/min = 70,04 °C. 160 °C + 70,04 °C = 230,04 °C. Logo, o 1.º pico elui a 230,04 °C. O último pico elui a 26,74 min. A 7,4 min, a temperatura da coluna está em 160 °C. 26,74 min – 7,4 min = 19,34 min. 19,34 min × 4 °C/min = 77,36 °C. 160 °C + 77,36 °C = 237,36 °C. Logo, o último pico elui a 237,36 °C.			

99	C	-	Deferido c/ anulação
Resolução das colunas cromatográficas dos picos 2 e 3 é igual a 1,46 e não 60 como afirmativa o item. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.			
100	C	-	Indeferido
Segundo literatura especializada, "As vazões são normalmente controladas por um regulador de pressão de dois estágios no cilindro do gás e algum tipo de regulador de pressão ou regulador de fluxo montado no cromatógrafo. As pressões de entrada situam-se na faixa de 10 a 50 psi (libras/polegada ²) acima da pressão ambiente, o que produz vazões de 25 a 150 mL/min em colunas recheadas e de 1 a 25 mL/min para as colunas capilares de tubo aberto. Geralmente, admite-se que as vazões serão constantes se a pressão de entrada permanecer constante". Como se vê, a presença da palavra "admite-se", tanto no texto citado quanto no item impugnado, afasta qualquer possibilidade de o item ser considerado errado devido a um possível distanciamento entre a situação real e a ideal. Além disso, o aquecimento contínuo da coluna não implica que uma pressão crescente na entrada da coluna seja necessária para que o fluxo de hélio permaneça constante.			
101	C	-	Indeferido
Em química analítica, a amostra analisada é constituída pelos analitos. Dessa forma, é igualmente correto dizer que os analitos eluem da coluna cromatográfica ou que a amostra elui na mesma coluna. Nesse diapasão, está correto afirmar que uma rajada de elétrons atinge a amostra (entendida como o conjunto de analitos) que elui da coluna. O termo "por sua vez" deixa claro que o que "elui da coluna cromatográfica" é a "amostra" e não a "rajada de elétrons". Segundo literatura especializada, "Nesse detector (DCE), a amostra eluída de uma coluna passa sobre uma fonte radiativa emissora β , geralmente níquel-63. Um elétron do emissor causa a ionização do gás carregador (frequentemente nitrogênio) e a produção de uma rajada de elétrons. Na ausência de espécies orgânicas, produz-se uma corrente constante entre um par de eletrodos em decorrência desse processo de ionização. Contudo, a corrente decresce significativamente na presença de moléculas orgânicas que contêm grupos funcionais eletronegativos que tendem a capturar elétrons". Como se vê, o termo "amostra" é usado indistintamente como o conjunto de analitos que eluem da coluna cromatográfica. Além disso, o fato de o verbo eluir vir depois do verbo formar (uma rajada de elétrons), na sequência do texto, não conduz à conclusão de que esses eventos ocorrem nessa ordem cronológica (eluir depois de formar).			
103	C	-	Indeferido
A presença de um íon com $m/z = 477,6$ u no espectro de fragmentação indica que a carga do íon precursor ($m/z = 330,0$ u) é igual ou superior a +2, pois, se fosse monocarregado, ele não poderia gerar um fragmento maior que ele mesmo. A hipótese de que o íon de $m/z = 477,6$ u seja um agregado formado após a colisão do íon precursor com o gás inerte na câmara de colisão carece de fundamentação científica. Observe-se que o íon molecular monocarregado geralmente não aparece no espectro de EM/EM. Observe-se também que o fato de o texto ter omitido a técnica de ionização não prejudica o julgamento objetivo do item, pois todas as técnicas de ionização disponíveis para esse tipo de equipamento possibilitam a formação de íons com carga igual ou superior a +2.			
105	C	-	Indeferido
O item está correto e a ordem dos analisadores também. Primeiro se analisa o conjunto de íons da amostra, seleciona-se, entre esses íons, aquele que se deseja fragmentar e, em seguida, executa-se o experimento de EM/EM propriamente dito, na forma descrita no item. Cumpre esclarecer que o comando da questão pede que o candidato julgue os itens "Considerando os gráficos acima, que representam espectros de massas de fragmentação (EM/EM) de um íon com $m/z = 330,0$ de uma truxilina, obtidos com três diferentes energias de colisão — <i>collision-induced dissociation</i> (CID): (a) CID = 5, (b) CID = 10 e (c) CID = 20". Dessa forma, o julgamento objetivo deste item está condicionado ao contexto dos espectros e informações apresentados no texto motivador. Por essa razão, outros tipos de abordagens de EM/EM, como SRM, MRM, varredura de perda neutra etc., não estão em julgamento no item em apreço. Cumpre esclarecer, também, que a abordagem de EM/EM por CID, utilizada em equipamentos do tipo aprisionamento de íons (ion trap), está devidamente contemplada na redação do item. Outro esclarecimento que se faz necessário é o de que ao fazer menção aos "íons presentes na amostra" o texto pressupõe que a amostra já tenha passado pelo processo de ionização (até porque sem a ionização é impossível se fazer espectrometria de massas) e, dessa forma, as moléculas que antes não estavam ionizadas agora estarão.			
110	E	-	Deferido c/ anulação
Para se determinar o calor transferido em uma expansão isotérmica de acordo com o que afirma o item, é correto aplicar a expressão descrita. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.			
111	C	-	Indeferido
Segundo literatura especializada, em processos reversíveis, cada passo infinitesimal ao longo do caminho ocorre sem haver dispersão caótica da energia e dessa forma, não há aumento da entropia, processos reversíveis não geram entropia.			
114	C	-	Indeferido
A curva apresentada no gráfico é reconhecida, por toda a literatura especializada, como a curva padrão que representa reações de ordem 0.			
115	E	-	Deferido c/ anulação

A redação do item esta incompleta, pois não menciona que a resposta deveria ser analisada em relação ao Princípio de Le Chatelier, e também não considera que seriam gases ideais. Por esse motivo, opta-se por sua anulação.

CARGO 7: PERITO CRIMINAL FEDERAL / ÁREA 7

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
52	C	-	Indeferido
No grupo A, estão incluídas as obrigações, que incidem diretamente sobre a folha de pagamento e que são regulamentadas de acordo com a legislação; no grupo B, são considerados os dias em que não há prestação de serviço, mas que o funcionário tem direito de receber sua remuneração; no grupo C, estão os encargos pagos diretamente aos empregados e, assim sendo, os que não incidem sobre eles os encargos do Grupo A; e grupo D, grupo onde estão os encargos referentes a incidência sobre outros encargos.			
53	C	-	Indeferido
Custos horários para condições Leves, médias e pesadas: foram incluídos no sistema os custos nas três condições de trabalho. No seu cálculo, se levará em conta vida útil dos equipamentos variável, a fim de refletir o esforço a que estão sujeitos em cada caso. Foram, ainda, indicados os serviços em que é normal os equipamentos trabalharem fora das condições médias, com vistas à confecção das tabelas do DNIT. Será permitido aos responsáveis pelos orçamentos selecionar as condições de trabalho dos equipamentos, de acordo com as características dos serviços que estiverem compondo. As composições de serviços do SICRO, entretanto, levam em conta os custos horários dos equipamentos trabalhando em condições médias. A) Vida Útil dos Equipamentos Foi realizada pesquisa junto a fabricantes, usuários e publicações especializadas, com vista a captar os valores de vida útil dos equipamentos, ditados pelas modernas práticas de administração e de manutenção. A pesquisa destinou-se a trazer subsídios para definir os valores de vida útil que foram consideradas pelo SICRO no cálculo dos custos de manutenção e depreciação. B) Custos de Manutenção de Equipamentos Os valores de Coeficientes de Manutenção – K, utilizados anteriormente foram aferidos. Para tanto, tomaram-se por base dados sobre custos de manutenção de grupo selecionado de equipamentos, existentes em publicações especializadas. Os resultados observados no grupo de controle foram expandidos para o conjunto, através de considerações sobre as semelhanças entre equipamentos considerados como pertencentes à mesma classe. Como consequência, foram estabelecidos novos valores para os Coeficientes de Manutenção – K, nos casos em que se identificaram discrepâncias, em relação aos seus valores anteriores. C) Critério para Estabelecimento do Valor Residual dos Equipamentos Os percentuais utilizados pelo SICRO para estimar o valor residual dos equipamentos foram aferidos através de pesquisa de mercado de máquinas usadas, realizada nas praças do Rio de Janeiro e São Paulo. D) Depreciação O critério adotado para o cálculo da depreciação é o da Linha Reta. E) Seguro e Impostos Os custos horários dos veículos devem contemplar parcela para cobertura do IPVA e do Seguro Obrigatório. F) Custo de Equipamento Operativo e Improdutivo. Foram redefinidas as parcelas que integram o cálculo dos custos horários dos equipamentos em situação operativa e improdutiva.			
54	E	-	Indeferido
Insumos são os componentes básicos da construção civil. Os insumos podem ser os materiais, os equipamentos ou a mão-de-obra.			
55	C	-	Indeferido
Definição correta de orçamento. Custos são os gastos com insumos e toda a infraestrutura necessária para produção. Despesas são os gastos com a administração central e financeiros, pagamentos de tributos e comercialização.			
56	C	-	Indeferido
O cronograma consiste na previsão e acompanhamento de progresso físico por etapa. O cronograma é elaborado com base na Estrutura analítica de projeto (EAP) e com a rede geral do projeto.			
58	C	-	Indeferido
Definições corretas, ver páginas 5 e 13 da EAP.			
59	C	-	Indeferido
O item refere-se às etapas da fase de viabilidade de um empreendimento, que incluem a identificação de riscos, a análise qualitativa e quantitativa, e o planejamento de respostas aos riscos.			
60	E	-	Indeferido
As normas regulamentadores sobre saúde e segurança do trabalho estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção.			

62	E	-	Indeferido
<p>O item trata de Paredes de Gesso Acartonado (<i>Drywall</i>). Segundo literatura especializada, "Os painéis de gesso acartonado são sistemas produzidos em gesso e estruturados por folhas de papelão aplicadas em ambas as faces. As paredes (<i>drywall</i>) são estruturadas por montantes de chapa dobrada de aço galvanizado. Essa estrutura é revestida em ambas as faces com painéis de gesso acartonado, sendo o espaço modular entre os montantes preenchido, em geral, por mantas de lã de vidro ou de lã de rocha. Quando utilizados em paredes molháveis, os painéis recebem um tratamento químico no seu revestimento e agregação de produtos químicos à base de silicone à mistura do gesso".</p>			
63	E	-	Indeferido
<p>Segundo literatura especializada, "Observadas as condições adequadas de aplicação, o Piso Melamínico de Alta Pressão (PMAP) possui, dentre outras características, resistência a alta temperatura. O tipo fogo retardante apresenta a propriedade adicional de retardância à chama".</p>			
64	C	-	Indeferido
<p>Segundo literatura especializada, "O ensaio tipo PIT é utilizado para eliminar dúvidas sobre as condições obtidas no processo construtivo de fundações profundas. O baixo custo e a facilidade de execução do ensaio permitem testar qualquer quantidade de elementos, inclusive todas as estacas executadas, e detectar padrões de anomalias ou conformidade. As estacas pré-moldadas de concreto são as de maior facilidade de interpretação dos resultados obtidos, pela condição de constância de geometria e propriedade do material".</p>			
65	C	-	Indeferido
<p>O grampeamento do solo consiste em um reforço obtido através de elementos resistentes a flexão composta, denominados grampos, que são instalados sub-horizionalmente, de forma a introduzir esforços resistentes de tração e cisalhamento. Em escavações, o grampeamento é feito na massa de solo à medida que a escavação é executada em etapas.</p>			
66	C	-	Indeferido
<p>A fragilidade é o oposto da ductilidade (capacidade do material de se deformar sob a ação das cargas). Os aços podem ser tornados frágeis pela ação de diversos agentes: baixas temperaturas ambientes, efeitos térmicos locais causados, por exemplo, por solda elétrica.</p>			
67	E	-	Indeferido
<p>O ensaio de compactação fornece, a partir da energia padrão utilizada, a umidade ótima e a massa específica aparente seca máxima. O grau de compactação é a relação entre a massa específica medida em campo e a de laboratório.</p>			
68	C	-	Indeferido
<p>Segundo literatura especializada, "O comportamento das areias sob baixos níveis de tensão é bastante influenciado pelo índice de vazios inicial. As deformações volumétricas são bastante diferentes. A areia densa aumenta de volume gradativamente, tendendo no final à estabilização. A areia fofa, ao contrário, apresenta inicialmente uma pequena diminuição de volume, logo recuperada pela amostra, e depois o volume praticamente não varia até o fim do ensaio.</p>			
69	C	-	Indeferido
<p>O ensaio de palheta (<i>Vane test</i>) é utilizado para caracterizar argilas moles. A resistência não drenada da argila, S_u, é obtida admitindo-se que a ruptura se dá na superfície do cilindro de diâmetro, d, e altura, h, (diâmetro e altura da palheta, respectivamente). O torque ou momento necessário para causar esta ruptura, M, é medido, segundo literatura especializada.</p>			
70	C	-	Indeferido
<p>Erosão interna (<i>piping</i>) – movimento de partículas de uma massa de solo carreadas por percolação da água, sendo que o fenômeno é iniciado sob condições de gradiente hidráulico crítico e provoca a abertura progressiva de canais, dentro da massa de solo, no sentido contrário ao fluxo da água.</p>			
71	E	-	Indeferido
<p>Revestimento em TSD não é recomendável para um Número N de projeto igual a $1,2 \times 10^7$ (tráfego médio), pois não apresentará desempenho suficiente para suportar os esforços repetidos de tração na flexão, devido ao nível de tráfego previsto. O Manual de Pavimentação do DNIT – Publ. IPR 719/2006 indica que, para valores de $10^7 < N \leq 5 \times 10^7$, haverá necessidade de um revestimento em Concreto Betuminoso, com espessura de 10,0 cm. Estudos utilizando-se análises numéricas (mecânica dos pavimentos) também evidenciam isto. Um TSD, depois de executado na pista, apresenta espessura entre 2,5 cm a 3,0 cm. Incompatível com a espessura mínima recomendável para tráfego acima de $N = 10^7$.</p>			
73	C	-	Deferido c/ anulação
<p>Além da mistura de cascalho, areia e brita, é necessário também que o material de base se enquadre em uma das faixas granulométricas previstas pela norma DNIT 141/2010 – ES. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a</p>			

possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.			
74	C	-	Indeferido
<p>Segundo o Manual de Pavimentação do DNIT– Publ. IPR 719/2006, o material de subleito não deve apresentar $ISC \leq 2\%$, que se caracteriza como solo de baixa capacidade de suporte. A Especificação de Serviço DNIT 137/2010- ES que trata da regularização do subleito não permite expansão $\leq 2\%$ e prever cortes para remoção do material de subleito que não atenda a especificação (5.3). Já a Norma DNIT 106/2009-ES que trata de Terraplenagem - Cortes, orienta a retirada de camada de má qualidade visando o preparo subleito (5.3.3). Literatura especializada apresenta comentários acerca da necessidade de substituição do material expansivo (maior que 2%) por novo material, ou estabilização química. A expressão "solo de baixa capacidade de suporte" relaciona-se a solos com baixos valores de ISC, que devem ser substituídos ou melhorados. No projeto de terraplenagem chama-se rebaixo do subleito o serviço de remoção de material quando o subleito necessita ser substituído, devido à expansão maior que 2%. A presença de solos moles é uma situação particular e pontual em um projeto de terraplenagem. Não foi dito, no item, que se tratava de um problema de solo mole ou que as possibilidades de solução apresentadas são as únicas. O reforço de subleito, também é uma possibilidade de solução, porém é um serviço executado após a regularização do subleito, quando se torna necessário reduzir espessuras elevadas da camada de sub-base, conforme preconiza a Norma DNIT 138/2010 - Reforço de Subleito.</p>			
76	C	-	Indeferido
<p>Um dos fatores a se considerar, quando da escolha do tipo de interseção mais adequada para cada situação de projeto, é a pesquisa de volume de tráfego por meio de fluxogramas de origem/destino dos veículos, cuja contagem de tráfego é registrada nas planilhas de fluxograma de tráfego, segundo literatura especializada.</p>			
77	E	-	Indeferido
<p>A vedação tem a finalidade de reduzir e controlar o fluxo de água capaz de percolar no interior do maciço, enquanto que os drenos vertical e horizontal tem a propriedade de conduzir o fluxo pelo corpo da barragem.</p>			
78	C	-	Indeferido
<p>As barragens em arcos múltiplos apresentam maior suscetibilidade a deformações da rocha de fundação devido às concentrações de tensão causadas por aplicação de cargas localizadas. Já as barragens em CCR, por apresentarem distribuição de tensões na fundação, devido à carga distribuída, sofrem menos deformação.</p>			
79	C	-	Indeferido
<p>A literatura especializada apresenta, com propriedade, o conceito de se prever barragens de terra em regiões com abundância em solos, ombreiras suaves e clima favorável, enquanto que a barragem de enrocamento é mais adotada em situações de excesso de rocha e vales mais fechados. Esta escolha está relacionada, principalmente, a questões econômicas para a obra e com à situação de rigidez entre os materiais que compõem o corpo da barragem e o material de fundação.</p>			
80	E	-	Indeferido
<p>As trincas horizontais, no interior do maciço da barragem, do tipo terra-enrocamento, são causadas pela diferença entre a compressibilidade do núcleo em relação aos espaldares. A deformabilidade da fundação pode gerar trincas transversais e/ou verticais, devido aos recalques diferenciais, porém as trincas horizontais não ocorrem devido a esse fato.</p>			
81	C	-	Indeferido
<p>A partir da sedimentação dos sólidos, que ocorre no decantador secundário, há, por conseguinte, uma clarificação do efluente.</p>			
82	E	-	Deferido c/ anulação
<p>A redação do item pode suscitar dúvida, pois de fato a velocidade para o trecho é superior a 8m/s, mas pelas normas reguladoras, esta não pode ser superior a 5m/s. Por esse motivo, opta-se pela anulação do item.</p>			
83	C	-	Indeferido
<p>Definição técnica de emissário, para projetos de esgotos, segundo a NBR 9649: Tubulação que recebe esgoto exclusivamente na extremidade de montante.</p>			
84	C	-	Indeferido
<p>Dado que o nó 1 encontra-se logo a jusante do reservatório intermediário, e que o sistema é composto por três reservatórios, funcionando conforme a hidráulica operacional dos mesmos, caso a cota piezométrica no nó 1 seja superior ao nível do reservatório intermediário, e esse reservatório encontra-se abaixo do nível do reservatório superior, conclui-se que o superior alimenta o intermediário (nessa configuração específica de trabalho).</p>			

85	E	-	Indeferido
Em razão do isolamento do trecho para manutenção, o escoamento será garantido por se tratar de rede fechada. Entretanto, em razão do novo equilíbrio de pressões, não se garante o fornecimento da vazão de projeto no trecho indicado.			
86	E	-	Indeferido
Há de se considerar nos cálculos, ainda, os efeitos da evaporação na bacia.			
87	C	-	Indeferido
Uma chuva de projeto, com determinado período de retorno, pode ser completamente definida por três elementos básicos. São eles: a) altura precipitada ou a intensidade média para a duração e o período de retorno considerados; b) duração do evento; e c) a distribuição temporal (ou hietograma) da chuva.			
88	C	-	Indeferido
O teste de penetração, conforme definição em Norma Técnica que o padroniza, refere-se à profundidade, em décimos de milímetro, que uma agulha de massa padronizada (100g) penetra numa amostra de volume padronizado de cimento asfáltico, por 5 segundos, à temperatura de 25°C, traduzindo a consistência daquele material. Por conseguinte, a partir do conhecimento da consistência, que é a definição precípua do referido teste, pode-se fazer alusão ao seu tipo.			
91	C	-	Indeferido
O enunciado da questão apresenta uma figura com apenas um cabo de protensão disposto ao longo do eixo da viga. Foi informado também que atua sobre a viga apenas esforços de protensão, portanto está claro a direção e o sentido de aplicação dos esforços de protensão. De acordo com literatura especializada, na região de ancoragem dos cabos de protensão devem ser previstas armaduras resistentes a esforços transversais de tração de diferentes origens. Para combater esses esforços de tração devem ser detalhadas armaduras contra o fendilhamento longitudinal da peça.			
92	C	-	Indeferido
Segundo literatura especializada, a perda imediata na pré-tração resulta do encurtamento elástico da seção composta, no ato da transferência da protensão: "denominam-se perdas nas ancoragens às perdas verificadas no alongamento dos cabos quando da transferência do esforço do elemento tensor para a ancoragem". Especificamente, sobre os casos de pré-tração, a literatura afirma que "não existe propriamente perda de ancoragem, definindo-se um comprimento necessário para que o concreto absorva o esforço de protensão do arame por aderência e atrito". Após ser tensionado, o cabo reduz seu diâmetro por causa do efeito de <i>poisson</i> . Após o endurecimento do concreto, o esforço de protensão é transferido para a peça de concreto. O esforço na extremidade do cabo passa a ser zero e com isso seu diâmetro tende a retornar ao valor original. A mudança de diâmetro a partir do valor original (no final) para o valor reduzido (após o comprimento de transmissão) cria um efeito de cunha no concreto, o que ajuda a transferir o esforço de protensão para o concreto. Isso é conhecido como efeito <i>Hoyer</i> . Resta, então, que não há perda de protensão que se propaga pelo cabo, e, sim, um comprimento em que há variação do diâmetro do cabo pelo efeito <i>Hoyer</i> .			
94	E	-	Indeferido
O enunciado da questão define que deve ser levado em conta "apenas o processo de fabricação". Dessa forma, o que ocorre é o contrário: as barras são obtidas por laminação e os fios por trefilação ou processo equivalente. Quanto à argumentação de Aços tipos A e B, essa nomenclatura foi abandonada em 1996 quando foi revisada a norma NBR 7480 - Barras e fios de aço destinados a armaduras para concreto armado.			
95	C	-	Indeferido
De acordo com a literatura, a aderência por adesão se refere à resistência à separação dos dois materiais, que ocorre quando se tenta separar um bloco concretado diretamente sobre uma chapa de aço. A aderência por atrito depende da rugosidade e decorre da existência de uma pressão transversal exercida pelo concreto sobre a barra. A aderência mecânica decorre da presença de saliências na superfície da barra. O enunciado da questão afirma que "A aderência entre aço e concreto é composta de três parcelas: aderência por adesão, por atrito e mecânica", e não faz referência às parcelas consideradas no cálculo das resistências de aderência.			
96	C	-	Indeferido
O índice de esbeltez é a relação entre o comprimento equivalente e o raio de giração mínimo da seção bruta de concreto da peça analisada. De acordo com a literatura especializada, o comprimento de flambagem seria L/2, no caso de uma coluna bi-engastada. No caso de uma peça rotulada nas duas extremidades o comprimento equivalente é igual ao comprimento da peça, logo índice de esbeltez (λ) = L/r.			
97	C	-	Indeferido
O item afirma que "Em uma barra submetida à flexão simples, cujo material constituinte trabalhe abaixo da tensão de escoamento, a tensão normal variará, linearmente, com a distância da linha neutra". Portanto não contém a expressão "viga biapoiada".			
98	E	-	Indeferido

De acordo com literatura especializada, em um eixo de seção circular, em que todas as seções da barra permanecem em regime elástico, o ângulo de torção ϕ é obtido pela seguinte fórmula: (TL/JG) , sendo que G é o módulo de elasticidade transversal do material da barra, J é o momento de inércia polar, T é o momento torçor e L , o comprimento da barra. Logo, o ângulo de torção depende do comprimento.

100	E	-	Deferido c/ anulação
-----	---	---	----------------------

Como não foi informada no item a existência de balanços, o entendimento comum é um sistema isostático sem balanços. Dessa forma, o momento máximo em uma viga isostática biapoiada ocorre no meio do vão. Como a taxa de variação do momento fletor em um ponto é igual ao esforço cortante naquele ponto ($dM/dx = V$), onde o momento fletor for máximo ($dM/dx = 0$), o esforço cortante será mínimo. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.

102	E	-	Indeferido
-----	---	---	------------

NBR 13.752, item 3.62. O perito é o profissional legalmente habilitado pelo CREA, com condições para proceder a perícia. Logo, ele deve ter o registro no CREA.

103	C	-	Indeferido
-----	---	---	------------

NBR 13.752, item 3.76. Vícios redibitórios são vícios ocultos, que podem tornar o bem impróprio para o uso ou diminuir seu valor, ensejando abatimento do preço ou inviabilização da compra.

105	E	-	Indeferido
-----	---	---	------------

Lei 10.192, Lei Complementar ao Plano Real: "Art. 3º Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão reajustados ou corrigidos, monetariamente, de acordo com as disposições desta Lei, e, no que com ela não conflitarem, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. § 1º A periodicidade anual nos contratos de que trata o caput deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir".

107	E	-	Indeferido
-----	---	---	------------

O afundamento por consolidação localizado é um defeito causado por falhas de compactação, presença de solo "borrachudo", falhas de drenagem, rupturas por cisalhamento localizadas e, em geral, desenvolvem-se trincas por depressão. O couro de jacaré é outro tipo de defeito, onde o pavimento apresenta um trincamento que lembra couro de jacaré, e possui diversas causas.

108	C	-	Indeferido
-----	---	---	------------

IGG é um indicador de qualidade da superfície do pavimento, e esses defeitos e outros são considerados em seu cálculo.

109	C	-	Indeferido
-----	---	---	------------

Neste caso, os componentes que estão em contato direto com o solo absorvem sua umidade, apresentando movimentações diferenciadas em relação a fiadas superiores, que estão sujeitas à insolação direta.

110	C	-	Indeferido
-----	---	---	------------

"Art. 39. Sempre que o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o limite previsto no art. 23, inciso I, alínea c, desta Lei, o processo licitatório será iniciado, obrigatoriamente, com uma audiência pública concedida pela autoridade responsável com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital, e divulgada, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua realização, pelos mesmos meios previstos para a publicidade da licitação, à qual terão acesso e direito a todas as informações pertinentes e a se manifestar todos os interessados".

111	E	-	Indeferido
-----	---	---	------------

"Art 56. § 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: (...)".

112	E	-	Indeferido
-----	---	---	------------

"Art 7, § 4º É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo".

113	C	-	Indeferido
-----	---	---	------------

"Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a: (...) IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços".

114	E	-	Indeferido
"Art. 24. Serão desclassificadas as propostas que: (...) III - apresentem preços manifestamente inexequíveis ou permaneçam acima do orçamento estimado para a contratação, inclusive nas hipóteses previstas no art. 6º desta Lei".			
115	E	-	Indeferido
"Art 1. § 2º A opção pelo RDC deverá constar de forma expressa do instrumento convocatório e resultará no afastamento das normas contidas na Lei número 8.666, de 21 de junho de 1993, exceto nos casos expressamente previstos nesta Lei." Somente se aplica a Lei 8.666, quando a Lei 12.462 expressar sua aplicação, que é o caso de dispensa e inexigibilidade; critérios de habilitação e outros.			
116	E	-	Indeferido
"Art 8. § 7º É vedada a realização, sem projeto executivo, de obras e serviços de engenharia para cuja concretização tenha sido utilizado o RDC, qualquer que seja o regime adotado." A contratação integrada permite licitar a obra sem projeto executivo, mas não a sua execução.			
117	E	-	Indeferido
Art 18: § 3º Não serão consideradas vantagens não previstas no instrumento convocatório, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.			
118	C	-	Indeferido
Além da dragagem, existe outro serviço de ampliação dos canais de acesso a um porto. Trata-se do "derrocamento", que é o quebramento de rochas submersas, que pode ser feito de diversas formas.			
120 - A102307	E	-	Indeferido
A batimetria não pode medir a resistência estrutural através da influência das ondas. Batimetria é a medição da profundidade em lagos, rios e mares, onde o equipamento utilizado é o batímetro.			

CARGO 8: PERITO CRIMINAL FEDERAL / ÁREA 8

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
51	C	-	Indeferido
Considerando que o item não mencionava nenhum elemento específico do gráfico, a questão avaliou o conhecimento básico e geral do candidato sobre os marcadores do tipo STRs, bem como sua representação gráfica. Para tanto, a presença do número "14" era dispensável.			
52	C	-	Deferido c/ anulação
Não há como afirmar se houve contaminação, visto que o pico da análise poderia também significar uma mistura de amostras. Diante disso, opta-se pela anulação do item.			
53	E	-	Deferido c/ anulação
Na redação do item, onde se lê "números 15 e 14" deveria ser "números 15 e 34". Portanto, opta-se pela anulação do item.			
55	C	-	Indeferido
O modelo da chave-e-fechadura, proposto para explicar a interação de enzimas com seus substratos, assume que esta interação ocorre em superfícies complementares de uma e outra entidade. Pela sua natureza fixa, ela não considera a possibilidade de que tanto enzima e substrato podem gradualmente modificar suas conformações, o que poderia gerar, ao longo do tempo de interação, superfícies mais propícias as interações. A questão, portanto, está correta.			
56	E	-	Indeferido
A energia livre de <i>Gibbs</i> expressa a capacidade de uma reação de realizar trabalho sob temperatura e pressão constantes. Quando a reação ocorre no sentido de que o produto tenha menos energia livre do que o substrato, o delta G torna-se negativo, e a reação é dita exergônica. Para que a reação ocorra e, portanto, para que o produto seja modificado ao seu estado contendo menos energia livre, é preciso que antes ele seja ativado, ou seja, passe por um estado contendo alta energia. A esse aumento da energia do substrato, para logo em seguida, perdê-la, chama-se energia de ativação. O que as enzimas fazem é diminuir a diferença entre a energia do substrato ainda não modificado e a necessária para dar início à modificação dele. Assim, as enzimas não podem alterar a energia livre de <i>Gibbs</i> , ou delta G (que reflete a diferença final entre a energia livre presente no substrato, e a energia livre final). Elas modificam apenas a energia de ativação. Portanto, o item está errado.			

57	C	-	Indeferido
<p>Em humanos (<i>Homo sapiens</i>), as mitocôndrias já se encontram presentes nos ovócitos antes mesmo da fecundação, e depois são transmitidas de mãe para filho, no processo normal de desenvolvimento embrionário. Dessa forma, podem-se estabelecer relações de consanguinidade entre pessoas que tenham em comum ancestrais femininos, mas não entre as que possuem em comum apenas ancestrais masculinos. No item, o que se perguntava era se os indivíduos IV-1 e IV-2 poderiam ser investigados para parentesco com os indivíduos I-2 e I-3, ambos do sexo feminino. Ora, como I-2 e I-3 são bisavós dos indivíduos em questão, sendo I-2 materna e I-3, paterna, tem-se que seria possível estabelecer o grau de parentesco com I-2, mas não com I-3. Portanto, dessa forma, o enunciado do item: "A análise do DNA mitocondrial de IV-1 e IV-2 permite estabelecer parentesco com I-2, mas não com I-3" está correto.</p>			
58	C	-	Deferido c/ anulação
<p>Por se tratar de uma herança recessiva, pode também se expressar em indivíduos que são filhos de pais não afetados. Portanto, não há como julgar o item e opta-se por sua anulação.</p>			
62	E	-	Indeferido
<p>O item inicia com a definição clássica de polimorfismo, como sendo um tipo de mutação presente em uma sequência específica do genoma, responsável por gerar um alelo que ocorre com frequência igual ou superior a 1% em determinada população. Contudo, a porção do item que contém a seguinte afirmativa: "O polimorfismo diferencia-se dos demais tipos de mutação por não apresentar caráter prejudicial ao indivíduo que o porta", está errada. Como exemplos, podem ser citadas as mutações nos genes responsáveis por codificar enzimas do tipo CYPs, que são responsáveis pelo metabolismo de drogas, xenobióticos, entre outros compostos. Nesse sentido, alguns desses polimorfismos podem levar a uma alta toxicidade em resposta a fármacos. O polimorfismo, então, nesses casos pode resultar em algum tipo de prejuízo ao indivíduo que o carrega, invalidando, portanto, o proposto no item. Dessa forma, o item está errado, permanecendo o gabarito como divulgado anteriormente.</p>			
63	E	-	Indeferido
<p>O recurso reivindica que o gabarito seja mudado para errado. Porém, o item já é errado, não necessitando de mais alterações.</p>			
65	C	E	Deferido c/ alteração
<p>O termo "respectivamente" prejudicou o julgamento objetivo do item, motivo pelo qual se opta pela sua anulação.</p>			
67	C	-	Indeferido
<p>A frequência de heterozigotos em uma população é $2pq$. Quando são observados dois alelos, a frequência máxima que cada um pode apresentar é de 50% (0,5). Nessa situação, a heterozigose máxima será $2 \times 0,5 \times 0,5 = 0,5 = 50\%$. A heterozigose observada, caso a população não esteja em Equilíbrio de <i>Hardy-Weinberg</i>, pode ser distinta de 50%. Em momento algum diz que é para considerar a população apresentada para o cálculo de heterozigose, pois é um item teórico.</p>			
68	E	-	Indeferido
<p>O conceito clássico de marcador genético polimórfico é quando ocorre ao menos dois alelos, sendo que o mais frequente dele tenha uma frequência de no máximo 99%. Ou seja, não basta ter dois alelos para ser polimórfico.</p>			
69	E	-	Indeferido
<p>De acordo com o Teorema de <i>Hardy -Weinberg</i>, após uma geração de casamentos ao acaso uma população entra em equilíbrio de <i>Hardy-Weinberg</i>, caso não esteja. A população em questão não está em equilíbrio, mas após uma geração de casamentos ao acaso, a população estará em equilíbrio e, nessa situação, a probabilidade de encontrar-se um indivíduo heterozigoto será de $2pq = 2 \times 0,6 \times 0,4 = 48\%$.</p>			
71	C	-	Indeferido
<p>Em genética de populações, a observação de uma população fora do equilíbrio de <i>Hardy-Weinberg</i> indica que algum fator biológico está atuando e que os desvios observados entre os dados esperados e observados devem ser fruto, portanto, de algum fator evolutivo. Se algum fator evolutivo está atuando, dizemos que a população está evoluindo. Exemplos de fatores evolutivos são: seleção natural, deriva genética, migração, dentre outros. Evolução, <i>strito</i> senso, é modificação de frequências alélicas e genotípicas ao longo das gerações. Pode indicar, também, outras questões como subestruturação populacional e até mesmo erros laboratoriais. Por isso essa observação pode indicar e não obrigatoriamente indica.</p>			
72	C	-	Indeferido
<p>A informação de que dois loci estão presentes no cromossomo X, sem informações adicionais sobre a localização dos mesmos, é similar ao observado para qualquer cromossomo autossômico e não permite tirar conclusões, como podemos fazer quando dois loci estão no cromossomo Y ou no DNA mitocondrial.</p>			

73	C	-	Indeferido
<p>A questão de utilizar ou não a regra do produto, no caso do cromossomo X, não está fechada, havendo divergência entre os autores. O item está, em linhas gerais, tratando da herança de um único cromossomo Y e de um único cromossomo X nos homens. Nesse caso, sabemos com certeza qual o genótipo para os marcadores em questão para cada um desses cromossomos, pois não há possibilidade de heterozigose. Dessa forma, a estimativa de frequência haplotípica para ambos os casos pode ser feita similarmente.</p>			
74	C	E	Deferido c/ alteração
<p>De fato, para o cálculo de frequências de alelos situados no cromossomo X é necessário a separação inicial de homens e mulheres, visto que um homem possui apenas um cromossomo X, enquanto as mulheres apresentam dois. Porém, após essa separação inicial, um único cálculo é realizado. Dessa forma, o item estaria errado. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.</p>			
75	C	-	Indeferido
<p>O item faz uma análise correta das consequências do fluxo gênico para uma população. Outros fatores evolutivos podem agregar e aumentar ainda mais a diferenciação populacional e isso não é descartado no item. A ênfase do item está na estimativa de contribuição de populações doadoras na constituição genética atual de populações a partir do conhecimento das frequências alélicas atuais.</p>			
76	E	-	Indeferido
<p>A taxa de mutação varia entre as várias regiões do genoma.</p>			
77	E	-	Indeferido
<p>Para o estabelecimento de um organismo geneticamente modificado, é necessária a modificação do seu material genético, como RNA e DNA. Dessa forma a modificação de proteínas, diretamente, não confere uma característica que seja passível de ser passada para a próxima geração. O problema é a inclusão da palavra proteínas, que introduz erro no raciocínio. Apesar de proteínas poderem ser utilizadas no processo de obtenção de um OGM, o item aponta para a obrigatoriedade de manipulação direta de proteínas do organismo para obtenção de OGM, confundindo o uso de uma ferramenta com a manipulação direta de proteínas do organismo para obtenção do OGM. Apesar da sutileza, trata-se de uma questão conceitual do que representa um OGM, cuja característica está na modificação genética e não de suas proteínas por manipulação direta.</p>			
78	E	-	Indeferido
<p>Há equívoco ao considerar uma evidência experimental, na primeira geração, como o conceito de estabilidade da mudança, que é o que aparece no item em questão. A verificação da modificação deve ser feita no mínimo nas próximas cinco gerações para que se tenha mais certeza de que a modificação é estável e transmitida para as próximas gerações de forma confiável. Assim, voltamos a insistir que o conceito de estabilidade requer uma sequência e continuidade de evidências que se acumulem para confirmar o conceito de estabilidade, sendo que evidências isoladas de geração (a primeira, por exemplo) constituem apenas evidência, mas não confirmam a estabilidade.</p>			
79	E	-	Deferido c/ anulação
<p>A redação do item, no que se refere à OGM e DNA/RNA recombinante, prejudicou seu julgamento objetivo. Dessa forma, opta-se por sua anulação.</p>			
81	C	-	Indeferido
<p>A afirmativa está correta, uma vez que a metagenômica é uma ciência que estuda todo o genoma de uma determinada população de micro-organismos, e permite a análise simultânea de todo o seu conteúdo genético. Além disso, com uso de técnicas de metagenômica, é possível analisar o material genético de micro-organismos coletados, em determinado habitat, que nunca foram cultivados em laboratório ou que nunca poderiam ser cultivados em laboratório por suas características peculiares.</p>			
82	C	-	Deferido c/ anulação
<p>O item não discriminou se o aumento ou diminuição da troca de nutrientes com o meio ocorre em termos absolutos ou relativos. Dessa forma, opta-se pela anulação do gabarito.</p>			
85	E	-	Indeferido
<p>Os linfócitos B têm o seu processo de maturação realizado na própria medula óssea. Esta é uma das várias características que diferem os linfócitos B dos linfócitos T. Os linfócitos T precisam ir para o timo para se maturarem.</p>			
86	C	-	Indeferido
<p>A afirmativa está correta, uma vez que o receptor TCR, do linfócito TCD4, reconhece antígenos apresentados por moléculas MHC classe II, e os linfócitos TCD8 reconhecem antígenos apresentados por moléculas MHC classe I. Conforme literatura especializada, existem dois tipos de linfócitos T efetores:</p>			

CD4 (auxiliares Th) e CD8 (citotóxicos). As células T têm como uma de suas funções a atividade efetora auxiliar e, também, a ação efetora direta sobre células alvo. Ou seja, ambas as atividades, auxiliar e direta, são consideradas efetoras. Ainda, segundo literatura, são efetoras aquelas células que conseguem controlar a infecção.			
88	C	-	Indeferido
Segundo literatura especializada, "O balanço térmico das represas pode diferir muito daquele dos lagos naturais, dependendo da forma de barragem. Se a água for liberada do fundo da barragem, como seria o caso de represas projetadas para a geração de energia hidrelétrica, água fria, rica em nutrientes, porém pobre em oxigênio, é, exportada rio abaixo, enquanto a água quente é retida no lago. Assim, a represa retém calor e exporta nutrientes, diferentemente de lagos naturais, que liberam água superficial, e, portanto, funcionam retendo nutrientes e exportando calor. Consequentemente, o tipo de liberação de água afeta as condições a jusante".			
89	C	-	Indeferido
Em condições normais, nenhum organismo pode viver isolado. Necessariamente está interagindo com o ambiente físico onde vive, e também com representantes da sua e de outras espécies. O resultado final dessas relações é a formação de um sistema integrado e altamente complexo, "o sistema ecológico ou ecossistema".			
90	C	-	Indeferido
A sobrevivência dos seres vivos depende da capacidade de adaptação com que superam e se integram diante das transformações na sua vizinhança biológica e física.			
91	C	-	Indeferido
Essencialmente, os fatores ecológicos influenciam na dinâmica das populações, atuando diretamente sobre seus atributos básicos: taxa de nascimento (natalidade), taxa de morte (mortalidade), movimentos de dispersão (emigração e imigração) e distribuição espacial.			
92	E	-	Indeferido
Cerne / Alburno: sua distinção verifica a diferença de cor e classifica em: distintos (cores diferentes), indistintos (cores iguais) e poucos distintos (cores semelhantes). A determinação do Grã permite a direção ou paralelismo dos elementos constituintes da madeira em relação ao eixo longitudinal do tronco em: direita, reversa ou ondulada, segundo literatura especializada.			
94	E	-	Indeferido
O eucalipto e o pinus não são espécies brasileiras. Portanto, não podem ser patenteadas por empresas estrangeiras.			
96	C	-	Indeferido
A indicação da Resolução CONAMA nº357/2005 é parte do enunciado, entretanto o conhecimento solicitado refere-se à Avaliação ecotoxológica, conforme edital. Deste modo, a questão é pertinente ao solicitar conhecimento sobre o tema Avaliação ecotoxológica.			
97	C	-	Indeferido
Segundo CONAMA nº 237/97: "Art. 8º - O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças: I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação; II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante; III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação." Desta forma, para efetuar a Licença Prévia, são realizados diversos estudos sobre o meio físico, biológico e antrópico. Posteriormente, são emitidas as demais Licenças.			
98	E	-	Deferido c/ anulação
O conteúdo do item extrapola os objetivos de avaliação previstos no edital do concurso. Diante disso, opta-se pela anulação.			
99	C	-	Indeferido
Conforme literatura especializada, o item está correto, no que se refere à aplicação em testes de campo.			
101	E	-	Indeferido
A afirmação refere-se à outra subcategoria da entomologia forense: Entomologia Forense Médico Legal. A Subcategoria Entomologia Forense Urbana trata da infestação de pragas, em construções ou jardins, que podem ser base de litígio entre contratantes e contratados, na prestação de serviços de			

dedetizadores. Essa subcategoria pode, ainda, investigar infestações em produtos armazenados.			
103	C	-	Indeferido
O item está de acordo com o tópico "12.3 Manejo da fauna silvestre <i>in situ</i> e <i>ex situ</i> ".			
104	C	-	Indeferido
O conteúdo abordado no item encontra previsão no tópico 20 do edital do certame.			
106	C	-	Indeferido
O conteúdo abordado no item está previsto no tópico 22 do edital (Noções de geologia, e pedologia). Pegmatitos correspondem a um tipo importante de rochas, é bastante estudado em Geologia por causa da sua importância, em termos de prospecção mineral.			
109	E	-	Indeferido
A lente é um dos principais componentes dos microscópios eletrônicos e a suas especificações devem ser conhecidas.			
110	E	-	Indeferido
O conjunto de processos não é, necessariamente, independente. Pode ser dependente entre si, e a saída não é, necessariamente, um produto. Pode ser um serviço.			
111	C	-	Indeferido
O sistema de gestão da qualidade engloba a série de ISO 9000. Portanto, o item encontra-se contemplado no edital.			
112	E	-	Indeferido
O sistema de gestão da qualidade engloba a série de ISO 9000. Portanto, o item encontra-se contemplado no edital.			
114	E	-	Indeferido
Existem seis fatores principais e não apenas dois: fatores humanos; acomodações e condições ambientais; métodos de ensaio e calibração e validação de métodos; equipamentos; rastreabilidade da medição; e amostragem e manuseio de itens de ensaio de calibração. Portanto, a questão está errada. As normas da ABNT, quando indisponíveis na internet, podem ser adquiridas no site oficial da ABNT.			
115	E	-	Indeferido
A conformidade do sistema de gestão da qualidade, sob a qual o laboratório opera com os requisitos da ABNT ISO 9001, por si só, não demonstra competência do laboratório para produzir dados e resultados tecnicamente válidos.			
116	E	-	Indeferido
O candidato interpôs seu recurso para o item errado. Portanto, este foi preliminarmente indeferido.			
117	C	-	Indeferido
A Lei 9.985/2000, em seu Art. 1º, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Em seu Art. 2º, Parágrafo XI, define (ao invés de estabelecer) o uso sustentável como: "exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável".			
118	C	E	Deferido c/ alteração
O conteúdo do item extrapola os objetivos de avaliação previstos no edital do concurso. Diante disso, opta-se pela anulação.			
119	C	-	Deferido c/ anulação
A redação do item prejudicou seu julgamento objetivo, motivo pelo qual se opta por sua anulação.			
120	C	E	Deferido c/ alteração
O item generaliza, pois dá a entender que compete ao IBAMA licenciar todos os empreendimentos localizados ou desenvolvidos em todas as Unidades			

de Conservação de domínio federal, o que está incorreto, pois existem exceções como áreas de proteção ambiental (APAs). Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.

CARGO 9: PERITO CRIMINAL FEDERAL / ÁREA 9

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
51	C	-	Deferido c/ anulação
O item não especifica qual é a densidade da madeira que é necessária para os cálculos do rendimento gravimétrico. Diante disso, opta-se por sua anulação.			
53	E	-	Deferido c/ anulação
A afirmativa está correta, pois, de fato, o volume de toras processadas diariamente é inferior a 200m ³ . Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.			
54	E	-	Indeferido
Não há necessidade de transformar o volume mensal para diário, pois se volume mensal pela fórmula de <i>Huber</i> é maior então diariamente também será, portanto o item está errado. O volume pela fórmula de <i>Huber</i> foi determinado anteriormente e igual a 314m ³ . O volume <i>francon</i> é determinado pela expressão: $V = [(C/4)^2] * L$, em que C – circunferência na metade do comprimento, L o comprimento e $C = \pi * \text{diâmetro}$. Assim $C = 3,14 * 1 = 3,14\text{m}$. Então $V = [(3,14/4)^2] * 4$, $V = 2,4649\text{m}^3$ e o volume total $V \text{ total} = 2,4649 * 100$, $v = 246,49\text{M}^3$, portanto menor que 324m ³ .			
56	C	-	Indeferido
Há entre os autores certo consenso a respeito desta afirmativa. A literatura especializada afirma que "para coníferas, considera-se normal um rendimento de 55-65%, e, em folhosas, entre 45 e 55%. A razão dessa diferença deve-se ao fato de as coníferas terem troncos mais cilíndricos, com menos defeitos, e ao alburno ser sempre utilizável". Há outros artigos, na literatura, que atestam o maior rendimento das folhosas em relação às coníferas, indicando nativas com fator de forma variando entre 0,73 e 0,74.			
57	E	-	Indeferido
Segundo literatura especializada, o item está errado, uma vez que o terreno é plano, portanto não há necessidade de correção. Em terrenos com declividade superior a 10o a área deve ser corrigida, conforme o item, pela expressão: $Ar = abc \cos \theta$, em que Ar – área reduzida ou área projetada no plano horizontal, em m ² , a – menor lado da parcela, em m, b – maior lado da unidade de amostra em m e θ ângulo de inclinação do terreno, em graus.			
59	E	-	Indeferido
O item está errado, pois a expressão é para cálculo de "n" para populações infinitas, além disso, o erro não necessariamente deve ser de 10%, e o nível de probabilidade de 5%. De acordo com este critério a expressão que determina o número de amostras para atingir determinado nível de precisão, a dado nível de probabilidade é: $n = ((t2.S2)/E2)$, para populações infinitas e $n = (t2.S2)/[E2 + ((t2.S2)/N)]$ para populações finitas, em que: n – tamanho da amostra; E – precisão requerida ou erro admissível em torno da média, em termos absolutos; S2 – variância da característica analisada nas unidades de amostra; t – valor tabelado da estatística "t" de <i>Student</i> , a dado nível de significância (α) e n-1 graus de liberdade; e N – número total de unidades de amostra na população.			
60	C	-	Indeferido
A amostragem casual simples é o método básico de seleção probabilística em que, na seleção de uma amostra composta de n unidades de amostra, todas as possíveis combinações das n unidades teriam as mesmas chances de serem selecionadas. Todas as possíveis combinações de n unidades devem ter a mesma chance de pertencerem a uma amostra de tamanho n. Para que isto ocorra, é necessária a certeza de que, em qualquer estágio da amostragem, a seleção de determinada unidade não seja influenciada pelas outras que já tenham sido selecionadas.			
61	C	-	Indeferido
Conforme literatura especializada, os inventários florestais "são procedimentos para obter informações sobre quantidades e qualidades dos recursos florestais e de muitas características das áreas sobre as quais as árvores estão crescendo". Assim um inventário florestal completo pode fornecer diversas informações, entre elas: a) estimativa de área; b) descrição da topografia; c) mapeamento da propriedade; d) descrição de acessos (estradas, rios,...); e) facilidade de transporte de madeira; f) estimativas da quantidade e da qualidade de diferentes recursos florestais; e g) estimativas de crescimento (se o inventário for realizado mais de uma vez). Informações adicionais sobre fauna, recursos hídricos, entre outras, podem ser coletadas, quando necessárias. A ênfase sobre determinado elemento no inventário florestal será maior ou menor em função dos seus objetivos.			

62	C	-	Indeferido
<p>No caso em questão com um espaçamento de 3x3m entre plantas, a área útil de cada planta será 9m². Se forem utilizadas árvores, como limites da unidade de amostra, ter-se-iam nove árvores, em uma parcela de 36m² de área, representando uma área útil por planta de 4m². Para representar à área útil de 9m² a unidade de amostra deve ter sido locada entre as linhas de plantio.</p>			
63	C	-	Indeferido
<p>As categorias sistemáticas representam níveis hierárquicos, segundo critérios adotados nos diversos sistemas de classificação, enquanto os táxones correspondem aos termos aplicados aos agrupamentos considerados incluídos nessas categorias. Os exemplos seguintes elucidam o significado exato que se deve emprestar a tais termos, de maneira a evitar frequente confusão no seu emprego. Categoria <i>Táxon</i>. Divisão <i>Magnoliophyta</i>, <i>Briophyta</i>. Ordem <i>Malvales</i>, <i>Rosales</i>. Família <i>Araceae</i>, <i>Rutaceae</i>. Segundo o Código Internacional de Nomenclatura Botânica em vigor, as principais categorias sistemáticas, em sucessão ascendente, são as seguintes: espécie (<i>species</i>), gênero (<i>genus</i>), família (família), ordem (<i>ordo</i>), classe (<i>classis</i>), divisão (<i>divisio</i>) e reino (<i>regnum</i>). Categorias intermediárias podem ser necessárias. Recebem, então, nomes resultantes da anteposição do prefixo sub à categoria objeto de divisão (subfamília, subgênero etc.), ou se lhes aplicam designações particulares (tribo, secção, variedade, por exemplo). Consideradas as categorias principais e suas subdivisões de uso mais corrente, pode-se ter a seguinte gradação em sucessão descendente: Reino, divisão, subdivisão, Classe, subclasse, Ordem, Subordem, Família, subfamília, Tribo, subtribo, gênero, subgênero, Secção, Subsecção, Série, Subsérie, espécie, subespécie, Variedade e Forma.</p>			
64	C	-	Indeferido
<p>As categorias sistemáticas representam níveis hierárquicos, segundo critérios adotados nos diversos sistemas de classificação, enquanto os táxones correspondem aos termos aplicados aos agrupamentos considerados incluídos nessas categorias. Os exemplos seguintes elucidam o significado exato que se deve emprestar a tais termos, de maneira a evitar frequente confusão no seu emprego. Categoria <i>Táxon</i>. Divisão <i>Magnoliophyta</i>, <i>Briophyta</i>. Ordem <i>Malvales</i>, <i>Rosales</i>. Família <i>Araceae</i>, <i>Rutaceae</i>. Segundo o Código Internacional de Nomenclatura Botânica em vigor, as principais categorias sistemáticas, em sucessão ascendente, são as seguintes: espécie (<i>species</i>), gênero (<i>genus</i>), família (família), ordem (<i>ordo</i>), classe (<i>classis</i>), divisão (<i>divisio</i>) e reino (<i>regnum</i>). Categorias intermediárias podem ser necessárias. Recebem, então, nomes resultantes da anteposição do prefixo sub à categoria objeto de divisão (subfamília, subgênero etc.), ou se lhes aplicam designações particulares (tribo, secção, variedade, por exemplo). Consideradas as categorias principais e suas subdivisões de uso mais corrente, pode-se ter a seguinte gradação em sucessão descendente: Reino, divisão, subdivisão, Classe, subclasse, Ordem, Subordem, Família, subfamília, Tribo, subtribo, gênero, subgênero, Secção, Subsecção, Série, Subsérie, espécie, subespécie, Variedade e Forma.</p>			
67	C	-	Deferido c/ anulação
<p>O emprego do termo "prevenção" pode ter prejudicado o julgamento objetivo do item. Por esse motivo se opta por sua anulação.</p>			
69	C	-	Indeferido
<p>Segundo literatura especializada, a dominância relativa é uma medida mais eficaz da biomassa, uma vez que é a relação percentual entre a área basal total da espécie pela área basal total de todas as espécies amostradas.</p>			
73	C	-	Indeferido
<p>O item está correto, pois com base em literatura especializada, redefinição ou redesignação: neste caso, a recuperação tem objetivos definidos de utilização diferente da situação original, e assim haverá a necessidade de uma forte intervenção antrópica.</p>			
74	C	-	Deferido c/ anulação
<p>O assunto abordado no item é controverso na literatura, pois existem autores que entendem não ser possível o retorno de uma área à sua condição original de forma completa e outros que defendem essa posição. Assim sendo, opta-se pela anulação do item.</p>			
76	C	-	Indeferido
<p>O plantio direto florestal elimina o uso recorrente de grade aradora pesada e de grade niveladora antes do plantio florestal, responsáveis pela formação do pé de grade na subsuperfície do solo, e reduz a compactação deste. Com a redução da compactação, alçada a maior quantidade de serrapilheira durante, e após o plantio, há um aumento da infiltração de água no solo, bem como a proteção do solo contra a energia cinética da chuva e da energia do escoamento superficial, reduzindo a erosão do solo. O plantio direto, entretanto, não impede que a subsolagem profunda seja feita na área, sem revolvimento do solo. Experimentos realizados no Brasil e em outros países tem confirmado cientificamente as afirmações acima.</p>			
77	E	-	Indeferido
<p>Na prática, os responsáveis pela outorga de uso dos recursos hídricos são a ANA (em rios federais) e as secretarias de recursos hídricos ou agências de recursos hídricos estaduais (em rios estaduais e em águas subterrâneas), e não os órgãos de licenciamento ambiental. Além disso, o tema do item é a gestão de recursos hídricos e bacias hidrográficas, em que a autora de direito de uso de recursos hídricos é um tema central.</p>			
78	C	-	Indeferido

Segundo o art. 1-V, da Lei No. 9433/97, bem como as boas práticas de manejo de bacias hidrográficas, a unidade territorial para implantação da política nacional de recursos hídricos é a "bacia hidrográfica", porque os processos hidrológicos (escoamento, erosão, poluição, assoreamento etc) que nela ocorrem podem ser geridos de maneira otimizada por parte de gestores e usuários de água.

84	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

De acordo com a I.N. No. 05/2006, do MMA, "fica estabelecido o DMC de 50 cm para todas as espécies, para as quais ainda não se estabeleceu o DMC específico".

85	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Tanto nos valores máximos de tolerância-VMT dos parâmetros de qualidade da água bruta, constantes da Res. CONAMA No. 357/05, bem como na ciência de manejo de bacias hidrográficas em geral, é amplamente reconhecido o fato de que quanto menor for a VMT para certo parâmetro, maior será sua toxicidade ao homem ou a outros componentes do meio ambiente. Isto decorre do fato de que a dose letal de 50% (LD50) aguda, ou crônica, de certo composto altamente tóxico é menor que o de outro composto menos tóxico.

87	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Na Res. CONAMA No. 357/05, com exceção das Classes de Enquadramento 1, 2 e 3 de águas doces, o abastecimento humano é possível, com diferentes tipos de tratamento de água. A Classe 4 impede este tipo de uso. Segundo o Art. 4, Inciso V - classe 4: águas que podem ser destinadas: a) a navegação; e b) a harmonia paisagística.

88	C	-	Deferido c/ anulação
----	---	---	-----------------------------

O emprego da palavra "somente" restringiu a validade da afirmativa, de acordo com o disposto na Resolução CONAMA n° 369, de 28 de março de 2006. Diante do exposto, opta-se por sua anulação.

90	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

A assertiva está correta e justifica esta inclusão, pois é importante o conceito legal do instrumento florestal zoneamento ecológico – econômico e faz parte de todo o projeto florestal como diretriz pública e privada. "Art. 3º, do Decreto Federal N.4197, de 10 de julho de 2002. O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas".

91	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

A assertiva está correta, pois estabelece limites de áreas e divide em território para conservação dos recursos naturais, assim como diagnostica a situação, tendo em vista futuros projetos florestais para reflorestamento e ou promoção de políticas públicas por zonas. O Decreto Federal n.4297, de 10 de julho de 2002, em seu artigo 11, elucida que "o zoneamento Ecológico-Econômico dividirá o território em zonas, conforme as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável"; e, em seu artigo 12, esclarece que a definição de cada zona observará, no mínimo: "I- diagnóstico dos recursos naturais, da sócio-economia e do marco jurídico institucional; II - informações constantes do Sistema de Informações Geográficas; III - cenários tendenciais e alternativos; e IV - Diretrizes Gerais e Específicas, nos termos do artigo 14 deste Decreto".

92	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

A definição de gerenciamento florestal é o estudo e aplicação de técnicas analíticas de busca das alternativas de gerenciamento que mais contribuem para os objetivos organizacionais, conforme literatura especializada.

94	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Antes de se iniciar qualquer implantação florestal, é importante definir o espaçamento de plantio e a fertilização mineral, dois importantes fatores para as operações de plantio. Em seguida, devem ser realizadas outras operações, como sulcamento, fertilização, plantio propriamente dito e replantio. Ainda, antes de iniciar qualquer implantação florestal, deve-se ter definido dois importantes fatores para as operações de plantio, o espaçamento de plantio e a fertilização mineral, como por exemplo: sulcamento ou caveamento, fertilização, adrinização de campo (opcional), plantio propriamente dito, irrigação (opcional) e replantio.

96	C	-	Deferido c/ anulação
----	---	---	-----------------------------

Onde se lê "Projeto de Conservação de Manejo de Recursos Naturais", deve-se ler "Projeto de Conservação e Manejo de Recursos Naturais". Devido a essa inconsistência, opta-se pela anulação do item.

97	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

A assertiva está certa. Sabe-se que o método mais utilizado pelos sistemas de informação geográfica e utilizado para resolver o problema do número excessivo de pontos resultantes da conversão de dados gráficos para o formato digital, chama-se o método de *Douglas-Peucker*, que se baseia na seguinte ideia: se nenhum ponto da linha encontra-se mais afastado do que certa distância vertical ao segmento de reta que liga os extremos da linha,

então esse segmento de reta é suficiente para representar a linha.			
98	C	-	Indeferido
A assertiva está errada, pois não são as únicas, e, sim, as principais operações a serem realizadas em ambiente de geoprocessamento envolvem: a) edição dos temas e cálculo de áreas; b) preenchimento da tabela de atributos das feições banco de dados especializado - BD; c) cruzamento de camadas e Consultas, conforme literatura especializada..			
99	C	-	Indeferido
A tecnologia de geoprocessamento fundamenta-se no pensamento lógico-matemático de sistemas de informação, sendo que, para ser representada em ambiente computacional, cada tipo de informação geográfica deve ser associado a uma escala de medida e de referência, que será utilizada pelo GIS (<i>geographical information system</i>) para caracterizá-lo.			
101	C	-	Indeferido
A assertiva está correta, pois o geoprocessamento é um conjunto de tecnologias de coleta, tratamento, manipulação e apresentação de informações espaciais voltados para um objetivo específico. Possuindo como principal ferramenta o <i>Geographical Information System</i> - GIS, ou como Sistema de Informação Geográfica – SIG.			
105	C	-	Indeferido
A assertiva está certa, pois em relação às variáveis visuais ou gráficas, sabe-se que a variável visual valor refere-se à claridade ou escuridão de um sinal, ou seja, as variações de cinza considerando desde preto ao branco. No caso da luz refletida por uma superfície, a escala de valor é percebida como muita luz para altos valores, e menos luz ou sombra para baixos valores como, por exemplo, as imagens de satélites que apresentam variações em torno de cinza entre zero e 255, ou seja, do escuro a claro.			
107	C	-	Indeferido
A assertiva está certa. Na cartografia, o mapa temático deve cumprir sua função, ou seja, dizer o que, onde e, como ocorre determinado fenômeno geográfico, utilizando símbolos gráficos especialmente planejados para facilitar a compreensão de diferenças ou semelhanças pelo usuário a que se destina.			
108	C	-	Indeferido
A assertiva está certa, pois esta lei regulamenta os conceitos básicos do manejo floresta sustentável da Mata Atlântica que esta dentro do Estado da Bahia, criando normas para sua utilização para os empreendedores.			
109	C	-	Indeferido
A assertiva está certa. Importa esclarecer o conceito básico desta técnica chamada manejo florestal.			
110	C	-	Indeferido
O recurso se refere ao item 109.			
111	C	-	Indeferido
A assertiva está correta. Esta lei é importante, pois incentivou a produção de bambu sustentável que é utilizado na agricultura familiar como geração de fonte de renda, além de promover o artesanato regional, conforme Lei nº 12.484, DE 8 DE SETEMBRO DE 2011.			
112	C	-	Indeferido
.A assertiva está correta, pois o uso alternativo de áreas florestais, para fins agrícolas, deve ser feito com base na classificação científica da capacidade do uso da terra.			
115	C	-	Indeferido
Estado do Acre é um exemplo de situação em que a floresta tropical encontra-se povoada. Isto sugere, em muitos casos, a necessidade de manejo comunitário. Neste tipo de manejo, há necessidade de identificar a forma de retorno do valor da madeira explorada para a população. As cooperativas e associações são importantes para agilizar o processo de integração.			
117	C	-	Indeferido
.A assertiva está correta, pois os anéis de crescimento representam, geralmente, o incremento anual das árvores. A cada ano é acrescentado um novo anel ao tronco, razão pela qual são denominados anéis anuais. Sua contagem permite determinar a idade do indivíduo. Em um anel distinguem-se			

normalmente duas partes: i) lenho inicial ou primaverilhenho tardio, outonal ou estival. O conhecimento da idade das árvores e das informações que podem ser inferidas do estudo dos seus anéis de crescimento são de suma importância para a otimização do uso da floresta.

118	C	-	Indeferido
-----	---	---	------------

A questão esta correta, pois os dois passos básicos, dentre outros para o manejo dos produtos não-madeireiros, podem representar importante fonte de renda. São eles 1- Planejamento inicial: recolher toda informação básica e bibliográfica possível da área, como mapas de solo, dados climatológicos, tipologia preliminar florestal e outros levantamentos; e 2 - Inventários florestais detalhados, considerando distribuição, abundância dos diferentes recursos e tipologia florestal.

119	E	-	Indeferido
-----	---	---	------------

Argumentos interpostos não se referem ao item em questão.

CARGO 10: PERITO CRIMINAL FEDERAL / ÁREA 12

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
51	C	-	Indeferido

Entre os sinais de morte cerebral está incluída a imobilidade, representada pela ausência de contração das fibras musculares cadavéricas. Em pessoas mortas, a contratilidade muscular pode ocorrer mediante resposta a alguns estímulos especiais, entre eles o elétrico. Segundo literatura especializada, pode ocorrer contração muscular mesmo após diagnóstico da morte. O estímulo elétrico é um exemplo. A afirmação não visa traçar parâmetros para diagnóstico de morte encefálica, apenas refere um dos sinais precoces de morte, a imobilidade. Também não entra na questão de especificidade ou sensibilidade que o sinal de morte - imobilidade representa. Correlaciona a imobilidade com a ausência de contração das fibras musculares. O corpo não se movimenta, pois não existe contração dos músculos. O enunciado ainda afirma que as fibras musculares, mesmo na morte cerebral, podem contrair-se e cita, como exemplo, a contração muscular mediante o estímulo elétrico.

52	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Para verificar a ausência de circulação, visando o diagnóstico da morte, historicamente, são descritos diversos testes médico-legais de natureza cruenta, que fogem aos padrões éticos atuais, como os testes de *Icard, Halluin e Magnus*. Testes de *Icard, Halluin e Magnus* são históricos e para verificar a circulação sanguínea, mas hoje estariam abolidos por questões éticas e por serem de natureza cruenta. Certamente a injeção de fluoresceína endovenosa ou intramuscular para verificar o aparecimento de coloração verde esmeralda na esclerótica, bem como instilação de éter no saco conjuntival para provocar reação inflamatória, e, ainda, interromper a circulação do dedo com torniquete são manobras de natureza cruenta e fogem aos padrões atuais.

53	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

Para uma pessoa ser considerada clinicamente morta, todas as células de seu organismo devem estar mortas. Conforme Conselho Federal de Medicina, na Resolução CFM N° 1480/97, Art. 4° "Os parâmetros clínicos a serem observados para a constatação de morte encefálica são: coma aperceptivo, com ausência de atividade motora supraespinal, e apneia." Não é necessária a morte de todas as células para considerar uma pessoa clinicamente morta. A morte encefálica ocorre com diversas funções celulares ainda presentes.

54	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Não se pode alegar suspeição do perito, por vínculo com a parte, no caso de este ser assistente técnico, conforme Art. 159, do Código de Processo Penal. Como o assistente técnico é perito da parte e não do juízo, o vínculo deste com a parte é admitido. Portanto não se enquadra no inciso 3° do artigo 159 do CPP. O perito oficial é do juízo, e o assistente técnico é o perito indicado pela parte, a qual mantém vínculo. Não se pode igualar o assistente técnico a testemunha, sendo ele perito, porém não oficial.

57	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

A designação direta do perito pela autoridade que dirige o inquérito ou preside o processo na área criminal não fere a autonomia pericial e, portanto, não quebra o protocolo legal, conforme Art. 179 CPP – A solicitação da perícia será destinada ao diretor da repartição que designará o perito. Portanto a designação de perito, por autoridade, quebra o protocolo e infringe a lei, tornando o laudo pouco confiável, mas é facultada ao juízo sua aceitação. A medicina legal é o campo da ciência médica que faz a interface entre a medicina e o direito, razão por que é necessária a observância de protocolos rígidos tanto na realização de perícias quanto na confecção dos respectivos laudos, pois estes são utilizados nas áreas penal, cível, trabalhista, administrativa e securitária, e informalidades poderiam levar o laudo à perda de confiabilidade e serventia. A designação direta de qualquer profissional ou mesmo do perito pelo juízo fere o que preceitua o art. 179, do CPP. A solicitação deve ser dirigida ao Diretor da Repartição e não diretamente ao perito. No caso de localidades onde não existam peritos oficiais, a designação não deve ser direta, pois é necessária, primeiramente, a nomeação do profissional, como perito, ou dos peritos e depois a designação. É sabido que, em muitos casos, os juízes designam um ou mais profissionais para realizarem certo exame ou perícia, sem a nomeação prévia deste como perito, e, alguns juízes, talvez a maioria, muito menos seguem o que preconiza o inciso 2° do art. 159 do CPP, que exige a prestação de um compromisso. Embora seja praxe, isto é uma quebra da formalidade legal e pode levar o

laudo a perda de serventia, se for seguido o que reza estritamente a lei..			
58	E	-	Indeferido
Se houver halo de hiperemia ao redor de queimadura intensa, o médico-legista deverá excluir a possibilidade de lesão na pele por calor após a morte. Segundo literatura especializada, pode haver halo de hiperemia ao redor de queimadura intensa feita em cadáver, com cocção de tecidos, porque estes se retraem e espremem o sangue dos vasos para os tecidos vizinhos que ficam ingurgitados. Não se pode excluir lesão de pele por calor caso apareça halo de hiperemia apenas pelo exame, embora seja uma exceção. Deve-se observar que a afirmação não associa o halo de hiperemia com lesão pós-morte, e, sim, chama a atenção para a possibilidade da exceção.			
59	C	-	Indeferido
Em abordagem interdisciplinar com a área tafonômica, o legista pode servir-se do auxílio de entomologista para o estudo da ação de artrópodes e insetos necrófagos, visando estabelecer a cronologia dos eventos relacionados à morte (cronotanatognose). A tafonomia estuda o registro da vida no passado biológico, através a prospecção e identificação através de fósseis, mas tem serventia na medicina legal e na criminalística, pois estuda, também, os processos biológicos e geológicos que influenciam e contaminam materiais orgânicos e os entomologistas também possuem grande importância no estudo de insetos e suas correlações com a cronotanatognose.			
61	E	-	Indeferido
Na necropsia médico-legal, indicações, tais quais como morte súbita e morte suspeita são aceitáveis; o aguardo de seis horas após a morte para o início da necropsia é requisito mandatório; e a técnica a ser utilizada na abertura das cavidades torácica e abdominal do cadáver é de livre escolha pelo médico-legista. O CPP (art. 162) faculta a realização de necropsia antes de seis horas, portanto o aguardo é facultativo e não mandatório.			
62	E	-	Indeferido
Para se realizar a verificação de paternidade mediante exame de DNA, é necessário que haja material genético da mãe, do filho e do suposto pai, conjunto denominado triade. Pode ser realizado exame para verificação de paternidade de outras formas que não exatamente do suposto pai, e, sim, de parentes consanguíneos do suposto pai como irmãos do suposto pai.			
63	E	-	Indeferido
No caso de grandes desastres, o primeiro método de eleição para a identificação de vítimas é o exame de DNA. No caso de grandes desastres, a sequência de métodos de identificação humana a ser seguida é: papiloscopia, antropologia clássica e odontologia forense e, por último, a técnica de DNA.			
64	C	-	Indeferido
Na reconstituição familiar para a identificação de pessoas, a técnica de análise do DNA mitocondrial apresenta-se de forma vantajosa sob alguns aspectos, pois, comparado ao DNA nuclear, o DNA mitocondrial é encontrado em maior quantidade, na célula, e guarda padrão de transmissão exclusivamente materno.			
65	C	-	Indeferido
Ficou historicamente marcada a absolvição da acusação de homicídio imputada ao esportista e ator norte americano O. J. Simpson. A prova obtida pela análise de DNA, que o apontava como presente na cena do homicídio de sua esposa, não foi considerada válida, pois a guarda do material genético de Simpson, feita pelo policial que supostamente colheu esse material no local do crime, não obedeceu aos padrões de custódia protocolares, levando o magistrado a determinar a exclusão dessa prova dos autos.			
66	E	-	Indeferido
São exemplos de lesões fechadas, causadas por instrumento contundente: rubefação, tumefação, equimose, hematoma, bossa sanguínea ou serosa, escoriação, fratura, luxação, entorse, ruptura de vísceras. Se o enunciado afirma sobre lesões fechadas, a lesão citada como fechada - escoriação torna a afirmação errada.			
67	C	-	Indeferido
A natureza jurídica das lesões, por instrumento contundente, é predominantemente acidental, seguida pela criminosa e, mais raramente, pela suicida, que geralmente ocorre por defenestração. A natureza jurídica das lesões mortais e não mortais obedecem a mesma ordem de frequência. O suicídio de pessoas que se jogam de grande altura é genericamente denominado defenestração (apesar de fenestra ser sinônimo de janela).			
68	E	-	Indeferido
A natureza primordial do instrumento causador do esmagamento é corto-contundente. A natureza é contundente e não corto-contundente.			

70	C	-	Indeferido
As lesões punctórias são causadas por instrumentos perfurantes, aqueles cujo contato se faz atuando sob um ponto de pressão; necessariamente, tais instrumentos são cilíndricos ou cônicos, representados por uma ponta. Nesse sentido, se for de base não cilíndrica, o instrumento será classificado como perfurocortante, mesmo que tenha mais de um gume.			
71	C	-	Indeferido
Do ponto de vista conceitual, instrumento ativo é aquele provido de energia cinética. O corpo humano, ao ser lesionado, pode atuar ativamente ou interagir de forma passiva com o instrumento provador da lesão. Quando o corpo e o instrumento se movimentam, eles são considerados biativos.			
72	C	-	Indeferido
A legislação brasileira define tortura como constrangimento com emprego de violência ou grave ameaça, de modo a causar sofrimento, para se obter informação, ou para provocar ação ou omissão, com o objetivo de discriminação racial, religiosa ou ainda como forma de castigo. Não se pode afirmar que o enunciado está em desacordo.			
75	E	-	Indeferido
A incapacidade para ocupações habituais por mais de trinta dias, a deformidade permanente e a aceleração de parto caracterizam lesões corporais de natureza grave. A deformidade permanente é considerada consequência gravíssima de lesão pelo código penal – Art. 129.			
76	E	-	Indeferido
Nos casos de lesões produzidas por arcos voltaicos, em geral, as informações relativas à intensidade e extensão das lesões não possibilitam a identificação, no corpo da vítima, das áreas de entrada e saída da corrente elétrica. Nas lesões produzidas por arcos voltaicos podem ser determinadas locais de entrada e saída da corrente.			
77	C	-	Indeferido
No cadáver que apresente lesões por fulguração, a causa determinante da morte pode ser tanto a ação elétrica quanto o efeito <i>blast</i> . Fulguração é a morte provocada por corrente elétrica natural – atmosférica e grande parte das mortes ocorrem devido à explosão associada (<i>blast</i>). O que se afirma é que no cadáver que apresenta lesões por fulguração (efeito da eletricidade natural - corrente elétrica de enorme intensidade) pode ter a causa determinante da morte também o efeito <i>blast</i> (efeito decorrente de explosão), ou seja, lesões por súbita compressão, "tremor físico-ambiental" de alta frequência e calor, que incluem fraturas e queimaduras, embora não se exclua lesões provocadas por campos eletromagnéticos. Portanto a afirmação está correta, conforme literatura especializada.			
78	E	-	Indeferido
A determinação do sentido do trajeto de projéteis de alta energia, como, por exemplo, de fuzis, pode ser realizada a partir da análise da posição do colo na cavidade temporária das lesões, que se localiza do lado da saída. O colo na cavidade temporária é localizado do lado da entrada e não da saída.			
79	E	-	Indeferido
A embolia gordurosa decorre de lesões corporais provocadas por descompressões súbitas. As descompressões súbitas estão relacionadas à embolia gasosa e não a embolia gordurosa. Ocorre embolia por formação de bolhas de ar que perderam a solubilidade no sangue.			
80	C	-	Indeferido
Câimbras, síncope e miliária são lesões que podem estar associadas à ação de energia térmica. com ação de calor (térmicas).			
81	C	-	Deferido c/ anulação
A redação do item pode suscitar interpretação dúbia quando menciona que a esganadura pode indicar ação homicida. Por esse motivo, se opta por sua anulação.			
82	C	-	Indeferido
O soterramento pode ser definido de modo estrito ou genérico. De modo genérico, soterramento corresponde à ocorrência de asfixia por mecanismos como compressão torácica, sufocação direta, confinamento em locais de escombros, sem renovação aérea, em que pode haver lesões por material desmorrado. A asfixia por penetração de substância pulverulenta como terra e areia nas vias respiratórias corresponde a um mecanismo de soterramento estrito.			
84	E	-	Indeferido
A participação do mecanismo nervoso de morte é mais importante no enforcamento que na esganadura. Na esganadura o mecanismo nervoso é mais			

importante especialmente relacionado à compressão do seio carotídeo.			
86	E	-	Indeferido
Os argumentos interpostos não se referem ao item em questão.			
87	E	-	Indeferido
Se o resultado do exame de alcoolemia de um indivíduo for positivo, isso significará que, no momento da coleta da amostra para exame, esse indivíduo apresentava a concentração sérica de álcool superior a 0,6 dg/L. Referência e discussão - A concentração é de 6 (seis) e não 0,6 decigramas, o que equivale a 0,6 gramas de álcool por litro de sangue considerada como embriaguez pela legislação em vigor.			
89	C	-	Indeferido
Rágade é a lesão característica de coito anal. A afirmação, no item, não é que a rágade é lesão patognomônica de estupro, e, sim, que configura estupro.			
90	E	-	Indeferido
A dilatação anal pode ser consequência da distensão intestinal da putrefação e não necessariamente de ato libidinoso, mas por definição conjunção carnal tem como vítima pessoa do sexo feminino.			
91	E	-	Indeferido
Se a gravidez tiver resultado de estupro, isso caracterizará uma excludente de ilicitude para homicídio, ou seja, não se punirá a mãe. No caso em questão, não se trata de abortamento (ou aborto), para o qual se prevê o excludente de ilicitude, se for decorrente de estupro. Como se vê também no art. 23, do CP, não há crime quando o agente pratica o fato: I - em estado de necessidade; II - em legítima defesa; III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito, também não há justificativa para o ato. Outra possibilidade de enquadramento seria o art. 134 do mesmo já referido código.			
92	C	-	Indeferido
Caso a mãe em questão, durante a gravidez, tivesse apresentado diabete gestacional, grave doença hipertensiva da gravidez ou placenta prévia, a gravidez poderia ter sido interrompida, e o médico estaria protegido por excludente de ilicitude prevista no Código Penal. Trata-se de caso de excludente de ilicitude. Não se pune médico ao interromper a gravidez para salvar a vida da gestante. Art. 128 do Código Penal Brasileiro. Art. 23 Não há crime quando o agente pratica o fato: I - em estado de necessidade; II - em legítima defesa; III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. A gravidez pode ser interrompida no caso de doenças que colocam em risco a vida. Os exemplos de doenças elencadas podem levar a quadros graves que indicam a interrupção da gravidez. Notar que na afirmação não está posto que todos os casos de diabetes gestacionais, doença hipertensiva ou placenta prévia está indicado interrupção da gravidez por abortamento terapêutico. A afirmação é que em casos de doenças exemplificadas, em se estando indicado a interrupção, esta seria feita e o médico estaria protegido legalmente por excludente de ilicitude.			
93	E	-	Indeferido
Não se trata de infanticídio, e, sim, de homicídio, pois a mãe não se encontra em estado puerperal (conceito médico-jurídico previsto no artigo 123 do CPB). O estado puerperal ocorre imediatamente após o parto, geralmente não assistido. Quando o parto é hospitalar, não concorre com o estado puerperal, especialmente após a alta.			
95	C	-	Indeferido
A questão está correta porque a realização da pesquisa de pleno discernimento não acontece apenas na constatação de doença mental. É necessária, mesmo na ausência de patologia mental, a pesquisa do pleno discernimento, porque só assim irá chegar-se a uma conclusão médico-legal segura.			
96	E	-	Indeferido
O item está errado, pois os indivíduos <i>bordeline</i> , ou seja, aqueles que estão no limite máximo de inteligência do retardo leve e o limite mínimo da inteligência normal, são plenamente imputáveis, pois não são considerados como deficientes mentais.			
97	C	-	Indeferido
O item está certo, pois, segundo literatura especializada, "se trata de uma consequência de dúvidas sofrida pelo paciente, bem como do aprisionamento do indivíduo a detalhes, o que o leva a uma incapacidade de escolha e a uma verdadeira paralisia da capacidade de tomada de decisão".			
98	C	-	Indeferido
Esse é um caso de <i>Actio libera in causa</i> : Ao se colocar nesse estado, ingerindo bebida alcoólica, a pessoa tinha ciência de que ocorreria em			

embriaguez e nesse estado poderia cometer um delito.			
99	C	-	Indeferido
<p>A aposentadoria por invalidez do empregado em questão independe de quando se começará a contar o prazo de contagem dos dois anos. O art. 47, da Lei nº 8.213, de 1991, e o art. 206, da Instrução Normativa INSS/Pres nº 45, de 6 de agosto de 2010, garantem ao segurado aposentado por invalidez e que, após mais de cinco anos de afastamento, seja considerado apto ao trabalho, o direito de continuar recebendo o valor do benefício por um período, independentemente de seu retorno à atividade. O item, portanto, está correto. Lei 8213/91: Art. 47 Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, será observado o seguinte procedimento: I - quando a recuperação ocorrer dentro de 5 (cinco) anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, o benefício cessará; II - quando a recuperação for parcial, ou ocorrer após o período do inciso I, ou, ainda, quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade: a) no seu valor integral, durante 6 (seis) meses, contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade ;b) com redução de 50% (cinquenta por cento), no período seguinte de 6 (seis) meses; c) com redução de 75% (setenta e cinco por cento), também por igual período de 6 (seis) meses, ao término do qual cessará definitivamente. Instrução Normativa INSS/Pres nº 45, de 2010: Art. 206 Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, excetuando-se a situação prevista no caput do art. 208, serão observadas as normas seguintes: I - quando a recuperação for total e ocorrer dentro de cinco anos contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, o benefício cessará: II - quando a recuperação for parcial ou ocorrer após cinco anos contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade: a) pelo seu valor integral, durante seis meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade; b) com redução de cinquenta por cento, no período seguinte de seis meses; e c) com redução de setenta e cinco por cento, também por igual período de seis meses, ao término do qual cessará definitivamente. Art. 210. A Perícia Médica do INSS deverá rever o benefício de aposentadoria por invalidez, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, a cada dois anos, contados da data de seu início, para avaliar a persistência, atenuação ou o agravamento da incapacidade para o trabalho, alegada como causa de sua concessão, nos termos do art. 46 do RPS. Ademais, esclarece-se que o conteúdo cobrado, no item, enquadra-se nos seguintes tópicos do programa: "11.2 Legislação e perícias de acidentes de trabalho" e "11.3 Perícias securitárias". Está previsto, portanto, no edital.</p>			
100	C	-	Indeferido
<p>O conteúdo cobrado enquadra-se nos seguintes tópicos do programa: "11.1 Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais" e "11.2 Legislação e perícias de acidentes de trabalho". Está contemplado, portanto, no Edital. O item afirma que o caso deve ser caracterizado como acidente do trabalho por meio de nexos técnico epidemiológico, o que está correto. O fato de não se afirmar que o tipo de auxílio doença que o segurado recebe é o acidentário não altera esse fato e não impede a análise do item. O empregado em questão apresenta diagnóstico firmado de tuberculose óssea, enquadrada no CID A 18.0. Atua na desmontagem de estruturas metálicas móveis, atividade CNAE 4399-1/02. O Decreto 3048/99 afirma: "Art. 337 O acidente do trabalho será caracterizado tecnicamente pela perícia médica do INSS, mediante a identificação do nexo entre o trabalho e o agravo (...). § 3o Considera-se estabelecido o nexo entre o trabalho e o agravo quando se verificar nexo técnico epidemiológico entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade, elencada na Classificação Internacional de Doenças - CID em conformidade com o disposto na Lista C do Anexo II deste Regulamento". Em seu Anexo II - LISTA C, consta a correlação entre o CID A18 e as atividades enquadradas na CNAE 4399. Com base nos dados fornecidos no enunciado, a correlação entre a tuberculose óssea e a atividade de trabalho do segurado em questão deve ser firmada, portanto, de forma automática, e independe de qualquer outra avaliação. Poderá, claro, ser questionada pelo empregador, mais isso só acontecerá depois de o caso ser considerado acidente de trabalho por meio do nexo técnico epidemiológico, que deve ser firmado.</p>			
101	E	-	Indeferido
<p>O conteúdo cobrado enquadra-se nos seguintes tópicos do programa: "11.1 Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais; 11.2 Legislação e perícias de acidentes de trabalho; 11.3 Perícias securitárias". Está contemplado, portanto, no Edital.</p>			
102	E	-	Indeferido
<p>O item afirma que "O estado tardio da esquizofrenia residual caracteriza-se pela presença persistente e irreversível de sintomas negativos, como lentidão psicomotora, hiperatividade e embotamento afetivo". No entanto, o paciente com esse diagnóstico não apresenta hiperatividade e os sintomas não são necessariamente irreversíveis. O item, portanto, está errado.</p>			
103	E	-	Indeferido
<p>A descrição constante do item é da esquizofrenia paranoide. A hebefrênica caracteriza-se pela presença proeminente de uma perturbação dos afetos, como descrito no CID F20.1. O item, portanto, está errado.</p>			
104	E	-	Indeferido
<p>A doutrina moderna tem afastado e refutado a tese de que a obrigação do anestesiológico é de resultado. Ademais, a jurisprudência atual não considera que, em todos os casos, a responsabilidade do anestesiológico é objetiva. A respeito do debate, diz a literatura especializada "Dizer-se que a obrigação do anestesiológico é de resultado, porque ele se compromete a anestésiar o paciente, e depois reanimá-lo às condições normais, é, no mínimo, um absurdo. Primeiro porque a função de um anestesiológico não é apenas fazer o paciente dormir e depois acordá-lo. Depois, fazê-lo dormir e não acordá-lo, podem constituir ocorrências cujas razões são independentes de sua vontade, ligadas às condições fisiológicas e patológicas, do doente, e decorrentes da própria limitação de sua ciência, ainda mais quando foram realizados todos os cuidados pré-anestésicos e solicitados todos os exames complementares. O anestesiológico não tem como prever as muitas consequências oriundas das condições multifárias do organismo humano." Cumpre destacar que a própria jurisprudência do STJ já tem considerado a responsabilidade do anestesiológico como subjetiva, e não mais</p>			

objetiva.			
105	C	-	Indeferido
Segundo literatura especializada, "o erro de diagnóstico não pode se constituir em culpa, a não ser que se trate de erro de diagnóstico grosseiro ou crasso, isto porque, apenas uma pequena porcentagem da etiologia das doenças é conhecida. Mais ainda, um mesmo sintoma pode estar ligado a várias doenças, propiciando, assim, a possibilidade de ocorrer um falso primeiro diagnóstico. (...) Do que se conclui que erro de diagnóstico não enseja culpa, mas erro de conduta, sim." Concluindo, o erro do diagnóstico, pura e simplesmente, não pode gerar a culpa, pois se trata de uma análise preliminar. Agora o erro na conduta é que pode gerar danos e culpa. O que precisa ficar claro é a distinção entre diagnóstico e conduta, que nem todos os julgadores conseguem distinguir, e que muitas vezes os termos são citados nas decisões de forma equivocada.			
107	E	-	Indeferido
A função do perito é pessoal e indelegável, portanto seu trabalho é de sua exclusiva responsabilidade.			
108	C	-	Indeferido
O item traz um entendimento previsto no art. 429, do Código de Processo Civil, que diz: "Art. 429. Para o desempenho de sua função, podem o perito e os assistentes técnicos utilizar-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder de parte ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com plantas, desenhos, fotografias e outras quaisquer peças". Ademais, fontes ilegais ou ilegítimas não podem servir como provas, por serem ilegais.			
109	E	-	Indeferido
Os casos de impedimento legal são: se for parte no processo, se já estiver trabalhando no processo em outra função que não a de perito, se alguma das partes for parente, pertencer a órgão que é parte na causa, ser de área diferente da matéria à qual refere à perícia. O caso previsto no item, ou seja, ser amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, constitui suspeita de parcialidade, e não impedimento. Suspeita de parcialidade e impedimento são duas coisas completamente distintas. Ademais, o item não tratou de assistente técnico, mas, sim, de perito, que são funções distintas.			
110	C	-	Indeferido
Ainda que apenas a readaptação seja o instrumento legal da lei 8.112/90, que rege os policiais federais, sabe-se que se houver prejuízo à saúde do servidor público, o Ministério do planejamento orçamento e gestão, que cuida dos atos normativos que diz respeito ao servidor público federal e recepcionou as Normas regulamentadoras do ministério do trabalho, havendo previsão de que o empregador (União) cuide da reabilitação e reinserção do servidor adoecido no ambiente de trabalho.			
111	E	-	Indeferido
Tanto quanto na PAIR, o trauma acústico causa perda do tipo neurossensorial. Quando ocorre comprometimento da orelha média, por ruído de impacto, como na perfuração timpânica há um mecanismo de proteção natural do órgão de Corti. Nesses casos, o comprometimento da orelha interna é menos intenso. A perda, portanto é do tipo neurossensorial e não do tipo condutivo.			
112	E	-	Indeferido
O fato de não haver perda bilateral, de a perda ser do tipo misto unilateral, diminui a chance de a perda ser decorrente de PAIR. A Surdez unilateral aguda geralmente tem uma base coclear. As infecções bacterianas ou virais do labirinto, traumatismo craniano com fratura ou hemorragia na cóclea, ou oclusão vascular de um ramo terminal da inferior anterior artéria cerebelar, extensivamente, podem danificar a cóclea e as células ciliadas. A Perda auditiva unilateral súbita, muitas vezes associada com vertigem e zumbido, pode resultar de uma fistula perilinfática e podem acompanhar a cirurgia do estribo ou traumatismo craniano.			
113	C	-	Indeferido
A literatura especializada traz o termo apendagite.			
114	E	-	Indeferido
O dímero D não é útil no diagnóstico diferencial do TEP em indivíduos com ICC. Portadores de ICC tem dímero D elevado e não é possível excluir TEP, pois seu valor nunca terá o valor preditivo negativo, esperado para exclusão do TEP, como acontece em indivíduos sem ICC. Indivíduos com ICC têm níveis elevados de Dímero D. Nesse caso específico, exames de imagem como a angio CT e a dosagem de BNP estão indicados, mas não há nenhuma indicação para a dosagem do dímero D, uma vez que apenas um resultado baixo afastaria a hipótese de TEP (valor preditivo negativo), mas não serviria como parâmetro para confirmar esse diagnóstico.			
116	E	-	Indeferido
Dados recentes não associam o vírus à síndrome de choque tóxico. O vírus da influenza não provoca choque tóxico. Há relato de choque tóxico por estafilococos ou estreptococos do tipo B que podem complicar secundariamente o curso da influenza. Esse quadro é descrito como síndrome de			

Tulcidides.			
117	C	-	Indeferido
A pneumonia viral primária pelo vírus da influenza inicia-se no 3º ao 5º dia de doença, e sua manifestação radiológica mais comum é o infiltrado intersticial difuso, semelhante à congestão pulmonar.			
118	C	-	Indeferido
A síndrome de <i>Guillain Barré</i> está associada à vacinação para o vírus da Influenza, sendo mais comum que outras complicações neurológicas da vacinação. Também pode seguir-se a um quadro de influenza. A incidência de complicações neurológicas, na Influenza, foi estimada em 4 casos por 100.000 crianças por ano. As complicações neurológicas aparecem mais comumente em crianças menores de seis anos de idade. As manifestações clínicas incluem convulsões, perda de consciência, alterações de nervos cranianos, déficits motores focais e alterações da marcha, entre outros. A patogênese da gripe associada à doença neurológica permanece obscura. O RNA DA Influenza é raramente detectado no Líquor de pacientes com encefalopatia. Uma hipótese possível é a resposta imune sistêmica. As manifestações neurológicas são incomuns e o item não solicitou que se avaliasse a complicação mais comum.			
120	C	-	Indeferido
O infarto do giro angular esquerdo (dominante), por oclusão do ramo posterior da artéria cerebral média esquerda (dominante), pode levar ao quadro clínico denominado de síndrome de <i>Gerstmann</i> , com acalculia, agrafia, desorientação esquerda-direita e agnosia digital. O mais comum é a ocorrência de alguns elementos da síndrome associados à afasia ou ao déficit de atenção.			

CARGO 11: PERITO CRIMINAL FEDERAL / ÁREA 13

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
55	E	C	Deferido c/ anulação
De acordo com o Capítulo V, Seção I, Art. 7º. Parágrafo VI do Código de Ética Odontológica, constitui infração ética abandonar o paciente, salvo por motivo justificável, circunstância em que deverão ser conciliados os honorários e indicados substitutos. Portanto, o item está correto. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.			
56	C	-	Indeferido
O Código de Ética Odontológica, capítulo 3, Art. 5º, constitui deveres fundamentais dos profissionais e entidades de Odontologia. Ambos responderão ao processo, no entanto, as punições não necessariamente serão as mesmas. Sob o ponto de vista legal, o cirurgião-dentista, titular do consultório, é o responsável pela conduta técnica de seu pessoal auxiliar. Qualquer denúncia, qualquer queixa de algum paciente, em face de qualquer ato, tem de ser dirigida ao profissional. A respeito da responsabilidade do comitente, ou patrão, por ato de preposto, a literatura especializada diz: "mesmo, porém, os que sustentam que a culpa presumida do civilmente responsável é o fundamento de ambas as responsabilidades, não deixam de distinguir a natureza destas presunções; no caso da responsabilidade dos genitores, a presunção de culpa é <i>júris tantum</i> , admitindo, portanto, prova em contrário, ao passo que a presunção de culpa, na hipótese dos comitentes ou patrões, é irrefragável, <i>júris et de jure</i> , não sendo possível prova em contrário (...)". A responsabilidade do comitente ou patrão, denominada indireta, pressupondo, como vimos, a responsabilidade por culpa do preposto ou empregador, é inelutável, porquanto, provada a culpa do preposto ou empregado, o comitente, qualquer que seja o fundamento adotado para justificá-la, responderá pelos danos ocasionados pelo preposto ou empregado, observados, como é óbvio, os requisitos exigidos pela lei. O treinamento do pessoal auxiliar quanto aos aspectos éticos da prática odontológica fica a cargo do cirurgião-dentista, pois em caso de infração ética cometida por estes profissionais, o cirurgião-dentista responde conjuntamente no processo.			
57	E	-	Indeferido
A Lei 8.112/90 exige que a perícia, para fins de concessão de licença para tratamento de saúde, seja realizada por médico ou junta médica, nos termos de seus artigos 202 e 203. Afirma, ainda, que o administrador público deve atuar em estrita consonância com a lei, de acordo com o que a ele é, expressamente, autorizado. Segue informando que não há espaço para interpretações elásticas do que está, expressamente, consignado no Art. 203 da Lei nº. 8.112/90. Ou seja, toda licença para tratamento de saúde concedida ao servidor público estatutário deve ter por base uma perícia médica. Considera-se que a Lei 8.112/90 supera a Lei 5.081/66, pois deve prevalecer a norma que, além de posterior, é mais específica. Como último argumento, alega que a antinomia entre o Art. 203 da Lei 8.112/90 e o Art. 6º, III da Lei 5.081/66 é apenas aparente, haja vista que esta norma fala, expressamente, em justificação de falta ao emprego e, no caso dos servidores estatutários, estes não ocupam empregos, mas, sim, cargos públicos. Finalmente, concorda que o cirurgião-dentista é plenamente capacitado e devidamente habilitado para atuar na área da Odontologia com total autonomia, razão pela qual o pleito lhe parece justo. Entretanto, a Administração Pública não pode fugir do que emana da Lei e conclui que o pleito pretendido só pode ser alcançado mediante alteração legislativa.			
59	E	-	Deferido c/ anulação
De fato, o perito pode escusar-se da intimação de perícia em foros criminais e civis, desde que alegue motivo legítimo. Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se			

pela anulação.			
63	C	-	Indeferido
<p>Na literatura especializada, há a descrição de dois casos de identificação empregando uma técnica inédita, na época, a qual consistiu na osteotomia das maxilas e mandíbulas. Estas peças foram então submetidas, cada uma, a radiografias panorâmicas que puderam ser comparadas com radiografias <i>ante mortem</i> arquivadas nos consultórios dos cirurgiões-dentistas das vítimas. Esta técnica, além de fornecer informações completas para a identificação, também permite a determinação da idade dental em crianças.</p>			
64	C	-	Indeferido
<p>A manipulação de imagens digitais é algo bastante comum. Existem inúmeras variações da técnica radiológica digitalizada, descritas na literatura. Existem, na literatura, inúmeras variações da técnica radiológica digitalizada, porém, essencialmente, a metodologia consiste nas seguintes etapas: 1) digitalização de imagens radiográficas, mediante o emprego de um <i>scanner</i> ou câmara de vídeo ou, ainda, mediante aquisição da imagem diretamente de um sistema de raios X acoplado a um computador com monitor, impressora e gravador de CD-ROM16; 2) manipulação das imagens por um <i>software</i> adequado, permitindo comparações, seja por superposição 39,8, interposição ou subtração de imagens. Essas técnicas modernas permitem comparar, com precisão, relações espaciais das raízes e das estruturas de suporte dos dentes em imagens <i>ante mortem</i> e <i>post mortem</i>. Há <i>softwares</i> que apresentam recursos de rotação, translação e ajuste de tamanho das imagens, facilitando a correção do posicionamento da radiografia <i>post mortem</i> em relação à <i>ante mortem</i>, sem que haja a necessidade de novas exposições 16. É importante ressaltar que a questão da diferença de geometria entre as radiografias é o principal fator de erro neste tipo de técnica e a correção acima mencionada é fundamental para reduzir o ruído obtido após o processo de subtração de imagens.</p>			
65	C	-	Indeferido
<p>Conforme literatura especializada, as radiografias, as fotografias e os demais exames complementares devem ser arquivados adequadamente junto ao prontuário do paciente, pois caso outros procedimentos clínicos sejam realizados por outro profissional, as películas radiográficas permitem o esclarecimento da questão. Da mesma forma, os exames complementares declaram a situação atual de saúde do paciente, de maneira que permitem ao profissional, comprovar através destes, a ausência de algumas patologias no momento de determinada intervenção. Ainda, conforme literatura, "a documentação Odontológica constitui, na maioria das vezes, importante matéria de prova, chamamos a atenção dos profissionais para a necessidade de adotarem o sistema de duplicação das mesmas, preventivamente, ou na eventualidade de serem requisitadas pela Justiça ou quando pedidas pelo paciente, fazendo a entrega da cópia, uma vez que representam o embasamento de atos operacionais realizados pelo profissional".</p>			
71	C	-	Indeferido
<p>A marca de mordida é a física do produto final de um complexo conjunto de eventos que ocorrem quando dentes humanos ou animais são aplicados à pele ou qualquer gênero alimentício. Os elementos dentários agem como instrumentos contundentes, cortocontundentes ou perfurocontundentes, provocando ferimentos, de forma e gravidade diversas, sobre a pele. Segundo literatura, uma marca de mordedura pode ser geralmente definida como um padrão feito pelos dentes em um substrato, sendo os dentes de origem humana ou animal. O substrato pode ser pele, comida, ou outra substância compressível. Nos casos em que a mordida provoca lesões cortocontusas ou lacerações na superfície cutânea, a moldagem de tais lesões pode ser feita com o auxílio de materiais de moldagem de alta precisão, como o polivinilsiloxano.</p>			
72	C	-	Indeferido
<p>O enunciado já afirma que os itens a serem cobrados são relativos à estimativa de idade. A cobrança da questão é sobre técnicas de estimativa da idade de indivíduos, sem julgamento das que são melhores ou piores em indivíduos vivos ou mortos. É claro que ninguém extrairia um dente em um indivíduo vivo para fazer tal análise, mas o que importa aqui é como se faz essa análise de determinação ou estimativa da idade por meio da mineralização da dentina. Na determinação da idade de um indivíduo, realiza-se a correta seleção dos dentes da pessoa a ser identificada e secciona-se em um plano longitudinal de modo que a região das raízes dos dentes até o ápice possa ser estudada microscopicamente. A dentina é permeada por milhões de pequenos túbulos de 2 a 3 µm de diâmetro, que se estendem desde o aspecto exterior da dentina até o canal radicular. Com o avanço da idade esses túbulos tornam-se progressivamente mais mineralizados.</p>			
73	C	-	Indeferido
<p>A questão não afirma que durante a mineralização não há influências, apenas compara que em relação à erupção é menos susceptível. A literatura especializada observou que os fatores genéticos e ambientais influenciaram na erupção dental, mas discutiu, também, a influência de raça, sexo, nível sócio-econômico, nutrição, peso, estatura, maturidade esquelética e urbanização, neste processo. Citou, ainda que prematuridade, que baixo peso ao nascer e enfermidades poderiam causar um retardo na erupção dentária decídua. A erupção dentária sofre interferência de inúmeros fatores. Dentre os de ordem geral, podemos mencionar o sexo (as meninas têm a erupção mais precoce do que os meninos), arco (dentes da mandíbula erupcionam mais cedo do que os da maxila), biótipo (os longilíneos e magros têm a erupção mais precoce), alimentação (a desnutrição grave atrasa a erupção), clima (temperaturas quentes adiantam a erupção), flúor (atrasa a erupção) etc. Quanto aos patológicos, temos o hipotireoidismo e hipertireoidismo, anodontias, perdas precoces dos dentes decíduos, Diabetes melitus, além da própria herança genética. O fenômeno da mineralização dos dentes permanentes é menos susceptível à influência dos fatores acima descritos que sua erupção, permitindo, ainda, a coleta de informações desde o início da mineralização da coroa até o fechamento apical, o que nos leva a considerá-lo um indicador mais fiel para a idade. A análise dos estágios de mineralização dos dentes permanentes é realizada através do exame radiográfico, existindo várias tabelas estrangeiras e brasileiras. Estudos vêm demonstrando que os métodos de estimativa da idade, pelo exame dos elementos dentários, são mais precisos que os métodos utilizados pela medicina legal, permitindo uma estimativa mais próxima da idade cronológica, já que os dentes são as estruturas orgânicas que fornecem os melhores subsídios para a estimativa da idade, porque, ao que tudo indica, são menos susceptíveis às patologias, deficiências hormonais e nutricionais que afetam sobremaneira o desenvolvimento ósseo.</p>			

74	C	-	Indeferido
<p>O item em questão não questiona se ortopantomografia é ou não a melhor técnica, ou em que idade é melhor a sua utilização. O item refere-se apenas ao fato de que é possível utilizá-la para estimar a idade. A ortopantomografia, ou RX panorâmico, é um dos exames radiológicos extra orais para avaliação dentária. A radiografia panorâmica dos dentes é chamada de ortopantomografia. São muitas as dificuldades para se estimar a idade de pessoas de 14 a 21 anos através dos dentes, pois em sua maioria, esses já se encontram em seu estado de estabilização, ou seja, já completaram totalmente sua mineralização corono-radicular. Restam, aos odontólogos investidos na função pericial, os terceiros molares como elementos sinalépticos para realização da estimativa da idade. Estes são os únicos dentes cuja mineralização ainda está ocorrendo, servindo como meio auxiliar nas pesquisas antropológicas de estimativa de idade. O método de eleição em um exame pericial de estimativa da idade é o radiográfico, por ser bem prático na obtenção dos dados. Através de radiografias panorâmicas, são interpretados os estádios de mineralização corono-radicular correlacionando ao tempo de vida humana. Esses resultados tem mostrado alta confiabilidade, sofrendo menores interferências por fatores externos que alteram a erupção, além de fornecer informações sobre os elementos dentários, desde o início da formação coronária até o fechamento apical. O relacionamento dos terceiros molares com as raízes se completam entre a idade mínima de 18 anos e máxima entre os 21 e 25 anos, tanto para os superiores como para os inferiores. A literatura considerou que a calcificação completa das raízes acontece por volta dos 18 aos 20 anos, particularmente, no homem, dos 19 aos 21 anos e, na mulher, dos 18 aos 20 anos. Afirma-se, também, que o primeiro terço da raiz formada é evidenciado entre as idades de 17 a 19 anos e a raiz se mostra incompleta para as idades de 18 a 20 anos. Ainda, na literatura, concluiu-se que o dente estará completamente mineralizado, com raiz completa para os dentes superiores aos 19 anos e para os inferiores aos 21 anos. Observa-se que com 16 anos a calcificação das raízes se encontra em seu terço inicial; a calcificação da parte radicular se encontra pela metade com 18 anos; o forame apical se encontra incompletamente calcificado com 19 anos e a raiz se completa geralmente aos 20 anos. Ressalte-se, ainda, que o dente esteja completamente formado, ou seja, estágio 10, pelas médias, em 242,14 meses, ou seja, 20 anos e 2 meses, sendo que, a partir desta data, os terceiros molares entram em sua fase de maturação em relação a mineralização dentária. O desenvolvimento dentário vai da vida fetal até por volta dos 21 anos de idade. Também os fenômenos involutivos poderão ser pesquisados, seja na dentição decídua, seja na permanente. Prematuridade, baixo peso ao nascer e enfermidades poderiam causar um retardo na erupção dentária decídua. O problema da estimativa da idade em pessoas adultas foi estudado por certo pesquisador, que analisou aspectos da involução dentária, elaborando uma classificação dos fenômenos a ela ligados (desgaste oclusal, periodontose, desenvolvimento de dentina secundária na cavidade pulpar, deposição de cimento na raiz, reabsorção da raiz e transparência do ápice radicular), a partir desse conjunto de informações foi construída uma fórmula que, após a sua resolução, permitia obter a idade fisiológica. Vale ainda lembrar, que a análise dentária dos indivíduos transcende o aspecto morfológico do dente, devendo o perito odontológico estar atento a outros fatores como: nível socioeconômico, pois é comprovado que crianças, oriundas de famílias pobres financeiramente, possuem erupção dentária mais demorada; biótipo, uma vez que foi comprovado que em pessoas magras a erupção dentária é antecipada, quando comparada com as obesas. Por fim, verifica-se que a erupção dentária é também de suma importância para a verificação da idade.</p>			
75	C	-	Indeferido
<p>Os dentes permitem a estimativa da idade com boa margem de precisão. Após os 18 anos, o indivíduo já tem a sua mineralização dental completa e, a partir deste episódio, tem-se uma maior dificuldade no momento de realizar uma estimativa de idade. Para indivíduos que se encontram na faixa etária a partir dos 18 anos, podemos usar para métodos de análise, as chamadas modificações tardias dentais. Essas modificações são consideradas, desgastes dentais fisiológicos, estreitamentos de câmara pulpar e canais radiculares, aposição cementária, formação de dentina secundária. A literatura especializada, estimando a idade por meio das medidas da câmara pulpar e canais radiculares, concluiu, por meio do estudo de análise de regressão linear da amostra, que a área da câmara pulpar representa um dos indicadores de maior segurança na estimativa da idade após os 15 anos, com uma variação de 4 anos em torno da idade estimada. Devemos lembrar que para a realização de estimativa de idade, não apenas a análise dental deve ser realizada, mas, sim, uma análise antropológica total. Devemos lançar mão de dados qualitativos e quantitativos, a fim de obter o maior número possível de informações através de várias metodologias para que, com a coleta geral dos dados, possamos obter um resultado mais fidedigno desta estimativa.</p>			
76	C	-	Deferido c/ anulação
<p>O termo "material biológico" prejudicou o entendimento objetivo do item, motivo pelo qual se opta por sua anulação.</p>			
80	E	-	Indeferido
<p>A assertiva estaria correta se não mencionasse "bastante utilizado na odontologia legal, devido à rapidez na análise e ao seu baixo custo operacional". Estes métodos implicam conhecimentos especializados e a utilização de um instrumental complexo. Adicionalmente, e em conjunto com muitos dos métodos anteriormente referidos, também implicam a extração das peças dentárias e o seu posterior corte em seções finas para serem preparadas amostras observáveis através da microscopia. Pelas razões apresentadas e, também, por razões éticas, de morosidade e de custos, estes métodos são inadequados nos indivíduos vivos. Refira-se, que mesmo em cadáveres pode acontecer não ser permitida a extração do órgão dentário por motivos religiosos ou culturais. Na atualidade, os métodos bioquímicos de quantificação de aminoácidos na dentina, como é o caso da racemização pelo ácido aspártico, são considerados os métodos de determinação da idade mais precisos. Pelas razões apresentadas e, também, por razões éticas, de morosidade e de custos estes métodos são inadequados nos indivíduos vivos. O método clássico de determinação da idade de um indivíduo pela velocidade de racemização do ácido aspártico contido em ossos foi aplicado inclusive em Odontologia Legal, por meio da medição dos teores das duas formas enantioméricas deste aminoácido na dentina. No entanto, quase 20 anos depois, estudos mostraram que os resultados são influenciados pelo potencial hidrogeniônico (pH) do meio, umidade e outros fatores ambientais, podendo levar a valores errôneos.</p>			
81	C	-	Indeferido
<p>A determinação da idade pode ser feita de forma aproximada, não invalidando a referida questão. Os métodos de identificação humana podem ser didaticamente divididos em reconstrutivos ou comparativos. O exame antropológico realizado com intuito de estimar a idade, etnia, sexo e estatura de um indivíduo, constitui um exemplo de metodologia de identificação humana reconstrutiva, realizada mediante confronto entre as particularidades obtidas na mensuração ou análise do cadáver e as médias, fórmulas ou intervalos contidos em tabelas existentes na literatura. A Odontologia Legal utiliza dados e registros dentais <i>ante mortem</i> para fazer comparações com os <i>post mortem</i>, essas comparações são feitas através de informações e registros contidos no prontuário odontológico. Deste modo, comparando-se o prontuário odontológico com a atual situação dentária do cadáver com seus sinais ainda</p>			

conservados na denteção, é possível que se chegue à correta identificação. Tanto o crânio quanto as arcadas dentárias e os dentes, no todo ou isoladamente, permitem que se obtenham dados sobre a espécie, o grupo racial, o sexo, a altura, a idade e a individualidade. Inúmeros são os pontos de referência e as alterações que se podem encontrar quando se analisa detidamente cada aspecto. A reconstrução facial permite que características perdidas do indivíduo sejam visualizadas a partir do crânio como matriz onde se fixam os tecidos moles que o recobrem. Reconstruções faciais, em três dimensões, com finalidade forense, podem ser conseguidas tanto através de esculturas modeladas em material plástico, ou argila, como através de programas computadorizados. Tal como no século XIX, ainda hoje a maioria dessas técnicas emprega conjuntos de médias da profundidade de tecidos moles sobre determinados pontos craniométricos, atuando como guias dos contornos faciais. No entanto, a forma dos olhos e pálpebras, os olhos e a ponta do nariz não possuem correspondência óssea no crânio, e estas são características importantes no reconhecimento facial. O nariz, sendo constituído na sua maior parte por cartilagem e tecido mole tem sua forma perdida durante a decomposição cadavérica e, pela sua localização, tamanho e configuração na face podem influenciar no sucesso ou fracasso do reconhecimento através da técnica da reconstrução facial. A radiografia cefalométrica, também chamada de terradiografia, foi concebida com a finalidade de permitir que, por meio da padronização de tomadas, uma série de medidas do crânio e da face pudesse ser realizada em um mesmo indivíduo, para observar, também, o seu padrão de crescimento ósseo e do tecido. A maioria dos métodos de reconstrução ou aproximação facial utilizam dados de tecidos moles e essas medidas de profundidade de tecidos moles devem ser escolhidas a partir de um conjunto de dados mais adequados, dependendo do grupo étnico, sexo e idade do indivíduo. Geralmente a quantidade de pontos utilizadas em uma reconstrução facial fica entre 15 e 34 pontos. Conforme literatura especializada, antropólogos faciais devem ser capazes de realizar uma avaliação detalhada do crânio, incluindo a determinação do sexo, idade, ascendência e morfologia facial. Dentre as partes da face humana que não podem ser determinadas por meio da análise antropológica do crânio estão a cor da pele, detalhes na superfície da pele, acúmulo ou dispersão da gordura na face, cor dos olhos, espessura e dispersão de pelos e cabelo, espessura e contorno dos lábios, e formato das orelhas. Vale ainda lembrar, que a análise dentária dos indivíduos transcende o aspecto morfológico do dente, devendo o perito odontológico estar atento a outros fatores como: - nível socioeconômico, pois é comprovado que crianças, oriundas de famílias pobres financeiramente, possuem erupção dentária mais demorada. - biótipo, uma vez que foi comprovado que em pessoas magras a erupção dentária é antecipada, quando comparada com as obesas. Por fim, verifica-se que a erupção dentária é também de suma importância para a verificação da idade.

82	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Conforme literatura especializada, o trabalho começa não pelo dente individualizado, mas, sim, por todo o crânio, e deste para a mandíbula e maxila, daí para os segmentos e finalmente para cada dente individualmente. Faz-se, portanto, necessário ilustrar o que se assinala no estudo, bem como padronizar as denominações. Todos os pontos referidos e os ângulos entre eles formados se prestarão a medições padronizadas que permitirão a comparação. Os pontos craniométricos servem como referências básicas no processo de mensuração do crânio. Eles são determinados, com precisão, por diversos autores e são localizados em acidentes anatômicos facilmente identificáveis ou em posições geométricas estabelecidas. A maior parte desses pontos está situada no plano médio sagital (PM); estes são ímpares. Os outros estão em planos laterais (PL) e são pares. Os principais pontos craniométricos: *alveolon*, *asterion*, *basion*, *bregma*, *dacriion* ou lacrimal, *esfenion*, *estafilion*, *estafanion*, *eurion* e *gizion*. Ainda conforme literatura especializada, a reconstrução facial pode ser uma ferramenta útil dentro do processo de identificação médico-legal. O método tem apresentado uma evolução contínua ao longo dos anos, tornando-se mais acurado. A sua fidelidade deve-se, em parte, às medidas de tecidos moles que são empregadas para se reconstituir o rosto a partir de um crânio. Dados sobre a correta localização e definição de 22 pontos craniométricos foram estabelecidos, na literatura, a partir de estruturas anatômicas, de modo a permitir a futura mensuração da espessura dos tecidos moles crânio-faciais de brasileiros vivos, com alta precisão e confiabilidade.

85	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

A ação civil de reparação de danos pode ocorrer em quaisquer tipos de prejuízos e não apenas em caso de prejuízos permanentes de natureza grave ou gravíssima, em que o laudo do exame de corpo de delito, contendo a avaliação dos danos sofridos no aparelho estomatognático, pode, sim, ser utilizado para embasar ação civil de reparação de dano. Segundo literatura especializada, o exame pleno do aparelho estomatognático busca harmonia anatômica, funcional e estabilidade na oclusão, sendo que qualquer dano acarretará, em maior ou menor grau, uma desarmonia desse sistema. Lesões corporais são os vestígios deixados pela transferência da energia externa, ou energia vulnerante, através de instrumentos ou meios, e podem ser fugazes, temporários ou permanentes, ou também classificados como superficiais ou profundos. Ainda segundo literatura, o exame de corpo de delito pode ser direto ou indireto, sendo o direto a perícia propriamente dita (lesão corporal, autópsia, estupro, aborto, infanticídio) e exame de corpo de delito por via indireta, realizado por meio de ficha médica, prontuário médico-hospitalar e resultado de exames complementares. É muito importante que se faça um exato enquadramento legal, pois se esse dano for corretamente classificado, a vítima pode ter direito à justa indenização e fazer com que o agressor responda adequadamente pelo crime cometido, e o laudo de exame de corpo de delito é geralmente o ponto de partida para uma ação civil de reparação de dano. Ressalta-se que é necessário ter em mente que os dentes desempenham uma tríplice função: mastigatória, estética e fonética para que se possa qualificá-las corretamente. Lesão que torne a aparência de uma pessoa diferente da que ela possuía anteriormente, pode ser considerada como um dano estético, sem falar nas crianças que terão, ainda, que conseguir um lugar na sociedade, às vezes, a partir desse dano. É necessária, também, a avaliação da função mastigatória, o quanto ela foi prejudicada, As necessidades calóricas de determinados trabalhadores que necessitam de uma grande quantidade de calorias em sua atividade laboral e com a mastigação comprometida podem vir a ter problemas. Além da função estética, a função fonética pode ser comprometida com a perda de dentes anteriores.

86	E	-	Deferido c/ anulação
----	---	---	----------------------

Por haver divergência literária no que tange ao assunto "coeficientes para as lesões dos dentes", opta-se pela anulação do item.

89	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Conforme literatura especializada, são elementos que, entre outros, caracterizam uma ferida contusa: forma estrelada, sinuosa ou retilínea; pouco sangrante; bordos irregulares e escoriados; integridade de vasos ao fundo. Todas estas características constam da descrição do item analisado. Ainda no corpo do item, consta que a lesão foi produzida por "queda no chão", e o chão, sendo uma superfície, pode gerar uma ferida contusa, pelo mecanismo de compressão apenas, mas não corto-contusa. Segundo literatura, ainda, os instrumentos que geram uma ferida corto-contusa apresentam gume e agem, também, por intensa pressão, destacando-se o facão, o machado, a foice, a enxada, a serra elétrica, os dentes.

92	C	-	Indeferido
<p>Segundo literatura especializada, tanto o exame tipológico do crânio quanto os índices referidos servem de parâmetros para estimar o fenótipo cor da pele. Ainda, o interesse da investigação solicitada pela autoridade é a de estimar a cor da pele que teve o indivíduo a quem a ossada pertenceu. Note que tal característica será “estimada”, a depender dos dados obtidos das observações e medições realizadas, sendo este o termo colocado na questão.</p>			
96	C	-	Indeferido
<p>Os quatro métodos citados estão incluídos na modalidade de identificação judiciária. Sobre a fotografia simples, literatura especializada afirma “É um processo ainda em voga nas cédulas de identificação. Até pouco tempo, foi por demais empregado como meio de reconhecimento. Apresenta, no entanto, vários inconvenientes, entre os quais: dificuldade de classificação, alterações dos traços fisionômicos com o decorrer dos anos e o problema dos sócias. Apesar dos pesares, seria levandade relegar a contribuição que ela tem dado ao trabalho policial nas questões do reconhecimento de pessoas procuradas”. Vale ressaltar que os inconvenientes citados para a fotografia simples dizem respeito, também, à fotografia sinalética, no entanto, ambas continuam sendo usadas.</p>			
98	C	-	Indeferido
<p>Conforme literatura especializada, tanto o exame tipológico do crânio quanto os índices referidos servem de parâmetros para estimar o fenótipo cor da pele. Ainda, o interesse da investigação solicitada pela autoridade é a de estimar a cor da pele que teve o indivíduo a quem a ossada pertenceu. Note que tal característica será “estimada” a depender dos dados obtidos das observações e medições realizadas, sendo este o termo colocado na questão.</p>			
101	C	-	Indeferido
<p>Em que pese a prova de Verderau ser usada para distinguir uma lesão ocorrida em vida, de uma ocorrida após a morte, quando a morte sobrevém imediatamente após a lesão, ela não tem validade. Literatura especializada afirma que a prova de Verderau “consiste na determinação da relação leucócito/hemácia, no foco da lesão e em outro ponto qualquer do corpo. Está maior, no foco, quando a lesão foi produzida ainda em vida. Nas lesões produzidas muito próximo da morte, não há diferença”. E não há diferença, nesta situação particular colocada no enunciado da questão. E não há diferença por não ter havido tempo hábil para que ocorra o afluxo leucocitário para a lesão, base da prova.</p>			
102	C	-	Indeferido
<p>A história se constitui a partir das informações que chegam ao perito, contidas em geral na documentação que solicita a perícia. O papel do perito é realizar a perícia e recolher dados que forneçam subsídios para que se faça o nexa causal, ou não, com o delito investigado. Na questão colocada, a perícia diagnosticou uma ruptura himenal com bordos edemaciados e recobertos por fibrina, portanto, com reação inflamatória, em uma pericianda com história de estupro ocorrido há três dias, de forma que o achado pericial é compatível com a data informada ao perito no histórico do caso. Conforme literatura especializada, o edema e a fibrina recobrendo a lesão do hímen demonstram que a lesão é recente e, portanto, compatível com o histórico. Conforme literatura, “É dever do perito sempre fazer o nexa causal entre o vestígio encontrado – neste particular a rotura himenal – e o delito que motivou a perícia”. Por fim, a questão não pede para o perito julgar se houve ou não crime, por não ser, de fato, competência do perito. A indagação feita é se, de acordo com o Código Penal Brasileiro atual, a conduta “constranger alguém a praticar ato libidinoso diverso da conjunção carnal mediante grave ameaça é crime caracterizado como Atentado Violento ao Pudor”. Neste particular, o Código Penal Brasileiro, Título VI, Capítulo I, Artigo 213, define como estupro o ato de “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Nisto ele diferiu do código anterior, que classificava tal prática como Atentado Violento ao Pudor.</p>			
107	E	-	Indeferido
<p>A argumentação usada no recurso é válida, grosso modo, para todas as suturas cranianas, com exceção da sutura médio-frontal ou metópica. Esta se apaga, na maioria das pessoas, na infância, entre 2 e 8 anos, sendo rara a sua permanência em um adulto.</p>			
109	E	-	Indeferido
<p>A questão procura explorar o conhecimento do candidato sobre a relação existente entre a estimativa da estatura pela medição dos ossos longos e o sexo, quando um esqueleto humano está sendo periciado. Ela não indaga sobre que tabela ou fórmula devem ser usadas, nem a qual grupo populacional a pessoa falecida pertence. Ocorre que, independente do grupo populacional, para indivíduos da mesma altura, a mulher terá os membros maiores que os homens, resultando que, para o tronco, a relação seja invertida. Por esta razão, independente do autor, as tabelas e fórmulas publicadas para estimativa da altura fazem diferenciação entre os sexos, conforme pode ser observado em literatura especializada.</p>			
110	C	-	Indeferido
<p>O enunciado do item não contempla a indagação se a depressão anômala na superfície do solo e a diminuição na sua compactação resultam apenas de sepultamento clandestino, mas apenas se estes indícios podem ser observados mais de dez anos depois de um sepultamento clandestino. De acordo com literatura especializada, depressão anômala na superfície do solo e diminuição na sua compactação pode perdurar por um tempo muito maior que dez anos, podendo chegar a milhares de anos, no caso de sepultamento clandestino.</p>			
111	E	-	Indeferido
<p>No subtópico 9.4, do tópico Antropologia Forense consta: Estimativa do sexo, da idade, da estatura, do fenótipo cor da pele por meio do estudo do crânio ou por outras técnicas em ossadas e restos humanos. A banca entende que o subtópico não se restringe ao crânio, mas a todo o esqueleto. Ainda mais</p>			

porque se houvesse restrição ao crânio, o subtópico em questão não poderia fazer alusão à estatura, uma vez que sua estimativa não pode ser feita pelas medições apenas do crânio, sendo necessárias outras partes da ossada, principalmente os ossos longos.

115	E	-	Indeferido
-----	---	---	------------

Segundo literatura especializada, “a presença de um, dois ou nenhum delta em uma impressão digital estabelece os quatro tipos fundamentais do Sistema Dactiloscópico de Vucetich”. A literatura define, de acordo com o Sistema Dactiloscópico de Vucetich, presilha interna como “datilograma que apresenta um delta à direita do observador [...]” e presilha externa como “datilograma que apresenta um delta à esquerda do observador [...]”. A literatura explica que “denomina-se desenho digital o desenho formado pelas cristas papilares da polpa digital da falange distal de cada quirodáctilo, tal como aparece no dedo. Reserva-se o termo datilograma, ou impressão digital, à reprodução do desenho digital quando impresso sobre um suporte.” Conforme mencionado acima, a Classificação de Vucetich, como explicitado no item, refere-se à análise da impressão digital, também denominada datilograma, e não do desenho digital.

117	E	-	Indeferido
-----	---	---	------------

Argumentação: A técnica de *fingerprint* foi um marco importante no desenvolvimento da genética forense. Essa técnica utiliza uma grande quantidade de material biológico e foi paulatinamente substituída por outras, visando sua aplicação mais imediata na genética forense. É uma técnica que não é mais usada em genética forense há 20 anos.

120	C	-	Indeferido
-----	---	---	------------

Os argumentos interpostos não se referem ao item em questão.

CARGO 12: PERITO CRIMINAL FEDERAL / ÁREA 14

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
51	C	-	Indeferido

A sibutramina é usada no tratamento da obesidade, por sua ação no sistema nervoso central, inibindo a recaptação da serotonina e noradrenalina sem atividade de liberação e modulando a neurotransmissão e aumentando a saciação e a saciedade. A sibutramina inibe a recaptação de serotonina e noradrenalina. A relação com a dopamina não invalida o item.

53	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

As anfetaminas aumentam a dopamina sináptica, principalmente, pelo estímulo da liberação pré-sináptica e não pelo bloqueio da recepção, como é o caso da cocaína.

54	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

Os barbitúricos, como o Tiopental, apresentam um período de ação curto, muito curto, e, ainda hoje, pode ser considerado um bom padrão de comparação na prática de anestesiologia.

55	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Os benzodiazepínicos podem elevar o limiar de convulsão e possuir ação anticonvulsivante.

56	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

A interação medicamentosa pode ocorrer por antagonismo químico, em que a eficácia será zero. Item correto, pois no antagonismo a eficácia é sempre zero.

57	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

O item fala que duas classes que atuam no mesmo local de ação devem ser evitados devido, principalmente, ao risco de aumentar os efeitos colaterais. O item não afirma, e, sim, sugere que devam ser evitados pelo risco principal e não só esse de aumentar os efeitos colaterais, sendo assim isso não invalida o item.

58	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

A potência da interação agonista e não antagonista depende de dois parâmetros importantes: afinidade que é a tendência de ligar-se aos receptores e eficácia capacidade de uma vez ligado, iniciar os efeitos.

59	C	-	Indeferido
Um dos métodos clandestinos de extração da cocaína, que é um éster de alcaloide, é utilizando uma base fraca (cal) e um solvente orgânico. Em seguida, separa-se o solvente, que é misturado à água acidulada (com ácido sulfúrico), e depois a fase aquosa é alcalinizada, precipitando uma pasta. Existem outros métodos, mas esse é um dos métodos de extração de cocaína.			
60	C	-	Indeferido
O nome do aparelho extrator não atrapalha o entendimento da questão. A extração ocorre a frio, porém o solvente é aquecido no balão e é reaproveitado, sendo resfriado no condensador para a extração. A extração por <i>soxhlet</i> é muito utilizada, principalmente, em extração de lipídios em laboratórios de farmacognosia, por utilizar menos solvente e otimizar o processo.			
61	C	-	Deferido c/ anulação
A simples substituição dos ligantes do nitroprussiato de sódio por átomos de Br ⁻ geraria o ânion hexabromoferrato IV e não o ânion hexabromoferrato (III) conforme afirma o item Dessa forma, optar-se-ia pela alteração do gabarito. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.			
64	C	-	Indeferido
A estrutura de 2-AI apresenta um plano de simetria coincidente com a ligação C-N. Esta condição estrutural torna esta estrutura química aquiral. A presença do grupo iodeto, na estrutura de 5-IAI, faz com que esta molécula não tenha um plano de simetria coincidente com a ligação C-N. Isso torna o átomo de carbono ligado ao grupo NH ₂ um carbono assimétrico, uma vez que este agora apresenta quatro grupos substituintes diferentes ligados a si, característica de uma substância quiral, segundo literatura especializada.			
68	E	-	Indeferido
Os argumentos interpostos não se referem ao item em questão.			
70	E	-	Deferido c/ anulação
A redação do item esta incompleta, pois não menciona que a resposta deveria ser analisada em relação ao Princípio de Le Chatelier, e também não considera que seriam gases ideais. Por esse motivo se opta por sua anulação.			
71	E	-	Indeferido
O HPA não se liga diretamente ao DNA, pois precisa ser metabolizado pela enzima P450. O epóxido formado é que se liga ao DNA. A questão está errada, pois diz que ele se liga diretamente, o que não ocorre.			
72	C	-	Indeferido
Este indicador biológico está previsto na Portaria N° 34, de 20/12/2001, do Ministério do Trabalho e Emprego e contempla item 7 do programa do edital.			
73	E	-	Indeferido
Até meados da década de 1990, acreditava-se que a atividade garimpeira era a principal fonte de contaminação, por mercúrio, nos rios e peixes, na região amazônica. A partir de 1998, estudos mostraram que regiões onde esta atividade não existe também têm altos níveis do metal, devido a sua presença natural no solo, conforme literatura especializada e atualizada.			
75	C	-	Indeferido
O item está correto, conforme literatura especializada.			
77	E	-	Indeferido
O item está errado, conforme literatura especializada.			
78	C	-	Indeferido
Na SPME, a fibra também pode ser imersa em uma amostra líquida.			
79	C	-	Indeferido
A descrição está correta e em nenhum momento afirma que é a única maneira de se fazer SPE.			

81	C	-	Indeferido
O detector fotométrico de chama é muito sensível para compostos de enxofre e fósforo, o de captura de elétrons para compostos halogenados, como cloro. A conclusão de que as moléculas não possuem esses elementos é correta.			
82	C	-	Deferido c/ anulação
No sistema cromatográfico de fase normal e solvente polar, como o metanol, outros fatores que não a polaridade podem influir na migração das moléculas na placa cromatográfica. Dessa maneira, a questão está incompleta e não há como concluir tal afirmação. Portanto, opta-se pela anulação do item.			
84	C	-	Indeferido
A Benzoilecgonina (massa 189) é o principal metabólito da cocaína excretado na urina. Na espectrometria de massas acoplada a CLAE, o ion molecular detectado é o de M+1, portanto 290, confirmando a identidade da benzoilecgonina.			
86	E	-	Indeferido
A anfetamina é a mais polar entre as moléculas, seguida do MDA e MDMA (a menos polar, uma amida).			
88	E	-	Indeferido
O foco do item é o método de ionização do detector de massas utilizado para acoplar a CLAE que não utiliza impacto de elétrons. Pode ser <i>electrospray</i> , <i>time of flight</i> , pressão atmosférica.			
89	E	-	Indeferido
O termo "requer" indica que esse seria o único meio de introdução de amostras para análise por ICP-AES, o que não é correto, pois a introdução das amostras sólidas, no plasma, pode ser realizada por meio de ablação por laser ou uso de atomização eletrotérmica, conforme descrito em literatura especializada.			
91	E	-	Indeferido
O item não pede a comparação da técnica de ICP-AES com as demais técnicas atômicas, apenas listava as supostas vantagens do ICP-AES. Contudo, a técnica de ICP-AES não pode ser considerada de baixo custo devido ao alto consumo de gás argônio de alta pureza e manutenção periódica de componentes do equipamento.			
94	E	-	Indeferido
Como a diferença entre os volumes médios obtidos foi de 2,5 ml, e os desvios padrões foram mais que 10 vezes inferiores a essa diferença, pode-se afirmar que existe erro sistemático na análise do frasco aberto. Contudo, como o volume medido para o frasco aberto é menor, o erro sistemático é negativo.			
95	C	-	Indeferido
O balanceamento de reações químicas é extremamente importante para a solução de diversos problemas em um laboratório, não requerendo memorização, e, sim, raciocínio lógico e conhecimentos químicos. Realizando o balanceamento das reações, obtém-se que 5 mols de ferro reagem com 1 mol de permanganato. Logo, a concentração de ferro na solução diluída será: $0,01 \cdot 15 \cdot 5 / 30 = 0,025$ mol/L. Considerando a diluição realizada, a concentração de ferro no medicamento será $0,025 \cdot 100 / 5 = 0,5$ mol/L.			
97	C	-	Indeferido
O processo de excitação em fluorescência ocorre por meio da transição entre um estado fundamental singleto e um, ou mais, estado singleto excitado. Como existem dois picos de excitação temos dois estados eletrônicos singleto sendo excitados. Como o espectro de emissão apresenta apenas uma banda, temos que os níveis vibracionais dos dois estados singleto estão sobrepostos, possibilitando o fenômeno de conversão interna (passagem do elétron do nível singleto mais alto para o nível singleto mais baixo), fornecendo apenas uma banda de emissão.			
98	E	-	Indeferido
Para se evitar desvio da lei de Beer, pela presença de espécies em equilíbrio, deve-se realizar as medidas em, pelo menos, duas unidades de pH afastadas do valor de pKa da molécula. Desse modo, ao menos 99% da molécula estará em uma mesma forma, molecular ou iônica. Quando se realiza medidas em pH próximo ao pKa, observa-se concentrações significativas das duas espécies, o que provoca desvios na Lei de Beer. Logo, como o pKa da molécula é 8,7, deve-se realizar medidas em pH abaixo de 6,7 ou superiores a 10,7.			
99	E	-	Deferido c/ anulação
Os valores indicados para as curvas analíticas presentes na tabela impossibilitaram o julgamento objetivo do item. Por esse motivo, opta-se por sua			

anulação.			
100	C	-	Indeferido
O recurso interposto não se refere ao item em questão.			
101	C	-	Indeferido
Trata-se das principais vias de contaminação em ambiente natural.			
103	E	-	Indeferido
A Validação de métodos é a confirmação, por análise e fornecimento de evidência objetiva, de que os requisitos específicos para um determinado uso pretendido ou produto são atendidos. Não é simplesmente a confirmação das especificações de uma amostra analisada utilizando outra estratégia/metodologia ou equipamento.			
104	C	-	Indeferido
Os laboratórios de calibração e ensaio que atendam a Norma ABNT NBR 17025, operação, também, de acordo com a ABNT NBR ISO 9001.			
106	E	-	Indeferido
Segundo a Portaria 344 de 1998, a exceção está definida no § 1º.			
107	C	-	Indeferido
Conforme estabelece a RDC ANVISA, n. 18 de 2010: Art. 23. Adicionalmente ao disposto no art. 21, nos rótulos de suplementos de creatina para atletas, devem constar as seguintes advertências em destaque e negrito: II - "Este produto não deve ser consumido por crianças, gestantes, idosos e portadores de enfermidades". O item afirma que: "para os suplementos contendo creatina, suas embalagens devem conter, no rótulo, que esses produtos não devem ser utilizados por crianças". Essa afirmativa é verdadeira, pois, não foi afirmado que o produto somente não pode ser consumido por crianças.			
110	E	-	Indeferido
A ligação dissulfeto ocorre como resultado da oxidação entre dois resíduos de cisteína e não por redução.			
112	C	-	Indeferido
Desoxirribonucleotídeos são nucleotídeos de RNA e não DNA.			
113	E	-	Indeferido
A análise de STRs não necessita da técnica RFLP, mas é baseado na técnica PCR multiplex de STRs.			
117	C	-	Indeferido
A frequência esperada de indivíduos que possuem o alelo LM é igual à soma da frequência de heterozigotos com a de homozigotos para este alelo. Pelo princípio de <i>Hardy-Weinberg</i> , temos que esta soma é igual a $2pq + p^2$, sendo p e q as frequências de cada alelo, no caso, LM=0.6 e LN=0.4, respectivamente. Pela fórmula citada: $2(0.6)(0.4) + (0.6)(0.6) = 0.84$. Este valor é maior que 0.8, o que torna o item correto.			
118	E	-	Indeferido
Sobrevivência desigual de zigotos com genótipos distintos até a fase adulta causa discrepâncias do previsto pelo princípio de <i>Hardy-Weinberg</i> , conforme literatura especializada.			
119	E	-	Indeferido
Conforme literatura especializada, o princípio de <i>Hardy-Weinberg</i> pode ser aplicado para genes com alelos múltiplos como é o caso do sistema sanguíneo A-B-O.			
120	E	-	Indeferido
Conforme literatura especializada, "Um fator limitante no uso de plasmídeos como vetores é que eles aceitam apenas inserções relativamente pequenas de DNA externo - tamanhos máximos de 10-15 kb".			

CARGO 13: PERITO CRIMINAL FEDERAL / ÁREA 18

ITEM	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
51	C	-	Deferido c/ anulação
A potência citada não caracteriza uma PCH. Ao invés de 50.000 kW, deveria ser 50.000 W. Portanto, o item está errado. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.			
52	C	-	Indeferido
PCH do tipo a fio d'água não possui reservatório. Logo, não há como executar controle de vazão. Este procedimento é feito nas usinas classificadas como de regularização, conforme literatura especializada.			
53	E	-	Indeferido
O conteúdo abordado contempla os conteúdos básicos de geração de energia elétrica, previstos para o cargo 18, no tópico 6, do edital do certame, especificamente "6.1 Componentes principais de usinas hidrelétricas e termelétricas" e "6.2.1 Pequenas centrais hidrelétricas".			
54	C	-	Indeferido
Carvão mineral é, obviamente, diferente do carvão de biomassa (vegetal). O texto é bastante claro, tratando de termelétricas a vapor de uma forma geral. Todos os combustíveis citados são apropriados para este tipo de termelétrica			
55	E	-	Indeferido
O ciclo correto é o <i>Brayton</i> e não <i>Rankine</i> . Ademais, o conteúdo cobrado é parte básica do tópico geração de energia elétrica "6.1 Componentes principais de usinas hidrelétricas e termelétricas. 6.2 Geração distribuída e cogeração. 6.2.1 Pequenas centrais hidrelétricas. 6.2.2 Usinas termelétricas", em particular, o subitem 6.2.2, do EDITAL Nº 10/2012 – DGP/DPF, DE 10 DE JUNHO DE 2012, cargo 18.			
56	E	-	Indeferido
Dentro do conteúdo "transitórios eletromagnéticos", estudam-se, entre outros, modelos de componentes elétricos, incluindo os para-raios, tópico 8.2 do edital do certame. Para resolver o problema, utiliza-se o método da compensação para se calcular a corrente i . Por esta técnica, o circuito pode ser separado em duas partes: uma linear e outra não linear. Esta última é composta apenas pelo resistor não linear. A parte linear do circuito pode ser substituída por uma rede equivalente, o circuito de <i>Thévenin</i> . Para o circuito em análise, o equivalente de <i>Thévenin</i> é formado por uma fonte de tensão de 50 kV, em série, com uma resistência de 2 ohms. Com esta informação, a equação da tensão v , em função da corrente i , para o circuito linear será: $v=50-2i$. O trecho da curva linear, por parte representando o elemento não linear, é interceptado pela curva anterior no intervalo correspondente a $i > 10$ kA. Então, deve-se calcular a equação da reta neste trecho para o elemento não linear. Esta equação é representada por $v=(i+30)/4$. Igualando as duas equações em v , obtém-se $50-2i=(i+30)/4$, então $200-8i=i+30$ Então $i=170/9=18,8$ kA. Portanto, o valor da corrente está dentro do limite estabelecido no item.			
57	E	-	Indeferido
Este item cobra fundamento básico do funcionamento de máquinas utilizadas em usinas termelétricas, tópicos "6 Geração de energia elétrica. 6.1 Componentes principais de usinas hidrelétricas e termelétricas. 6.2 Geração distribuída e cogeração. 6.2.1 6.2.2 Usinas termelétricas". O gerador é o principal componente de uma usina. Portanto, o assunto está dentro do conteúdo do edital.			
59	C	-	Indeferido
A água que passa pelo vertedouro, obviamente, não contribui para a geração de energia elétrica. Somente a água que passa pela turbina é a que contribui para geração de energia elétrica.			
61	C	-	Indeferido
Para-raios protege os equipamentos contra sobretensões. Não há sentido em sua instalação para proteger equipamento que não seja para essa finalidade.			
62	C	-	Indeferido
Trata-se de cálculo da corrente que flui em um resistor não linear, típico de cálculo para o ajuste de para-raios. A técnica normalmente empregada é o denominado método da compensação para se calcular a corrente i . Por esta técnica, o circuito pode ser separado em duas partes: uma linear e outra não linear. Esta última é composta apenas pelo resistor não linear. A parte linear do circuito pode ser substituída por uma rede equivalente, o circuito de <i>Thévenin</i> . Para o circuito em análise, o equivalente de <i>Thévenin</i> é formado por uma fonte de tensão de 50 kV, em série, com uma resistência de 2 ohms. Com esta informação, a equação da tensão v , em função da corrente i , para o circuito linear será: $v=50-2i$. O trecho da curva linear, por parte representando o elemento não linear, é interceptado pela curva anterior no intervalo correspondente a $i > 10$ kA. Então, deve-se calcular a equação da reta neste trecho para o elemento não linear. Esta equação é representada por $v= (i+30)/4$. Igualando as duas equações em v , obtém-se a equação $50-$			

$2i=(i+30)/4$. Ou, ainda, $200-8i=i+30$. O resultado para a corrente neste caso é $i=18,8$ kA. Este resultado está compreendido na faixa ente 17 kA e 20 kA. Portanto, o item está correto. Ademais, o item trata de modelagem básica de para-raios e transitórios eletromagnéticos, conteúdos previstos no edital do concurso.

63	C	-	Deferido c/ anulação
----	---	---	----------------------

Embora apresente código fechado e possua necessidade de se ter licenças específicas para usuário, o ATP não é um programa comercial, fato que torna o item errado. Porém, conforme previsto em edital, no tópico 18.6.1, existe a possibilidade apenas de anulação dos itens. Diante disso, opta-se pela anulação.

64	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

O método é empregado para o domínio do tempo. Isto não quer dizer que seja o mais recomendado. Não foi isto a cobrança do item. Ademais, o conteúdo abordado no item, transitórios eletromagnético, é bem conhecido para os usuários do programa ATP e estava previsto no edital.

67	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

Estudos de harmônico e tensão de arco não são utilizados em coordenação de isolamento.

69	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

O tipo configuração é conhecido como barra de operação, barra de transferência.

70	C	-	Deferido c/ anulação
----	---	---	----------------------

Na redação do item, a fórmula correta seria "o fluxo de potência reativa que sai da barra 2 para a 3 é igual a $0,2 + 5K$, em que

$$K = [V_2 \cos(\theta_2) - V_3 \cos(\theta_3)]^2 + [V_2 \sin(\theta_2) - V_3 \sin(\theta_3)]^2$$

Portanto opta-se pela sua anulação.

71	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Como a linha e o transformador são representados apenas por reatâncias, variação no tap do transformador afetará apenas a potência reativa.

72	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Caso a carga seja representada por corrente constante, significa que, a partir das tensões calculadas, ao se resolver o fluxo de carga inicial, poderão ser calculadas as correntes em todas as barras. Ao se adicionar uma linha em paralelo entre as barras 2 e 3, resultarão alterações na matriz de admitância de rede e nas tensões nas barras 2 e 3, mas não nas correntes das cargas. Tendo em vista que a relação entre correntes e tensão é dada por $[I0]=[Y0][V0]$, em que $[Y0]$ é a matriz de admitância de barras inicial, então as novas tensões passarão a ser calculadas resolvendo-se o sistema linear definido como $[I0]=[Y1][V1]$.

73	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

Argumentação: O questionamento refere-se ao rearme do relé. O mesmo não pode ser feito de forma automática. Seria um absurdo. Portanto, o recurso não se fundamenta, devendo ser indeferido.

74	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

O relé de bloqueio, ou relé 86, é um equipamento auxiliar, que opera de forma extremamente rápida, com a finalidade de realizar várias funções, como acionar a abertura ou fechamento de disjuntores. Conforme literatura especializada, "Proteção de sistemas elétricos de potência".

75	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

Para o esquema ilustrado, os contatos deverão ser ligados somente em série.

77	C	-	Indeferido
----	---	---	------------

Não há necessidade de especificação das bobinas dos relés. Trata-se de esquema elementar de ligação de relés. Portanto, mesmo em falta externas ao barramento, sempre haverá corrente saindo da barra. Neste caso, o relé 67 mantém o seu contato aberto, indicando que não há defeito no barramento. Por isso, não há razão para operação da proteção de barra. Neste caso, a proteção que deve atuar é somente a da linha L4, que está em defeito.

78	E	-	Indeferido
----	---	---	------------

O erro está na afirmação de que o dispositivo de alívio de pressão tem como função o disparar de um nível de tensão, desviando o surto para a terra. Na realidade, o dispositivo evita que o para-raios seja danificado de forma explosiva, quando houver uma solicitação superior àquela para a qual foi

especificado, segundo literatura especializada.			
80	E	-	Indeferido
Limitação das correntes de surto é uma das funções básicas dos resistores não lineares e não dos centelhadores, conforme literatura especializada.			
81	C	-	Indeferido
Todos os fatores mencionados no item, além de outros, influenciam as sobretensões decorrentes de energização e de abertura de linha a vazio.			
82	C	-	Indeferido
O que é afirmado no item é um dos princípios básicos e elementares que norteiam a transmissão de energia em alta tensão.			
83	E	-	Indeferido
Perdas são custos operacionais, pois variam de acordo com o montante de potência que flui pelo sistema. Não pode ser considerado com custo um sistema que está desligado, ou seja, sem perda de transmissão, conforme literatura especializada.			
84	E	-	Indeferido
A função do isolador é mecânica e elétrica.			
85	E	-	Indeferido
A razão da utilização de condutores encordoados é mecânica. Os condutores sólidos, devido às vibrações, teriam fadiga mecânica e, conseqüentemente, fratura no ponto de conexão com a cadeia de isoladores da linha, conforme literatura especializada.			
86	E	-	Indeferido
A característica de troca de energia entre as cargas em um sistema de distribuição radial é totalmente absurda. É como se os consumidores, na maioria dos casos, fossem também geradores de energia e pudessem comprar e vender energia da concessionária. Talvez, no futuro, isto venha a ser implementado.			
87	C	-	Indeferido
O valor máximo de queda de tensão aceitável é 2%.			
89	C	-	Indeferido
A 3ª harmônica retorna pelo neutro, sobrecarregando o condutor. Há previsão de aumento da seção do condutor neutro na NBR 5410 para essa situação.			
90	E	-	Indeferido
A componente simétrica de sequência negativa, representada pela 5ª harmônica, provoca um aumento de carga no motor, e não uma redução de carga. Nessa situação o motor deve atender a carga mecânica e o torque em sentido reverso gerado pela 5ª harmônica.			
92	E	-	Indeferido
Os equipamentos não-lineares que geram distorção harmônica têm a ver com linearidade de tensão e corrente, e não com fluxo magnético. Geradores, mesmo operando na saturação, geram tensão senoidal. As cargas alimentadas por tais geradores não são afetadas pela corrente distorcida do enrolamento de campo do gerador.			
93	C	-	Indeferido
A decomposição apresentada, na Figura II, possui a componente fundamental, 3ª e 5ª harmônicas. O enunciado, claramente, rege "considerando essas figuras, julgue os itens a seguir", logo, a decomposição tem como referência a Figura II. O assunto não extrapola o conteúdo do edital, visto que as harmônicas e sua análise via série de <i>Fourier</i> , fazem parte do tópico 2 "Qualidade da energia elétrica", previsto no edital do certame.			
97	C	-	Indeferido
A questão faz referência a transformadores típicos, com rendimentos que chegam a 99%, enquanto motores têm rendimentos tipicamente mais baixos, devido à maior corrente de magnetização. Transformadores não possuem entreferros. O núcleo é laminado para reduzir as perdas no ferro, mas isso não é um entreferro.			

100	C	-	Indeferido
A corrente nominal secundária vale 577 A. É esperada corrente do ensaio em vazio bem menor que a nominal.			
101	C	-	Indeferido
A questão não limita que, exclusivamente, a sequência zero dependa apenas da forma como os enrolamentos estão conectados.			
102	E	-	Indeferido
A ordem está invertida. A onda quadrada possui mais harmônicas que as demais, e assim por diante.			
103	E	-	Indeferido
O dimensionamento do disjuntor para 60 A está correto, pois visa proteger o motor de acordo com sua corrente nominal. Deve-se utilizar a Classe adequada de disjuntor para suportar, temporariamente, a corrente de partida.			
104	C	-	Indeferido
O comando funcional refere-se à contatora conectada no circuito de força, mas operada pelo circuito de comando. Os dispositivos de proteção são necessários, para evitar sobrecargas que podem causar incêndio nas instalações. O seccionamento é necessário para garantir a segurança durante a manutenção.			
107	C	-	Indeferido
Conforme 10.2.5, da NR10, são necessários tanto a descrição dos procedimentos de emergência quanto a certificação dos EPCs e EPIs.			
110	C	-	Indeferido
A questão cobre tópico previsto no edital e condizente com a situação hipotética apresentada. O enunciado abrange a questão do curto-circuito, não se restringindo, explicitamente, apenas ao conteúdo da NR 10.			
117	C	-	Indeferido
Conforme, "ATO ADMINISTRATIVO - REDUÇÃO DE ITINERÁRIO DE LINHA DE ÔNIBUS - "VIAGENS PARCIAIS" OU "REFORÇO DE HORÁRIO" - CRIAÇÃO DE NOVA LINHA (AUSTIN - MERCADO SÃO SEBASTIÃO - RJ) - NECESSIDADE DE LICITAÇÃO. 1. A alteração contratual ou dispensa de licitação deve observar duas regras principais: indispensabilidade do tratamento igualitário a todos que estejam na mesma situação e manutenção do interesse público. 2. Inaplicabilidade do art. 58, I da Lei 8.666/93 porque a exceção aberta à recorrente que, ao permitir criação de linha de ônibus como variante da linha principal, a colocou em situação de vantagem em relação às demais que, igualmente, mantinham linhas regulares passando pelo Mercado São Sebastião. 3. O art. 65, II, "b", da Lei 8.666/93, a par de ter atendido ao interesse público, e o art. 6º, § 1º da Lei 8.987/95, que possibilita a alteração contratual com acréscimos de até 25%, não têm o condão de fazer desaparecer o tratamento privilegiado, em detrimento de outras empresas concessionárias de linhas regulares. 4. Recurso especial improvido". (REsp 488.648/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/08/2004, DJ 11/10/2004, p. 270)			
119	C	-	Indeferido
Nos termos do art. 1º, da Lei 10.520/2000, aplicável em âmbito nacional e que se insere no item "licitações", previsto no edital, o pregão somente é cabível para aquisição de "bens e serviços comuns", conceituados por lei como "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".			
120	C	-	Indeferido
O objeto de avaliação da questão encontra-se previsto no edital, dentro do conteúdo "licitação".			